

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**Cristina de Menezes Schittini**

**Quando quintais com Plantas Alimentícias Não Convencionais semeiam educabilidades  
e sujeitos ecopolíticos**

Juiz de Fora

2023

**Cristina de Menezes Schittini**

**Quando quintais com Plantas Alimentícias Não Convencionais semeiam educabilidades  
e sujeitos ecopolíticos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Orientador: Profa. Dra. Angélica Cosenza Rodrigues

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Schittini, Cristina de Menezes.

Quando quintais com Plantas Alimentícias Não Convencionais semeiam educabilidades e sujeitos ecopolíticos / Cristina de Menezes Schittini. -- 2023.

160 p.

Orientadora: Angélica Cosenza Rodrigues

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

1. Educação Ambiental crítica. 2. Agroecologia. 3. Quintais. 4. PANC. 5. Educação Brasileira. I. Rodrigues, Angélica Cosenza, orient. II. Título.

## Cristina de Menezes Schittini

### Quando quintais com Plantas Alimentícias Não Convencionais semeiam educabilidades e sujeitos ecológicos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação. Área de concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Aprovada em 20 de junho de 2023.

#### BANCA EXAMINADORA

Dra. Angélica Cosenza Rodrigues – Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Sonia Regina Miranda  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Philippe Pomier Layrargues  
Universidade de Brasília

Juiz de Fora, 06/06/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Cosenza Rodrigues, Diretor(a)**, em 20/06/2023, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Regina Miranda, Professor(a)**, em 20/06/2023, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Pomier Layrargues, Usuário Externo**, em 20/06/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-U f ([www2.u f.br/SEI](http://www2.u f.br/SEI)) atravésdo ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1318629** e o código CRC **83BCD952**.

---

Para meu filho. Mamãe te ama muito, à beça de montão, com vontade de quero mais e cheirinho de chielé. E por isso, faço das tripas coração para encontrar caminhos que possam te proporcionar um futuro digno.

## AGRADECIMENTOS

Não tenho palavras que possam expressar a gratidão pela minha mãe. Não apenas por ser mãe e por me apoiar, mas por ter, nos momentos mais críticos desta trajetória de pesquisa e escrita, ter me ajudado nos cuidados com o meu filho. Sem ela não teria conseguido. Infelizmente, em nossa sociedade machista, os trabalhos de cuidado sempre recaem e sobrecarregam as mulheres: ela merece umas férias em Paraty. Agradeço ao meu pai, que através do seu silêncio me apoiou e acreditou em mim, como também, descobriu o afeto e o praticou com o meu filho, ocupando um espaço de avô/pai. Quero agradecer, também ao meu filho, que mesmo ainda novinho, soube compreender que, em determinados momentos, eu tinha que me isolar para escrever. A ele só tenho amor! Quero agradecer ao meu irmão, que puxou minhas orelhas e me colocou na linha. Tenho orgulho em dizer que, minha família é FAMÍLIA. Mesmo sendo pequena, minúscula e com divergências nos modos de ser/estar/pensar o mundo, nos apoiamos e amparamos, do nosso jeito esquisito de ser. E aqui, neste parágrafo dedicado à família, quero agradecer meu amigo/irmão CG, que sempre, indubitavelmente, me apoiou, recomendou literaturas e me aturou. A minha comadre que esteve ao meu lado nas andanças desta pesquisa.

Preciso também agradecer a Rachel Zacarias e Vicente Paulo Pinto. Rachel enxergou em mim uma potência e demonstrou que a academia seria um lugar onde eu poderia encontrar meu caminho. Rachel e Vicente me fizeram perceber que sim! seria possível eu trilhar esse caminho e, com muita delicadeza, me demonstraram a potência desse caminho acadêmico.

Dizem que a Universidade é para todas/os/es/x, não?! Por isso quero expressar muito profundo: Obrigado! a Angélica Cosenza, não apenas por ser minha orientadora, ter aturado meus surtos, dúvidas, invenções e compreendido meus momentos, mas também por ter me convidado a participar do GEA/UFJF, mesmo completamente alienada da educação e da educação ambiental. Se não fosse por esse movimento e acolhimento, eu jamais teria descoberto essa paixão transformadora e motriz que hoje habita em mim. Ah o GEA! Que espaço potente é esse? Formado por pessoas incríveis, críticas, apaixonadas, maravilhosas, que souberam compreender o abismo teórico que nos separava, mas que pegaram na minha mão e auxiliaram a conduzir este momento desafiador de estar, enquanto mestranda, me escutando, consolando, incentivando e apoiando sempre!

Quero agradecer a todas e todos que participaram desta pesquisa. Sem essas pessoas, que aceitaram o desafio de participar, nada disso teria sido possível!

Não posso deixar de agradecer à banca, não por cordialidade, mas por reconhecer a potência que exerceram na minha trajetória. Sônia Miranda, minha estrela guia, mulher/mãe/pesquisadora e professora que, através do seu engajamento, me incentivou sempre, me permitiu enxergar meu caminho e apaziguar meus conflitos emocionais que transbordavam no início do meu caminhar. Philippe, através de toda sua produção, permitiu que eu organizasse e nomeasse as injustiças que me movimentavam, apresentando caminhos para a superação. Aos dois, tenho que agradecer, e muito, por terem aceitado caminhar comigo desde a qualificação e por terem aceitado, apesar do tempo, fazerem parte desse momento histórico da minha vida! Quero agradecer também a Vera Lucia Miranda que aceitou o desafio de fazer a revisão da minha dissertação em tempo recorde, muito obrigada!

A todas e todos vocês, minha profunda gratidão!

Pisamos em espécies comestíveis enquanto caminhamos para  
comprar uma imitação de comida de verdade.

Neide Rigo

## RESUMO

Esta pesquisa faz parte de um movimento pessoal, crítico e apaixonado. A questão foi compreender se podem os Quintais com Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) produzirem educabilidades significativas para a formação de um sujeito ecológico, podendo trazer à tona reflexões sobre novos modos sustentáveis de produzir soberania e das injustiças ambientais que permeiam o sistema agroalimentar hegemônico. É no diálogo entre a Educação Ambiental crítica e a Ecologia Política que emerge o problema social: o modo como as cidades invisibilizam e destroem quintais e assim os saberes que com eles se constroem. Problema esse que reforça a negação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e à soberania alimentar. O objetivo deste estudo foi entender os significados atribuídos aos quintais com PANC por aquelas/es que praticam esses lugares na cidade de Simão Pereira, MG, e se esses significados podem produzir educabilidades, na construção de sujeitos ecológicos, acerca das lutas por soberania alimentar e justiça ambiental em contraponto ao sistema agroalimentar hegemônico. Para tanto, investiguei quintais com PANC da cidade de Simão Pereira/MG, tendo como método a pesquisa qualitativa através do aporte teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso. A partir das análises das entrevistas feitas com sete participantes que, cotidianamente, interagem com o mundo a partir dos seus Quintais com PANC, esses lugares praticados se configuraram como produtores de conhecimentos e educabilidades que contribuem para uma Educação Ambiental adjetivada como crítica que se propõe a desvelar as consequências nefastas das cadeias produtivas globais do mercado internacional, formando sujeitos ecológicos. Através da memória e do cotidiano dos sujeitos, as PANC, enquanto um alimento agropolítico, são fundantes e indispensáveis para se pensar modos sustentáveis no caminho rumo à soberania alimentar.

Palavras-chave: PANC. Agroecologia. Quintais. Educação Brasileira. Educação Ambiental Crítica. Análise Crítica do Discurso.

## ABSTRACT

This research is part of a personal, critical and passionate movement. The question of this research was to understand whether backyards with Non-Conventional Food Plants (PANC) can produce significant education for the formation of an ecopolitical subject and can bring up reflections on new sustainable ways of producing sovereignty and the environmental injustices that permeate the hegemonic agrifood system. It is in the dialogue between critical Environmental Education and Political Ecology that the social problem emerges, namely, the way in which cities make invisible and destroy backyards and thus the knowledge that is built with them. This problem reinforces the denial of Human Right to Adequate Food (DHAA) and food sovereignty. The objective of this study was to understand the meanings attributed to backyards with PANC by those who practice these places in the city of Simão Pereira, MG, and if these meanings can produce educability, in the construction of ecopolitical subjects, about the struggles for food sovereignty and environmental justice in opposition to the hegemonic agro-food system. Therefore, I investigated backyards with PANC in the city of Simão Pereira/MG, using qualitative research as a method through the theoretical-methodological contribution of Critical Discourse Analysis. Based on analyzes carried out with 7 participants who, on a daily basis, interact with the world from their backyards with PANC, these practiced places are configured as producers of knowledge production and education that contribute to an Environmental Education described as critical that proposes to reveal the harmful consequences of the global productive chains of the international market, forming ecopolitical subjects. Through the memory and everyday life of the subjects, the PANC as an agropolitical food are fundamental and indispensable food to think about sustainable ways on the path towards food sovereignty.

Keywords: Unconventional Edible Weeds. Agroecology. Backyards. Environmental Education. Critical Discourse Analysis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Ora-pro-nóbis.....	92
Figura 2	– Em destaque, hortelã e guaco.....	92
Figura 3	– Vasos ornamentais.....	92
Figura 4	– Entrada para o quintal.....	94
Figura 5	– Tiófilo.....	94
Figura 6	– Vistas dos fundos do quintal., onde mostra as taiobas vingando.....	95
Figura 7	– Dona Marina ao lado do seu canteiro central.....	96
Figura 8	– Corredor lateral da casa.....	96
Figura 9	– Facilitador da entrevista junto a um dos canteiros.....	97
Figura 10	– Corredor lateral da casa.....	97
Figura 11	– Aparecida e sua jabuticabeira.....	99
Figura 12	– Parte do quintal com milho, banana, tomate, maracujá, taioba etc....	99
Figura 13	– Pedro.....	101
Figura 14	– Vista da entrada, com alface em destaque, mandioca e bananeiras...	101
Figura 15	– João com seu canteiro e o caixote com morango.....	103
Figura 16	– Entrada da casa: limoeiro cravo e bertalha malabar.....	103
Figura 17	– Tanque de peixes com aguapé.....	103
Figura 18	– Tanque de cuidado com peixes doentes, com aguapé e agrião.....	103
Figura 19	– Cidão em sua horta.....	105

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Modos gerais de operação da ideologia.....	37
Tabela 2	– Regiões e Sujeitos.....	85
Tabela 3	– Plantas comestíveis encontradas nos quintais.....	106

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>A TRAJETÓRIA QUE ME CONSTITUIU ENQUANTO SUJEITO ECOPOLÍTICO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>A BUSCA POR SIGNIFICADOS.....</b>	<b>32</b>
<b>3</b>	<b>DE ONDE SURGE MINHA INQUIETAÇÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>3.1</b>	<b>Onde está o poder no ato de comer.....</b>	<b>40</b>
<b>3.1.1</b>	<b>Me nutrindo dos saberes agroecológicos.....</b>	<b>54</b>
<b>3.1.1.1</b>	<b>O encontro com os Quintais com PANC.....</b>	<b>63</b>
<b>4</b>	<b>A GERMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA.....</b>	<b>73</b>
<b>5</b>	<b>A PESQUISA ADENTRA OS QUINTAIS COM PANC.....</b>	<b>83</b>
<b>5.1</b>	<b>A cidade de Simão Pereira e quem pratica os Quintais com PANC....</b>	<b>88</b>
<b>6</b>	<b>AS EDUCABILIDADES GERMINADAS NOS QUINTAIS COM PANC.....</b>	<b>109</b>
<b>6.1</b>	<b>As sementes do poder.....</b>	<b>109</b>
<b>6.1.1</b>	<b>O desabrochar de outras formas de ser.....</b>	<b>116</b>
<b>6.1.1.1</b>	<b>O fazer (re)existência.....</b>	<b>124</b>
<b>6.1.1.1.1</b>	<b>Perseguir a Soberania Alimentar.....</b>	<b>131</b>
<b>7</b>	<b>CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DOS QUINTAIS COM PANC.....</b>	<b>138</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>146</b>

## 1 - A TRAJETÓRIA QUE ME CONSTITUIU ENQUANTO SUJEITO ECOPOLÍTICO

Eu sou Cris Schittini, sou mulher e mãe. Atuo, hoje, como integrante do GEA/UFJF, mestranda em educação pela UFJF e microempresendedora de uma agroindústria de quitutes e quitandas PANC em Simão Pereira/MG, chamada EidQui, Escolha Inteligente do Quintal. Ser mulher e mãe justifica meu movimento de pesquisa na educação e na alimentação, me colocando no lugar onde estou.

Já estive como outras Cris: como bailarina, trazendo o corpo como forma de expressão, disciplina e meu entendimento de que às vezes temos que conhecer e seguir regras se quisermos quebrá-las. Minha paixão por corpo, linhas, arte, expressão e comportamento transformou o movimento em vestir esse corpo.

Me dediquei à moda como estilista, estilista/compradora e gerente de produto. Andei pelo varejo, confecção, fábrica e importadora. No labirinto de muito trabalho, peguei o caminho prático e desbravei o *fast fashion*, o ápice da moda capitalista e efêmera, definido por Lipovetsky (2008) como a moda institucionalizada, produzida em grandes escalas de necessidades artificiais, que normaliza e hiper controla a vida privada. Viajei para muitos países fazendo a tal pesquisa de tendência que traduz nossa moda colonializada. Coordenei sete fábricas na China, me levando ao encontro do feminismo, me fazendo questionar a opressão que o capitalismo exerce na sociedade, no corpo da mulher e na natureza.

No processo de busca de um entendimento, tirei um ano sabático em 2011, fiz um curso de mestre alambiqueiro em Itaverava/MG, levando o meu olhar à gastronomia<sup>1</sup>. Logo em seguida, fui para Florença, Itália, vivendo às margens do turismo, e tive a oportunidade de perceber o alimento com outra perspectiva. Ele se tornou um novo objeto de estudo e trabalho, por lidar no contexto do corpo, cultura, técnica e estética. Foi lá que, em um jantar, me questionaram sobre a biodiversidade alimentícia brasileira e descobri que nada conhecia, até mesmo porque, o que estava sendo servido nesse jantar, na Itália, eram os mesmos ingredientes consumidos aqui no Brasil. Uma pergunta, aparentemente

---

<sup>1</sup> “A gastronomia é o conhecimento fundamentado de tudo o que se refere ao homem, na medida em que ele se alimenta. [...] O assunto material da gastronomia é tudo o que pode ser comido, seu objetivo direto, a conservação dos indivíduos; e seu meios de execução, a cultura que produz, o comércio que troca, a indústria que prepara e a experiência que inventa os meios de dispor tudo para o melhor uso” (SAVARIN, 1995, P.57-58).

banal em uma situação de conversa fiada em um jantar, me impulsou a viver uma experiência que, para além do que nos passa e nos acontece, para ser experiência, tem que nos tocar e, assim, nos transforma (BONDÍA, 2002).

Essa experiência me tocou tão visceralmente que, ao chegar em casa, fui pesquisar sobre a biodiversidade comestível do Brasil e o porquê consumíamos os mesmos ingredientes que na Europa, porém, em menor variedade. Nessa pesquisa despreziosa, me deparei com uma tese de doutorado que deu início à minha transformação de um “ser que não tem essência ou razão ou fundamento, mas que simplesmente ‘ex-iste’ de forma sempre singular, finita, imanente, contingente” (BODÍA, 2002, p. 25), para um sujeito da experiência realmente aberta à transformação. A tese em questão foi: *Plantas Alimentícias Não-Convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS*, autoria do Valdely Ferreira Kinupp (2007), tendo as Plantas Alimentícias Não Convencionais conceituadas, pela primeira vez, como plantas daninhas, inços, mato, planta do mato e silvestres, comestíveis que crescem em meio às plantas cultivadas com grande importância ecológica e econômica, em que algumas estão em desuso por grande parte da população ou têm seus potenciais inexplorados.

Ao trazer informações sobre fome, desigualdade na oferta de alimentos, questões de plantio, distribuição e desperdício de alimentos, a não utilização ou subutilização de espécies nativas ou adventícias com potencial alimentício e a conservação delas, perda dos hábitos alimentares tradicionais, questões socioeconômicas, segurança alimentar, entre outros assuntos, vislumbrei a possibilidade de encontrar respostas para alguns questionamentos pessoais através da experiência com essas plantas, na perspectiva de Bodía (2002).

Kinupp (2007) traz uma perspectiva que a alimentação atual é regida por um poder imperialista gastronômico-alimentar. Essa perspectiva me fez correlacionar a alimentação à moda, quando me deparei, pela primeira vez, com uma estrutura de poder colonial/moderno, capitalista e eurocentrado (QUIJANO, 2005) configurado pelo homem moderno<sup>2</sup>. Vislumbrei um possível caminho a ser seguido e que poderia saciar meus questionamentos e minhas angústias. Ou seja, enxerguei nas PANC uma possível transformação de futuro, para muito além que um produto efêmero e de modismo. Havia

---

<sup>2</sup> que segundo Carmo e Gorjon (2019) é eurocêntrico, branco, Cis, de classe alta.

um porém: eu não entendia absolutamente nada de comida, cozinha, ingredientes ou plantio.

Voltei para o Brasil e, depois de muita reflexão, comecei meu processo de mudança para Simão Pereira, Minas Gerais, onde meus pais compraram um pedacinho de terra há 24 anos. Logo eu, que jurava, de pé junto, que jamais iria morar no meio do mato; afinal de contas, sempre fui uma pessoa boêmia e urbana. Me apropriei de alguns poucos metros quadrados de terra para aprender a plantar. Rocei, montei alguns canteiros, comprei sementes de convencionais e comecei a plantar, observando e identificando as plantas espontâneas com auxílio de livros sobre plantas daninhas.

Em 2013, fiz um curso de cozinheiro básico no Senac de Juiz de Fora e depois entrei em um curso técnico superior de gastronomia. Meu objetivo era entender o universo no qual as PANC poderiam estar inseridas. Entendi a gastronomia como um instrumento do colonialismo do saber e do ser, uma vez que a culinária dita gastronômica segue os moldes da técnica francesa. Portanto, a partir desse momento, me posicionei de forma que, falar sobre e comer PANC, é decolonizar a alimentação. Uso o termo decolonial, excluindo o “s”, seguindo a Catherine Walsh. Ao se referenciar a “decolonização”, a autora explica que utilizar “des” estaria significando uma negação à colonização. O decolonial, suprimindo o ‘s’, denota, então, um caminho de luta contínua, em que é possível identificar, tornar visível e favorecer “lugares” de exterioridade e construções alternativas (WALSH, 2013).

Notei a possibilidade de a gastronomia ser um lugar de conhecimento que contribui para o epistemicídio, uma vez que as técnicas culinárias tradicionais, ou seja, negras, quilombolas, indígenas etc., não são valorizadas, mas sim, silenciadas. O epistemicídio, para Carneiro (2005), é um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade/biopoder, pois vai além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados. É a negação da racionalidade do Outro ou assimilação cultural que, em outros casos, lhe é imposta.

Até então, eu considerava a gastronomia como cultura alimentar, mas a gastronomia é um conceito que contempla todo e qualquer sistema agroalimentar, inclusive o sistema agroalimentar hegemônico<sup>3</sup>, portanto, talvez classificar a gastronomia

---

<sup>3</sup> Também chamado de sistema alimentar imperialista, sistema agroalimentar moderno, sistema agroalimentar globalizado. Como a minha pesquisa emerge das relações assimétricas de poder, escolho o

como cultura pode ser equivocada, já que a cultura alimentar também é a comida como ritual, fazer, falar, ancestralidade, identidade etc. Englobar identidade em um sistema globalizado pode causar silenciamentos. Passei, então, a lidar com esses conceitos de formas separadas.

Fiquei grávida no final da faculdade e, depois de formada, voltei para o Rio de Janeiro, onde fiquei até meu filho completar três meses. Era 2016, o Brasil havia sofrido um golpe político, o vice-presidente Michel Temer assumiu a liderança do país. Golpe que foi construído pela mídia, pelo Congresso, por segmentos do judiciário e pelo mercado financeiro, tendo como objetivo enquadrar o Brasil na agenda neoliberal, e que inaugurou um processo devastador de uma necropolítica (ROUSSEFF, 2019). Deu-se início à incrível subida dos preços dos alimentos, da gasolina, do gás, ou seja, itens básicos para a manutenção da vida. A desigualdade social aumentava em progressão geométrica e especialistas da questão alimentar já alertavam a iminência da volta do Brasil ao Mapa da Fome.

No Rio de Janeiro, havia disponibilidade de alimentos orgânicos em feiras, cestas, mercado etc., mas o valor era exorbitante, era um produto elitista. Eu andava pelas feiras na hora da xepa e via alimentos sendo desperdiçados. Esse descarte não é invisível: está ali. Muitas vezes não o enxergamos como desperdício, pois nem sempre sabemos que aquelas partes são comestíveis; inclusive, essas partes fazem parte do conceito atual das PANC. Senti a necessidade de voltar para a roça e rever meu trabalho com essas plantas.

Trabalhar com as PANC no sentido gastronômico poderia ser arriscado, sendo que a gastronomia pode conter um viés de moda<sup>4</sup>, quando considerada “alta gastronomia”<sup>5</sup>. Meu desejo de trabalhar com as PANC não era trazê-las apenas como um produto efêmero e/ou hedonista, mas sim, como meios de assegurar o DHAA, como também, resgatar e

---

adjetivo hegemônico. No subcapítulo 2.1, em que trago o poder na alimentação, do plantio à mesa, contextualizo esse conceito. De forma geral, o sistema agroalimentar hegemônico engloba toda e qualquer atividade relacionada à alimentação, desde a ocupação de terras, transformação de bens naturais em recursos, sementes etc., passando por políticas e leis, até as escolhas alimentares feitas por consumidoras/es e agricultoras/es. Esse sistema é formado por oligopólios.

<sup>4</sup> “Os objetos não passam de ‘expoentes de classe’, significantes e discriminantes sociais, funcionam como signos de mobilidade e de aspiração social. É precisamente essa lógica do objeto-signo que impulsiona a renovação acelerada dos objetos mediante sua reestruturação sob a égide da moda: só há efemeridade e inovação sistemática a fim de reproduzir a diferenciação social” (LIPOVETSKY, 2008, p. 172).

<sup>5</sup> “‘alta gastronomia’ [...] denota explicitamente um processo de hierarquização e diferenciação, um processo de criação de distinções sociais. Isso se configuraria como mecanismo simbólico sociocultural que serve para classificar e estratificar, gerando, a partir daí, categorias como as que oscilam dos limites entre o que é aceito e indo até o execrável (BOURDIEU, 1983). Interpretada como elemento que separa e distingue práticas de e para poucos.” (CASTRO; MACIEL; MACIEL, 2016, p. 22)

valorizar parte da identidade de um povo através de sua cultura, pois, para além da nutrição, a comida é afeto, memória, economia, política e natureza. Exigir o cumprimento desse direito é também urgente, uma vez que atualmente, em 2022, chegamos ao marco de 33,1 milhões de brasileiras/os em situação de fome e 125,2 milhões convivem com algum grau de insegurança alimentar (PENSSAN, 2022).

Machado (2017) conceitua o DHAA como o direito de estar livre da fome e o direito à alimentação adequada. E desdobra esse conceito dizendo que alimentação adequada consiste na disponibilidade e acesso a alimentos produzidos e consumidos de forma soberana, sustentável, digna e emancipatória. Portanto, o DHAA, possui um viés interseccional voltado a gênero, raça, geração, etnia, produtos livres de agrotóxicos, direito à terra, agroecologia, garantia de acesso a renda, entre outros.

A alimentação tem um papel importante na manutenção ou transformação da realidade sociopolítica-ambiental. O sistema agroalimentar hegemônico é nefasto, provoca desigualdades sociais, fome, insegurança alimentar e destruição do meio-ambiente. Como mãe, a necessidade de uma transformação planetária passou a ser visceral. Comer se tornou um ato político e o quintal passou a ter outro significado, já que as PANC que eu comia no meu cotidiano eram coletadas desse lugar. Assim surgiu o primeiro formato da EidQui, Escolha Inteligente do Quintal: criei um perfil em mídias sociais, onde me dedico a olhar os quintais através de outra perspectiva e demonstro como utilizar essas plantas na culinária cotidiana.

Ao fazer MBA em gestão hoteleira e gastronômica, ampliei a EidQui. Passei a dar oficinas, palestras e *workshops* e a comercializar para chefes de cozinha e escolas de gastronomia na cidade de Juiz de Fora/MG. Foi um movimento visibilizado, chegando ao ponto de ser convidada a ministrar uma disciplina em uma pós-graduação em nutrição e gastronomia, específica de PANC e *PLANT BASED*, mas percebia que as PANC ainda eram vistas como apenas curiosidades e decoração de pratos e não como ingredientes efetivos das receitas culinárias.

Ao me ver enquanto mãe solo, passei a entender a importância da luta das mulheres no enfrentamento do patriarcado e do sistema agroalimentar hegemônico, em suas múltiplas expressões de violência contra as mulheres e contra a vida digna e saudável. Quando se está em um ambiente rural, algumas opressões se tornam mais visíveis, opressões veladas/ocultadas/invisíveis que me direcionaram a buscar mais conhecimento sobre o ecofeminismo que, segundo Emma Siliprandi (2009), parte de uma

ideia central que interconecta a exploração da natureza com a subordinação das mulheres pelos homens expressa nas sociedades patriarcais.

Ser mãe, e mãe em uma cidade vulnerável, me fez enxergar a urgência em decolonizar a alimentação e resgatar a cultura alimentar que vem sendo silenciada pelo sistema agroalimentar hegemônico. Não são os chefes de cozinha que precisam conhecer as PANC: o mais importante das PANC não é trazer novos sabores para uma alimentação monótona. Quem realmente precisa conhecer e comer as PANC são as pessoas em situação de insegurança alimentar e as escolas públicas, através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que sofre um desmonte com o PL 3.292/2020, que torna obrigatória a oferta de carne suína, criação de reserva de leite fluido, retira a autonomia das e dos nutricionistas e retira a prioridade dada a comunidades tradicionais e quilombolas no fornecimento.

O olhar atento ao PNAE ocorreu devido ao fato de que meu filho, em 2018, entrou para a Educação Infantil na escola municipal de Simão Pereira, Minas Gerais. A experiência com a escola e do materno se tornou pedagógica, me fazendo entender melhor a invasão do capitalismo neoliberal na esfera da vida privada e o quão colonializada é a nossa sociedade. Passei a compreender, também, o que é, efetivamente, a educação bancária de Paulo Freire<sup>6</sup>.

Em 2019, Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência do país, tendo com uma das primeiras canetadas a extinção do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), que levou a todo um desmonte de políticas públicas que asseguravam minimamente o DHAA. Foi um choque? Foi! Mas era de se esperar, uma vez que Bolsonaro se elegeu com a ajuda da bancada da bala, da ruralista e da bíblia. A canetada consistiu na medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que revogou o inciso II do caput e os parágrafos 2, 3 e 4 do artigo 11 da Lei 11.346/2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). A revogação excluiu a descrição do

---

<sup>6</sup> “Na visão ‘bancária da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão” (FREIRE, 2019, p. 81) “a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos.” (FREIRE, 2019, p. 82) “sugere uma dicotomia inexistente homens-mundo e não com o mundo. Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não criadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo especializado neles e não aos homens como ‘corpos conscientes’” (FREIRE, 2019, p. 87).

CONSEA e também a sua forma de composição, assim como o artigo 4, que dá ênfase à agricultura familiar. Essa lei define a segurança alimentar e nutricional como

direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Em defesa do CONSEA, foi organizado, em nível nacional, um ato político apartidário, chamado BANQUETAÇO. Esse ato tinha como principal objetivo conscientizar a população da importância do CONSEA por meio da distribuição de comida de verdade, de forma gratuita, àqueles que ali estivessem presentes. De forma sucinta, a comida de verdade (CONSEA, 2015) é: 1) socialmente justa; 2) reconhece o protagonismo da mulher; 3) respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade; 4) erradica a fome e promove alimentação saudável; 5) preserva a natureza; e 6) promove a saúde e a paz entre os povos. Já dá para entender por que o CONSEA foi extinto logo nos primeiros dias de mandato do Bolsonaro, não é?!

Fui uma das organizadoras desse ato na cidade de Juiz de Fora/MG, responsável pelo grupo de trabalho da cozinha. O ato envolveu o COMSEA/JF (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Juiz de Fora), GEA/UFJF, MST (Movimento Sem Terra), MOGICO, entre outros. Por questões climáticas atípicas que afetaram os produtores rurais da região, tivemos uma baixa adesão na campanha de doação de alimentos por parte de agricultoras/es. Mas, com muita mandioca doada pelo MST da Zona da Mata e várias PANC folhosas da minha horta, servimos 1.400 porções de dois pratos distintos. Naquele momento, essas plantas invisibilizadas se tornaram um símbolo de soberania alimentar para mim, isto é, o direito de produzir seus próprios alimentos, definindo suas próprias políticas e estratégias sustentáveis da produção ao consumo, garantindo o direito à alimentação a toda população, levando em conta as diversidades e culturas, reconhecendo que o papel da mulher é fundamental (VIA CAMPESINA, 2016).

No dia 19 de julho de 2019, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que não há fome no Brasil (COPLE, 2019). Afinal, qual é a situação de segurança alimentar e nutricional no país? No ano de 2017, havia 5,2 milhões de pessoas em estado de subnutrição no Brasil (FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2018). O Ministério da Saúde (2019) adverte que, entre 2006 e 2018, houve um aumento de 67,8% no índice que mede a obesidade e um aumento de 55,7% da população com excesso de peso: esses números aumentaram durante a pandemia. Segundo a FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, (2018), a produção

agrícola da América do Sul, nos últimos 50 anos, aumentou em 34%. Em 25 anos, a disponibilidade alimentar cresceu 19%, mas isso não garante que todas as pessoas consumam alimentos de qualidade, em quantidade e variedade adequada, uma vez que o Brasil produz *commodities*<sup>7</sup>, ou seja, há um paradoxo abissal no modelo agrícola hegemônico brasileiro.

O Guia Alimentar para a População Brasileira relaciona a obesidade e o excesso de peso ao aumento do consumo de produtos ultraprocessados, que possuem composição nutricional desbalanceada, ricos em gorduras e açúcares, entre outros componentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014), são alimentos provenientes da indústria de alimentos, que é abastecida pelo agronegócio, tendo produtos mais acessíveis às comunidades vulneráveis, pois, além de terem preços menores que a comida de verdade, são os alimentos que ocupam as prateleiras dos desertos alimentares<sup>8</sup>, sejam urbanos ou não. Inclusive, o Guia inaugura essa categoria de alimento se tornando referência mundial.

Esse paradigma alimentar não atinge apenas a saúde física da população. A indústria de ultraprocessados é uma das principais responsáveis pelo consumo de plásticos (BÖLL, 2020), e está alinhada ao agronegócio que, por sua vez, traz consequências nefastas para seres humanos e não-humanos, contribui na possibilidade de novas zoonoses, à medida que a área de produção agrícola aumenta e a área coberta por florestas diminui. Faz uso intensivo de insumos químicos, provocando a degradação dos solos, induzindo a perda de biodiversidade, a emissão de CO<sub>2</sub> e de gás metano. Consequências que destacam a urgência de implementar práticas agrícolas mais sustentáveis (ONU, 2018). Esses impactos ambientais são causados por qualquer categoria de alimentos que não siga o parâmetro de produção sustentável e/ou orgânico, sejam eles *in natura*, processados ou ultraprocessados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). O ato ordinário de se alimentar, no mínimo 3 vezes ao dia, é complexo.

No Banquetaço, conheci a Angélica Cosenza, que também foi uma das organizadoras. Angélica é coordenadora do GEA/UFJF, grupo de pesquisa em Educação

---

<sup>7</sup> *Commodities* são mercadorias em estado bruto ou de simples industrialização, negociadas em escala mundial. A comercialização é estabelecida no mercado financeiro, com preços normalmente em dólar e que oscilam de acordo com a oferta e a demanda internacionais. No caso agrícola, vemos, como exemplo, a soja, o açúcar e o milho.

<sup>8</sup> Conceito referente a áreas urbanas onde os moradores não têm acesso a uma dieta saudável, tendo as seguintes dimensões: disponibilidade, proximidade, acessibilidade financeira, aceitabilidade e conveniência. (CAISAN, 2018).

Ambiental da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG e orientadora desta dissertação. Algumas semanas após o ato político, ela me convidou a participar do projeto de extensão, “Percurso sustentáveis em busca de novas possibilidades para as hortas escolares: quando professores/as e agricultores/as urbanos/as se encontram”, que visava formar professoras/es em educação ambiental crítica através das hortas escolares e do diálogo entre agricultoras/es e professoras/es. E, em seguida, me convidou a participar do GEA. Estar nesse lugar me colocou diante de um universo do qual eu desconhecia a potência: a Educação. E me apresentou a todos os conceitos utilizados nesta escrita, o que me possibilitou ir ao encontro da materialidade do debate ambiental. Aqui, me permito me alongar para afirmar que a Universidade pública é e deve ser para todas/os/es/x, e foi esse movimento que a Angélica Cosenza fez ao convidar uma agricultora especializada em PANC a participar do GEA. Movimento que me levou ao mestrado e, quem sabe, na aprovação do doutorado.

Se parto do princípio de a educação ser agente e objeto das transformações sociais ou manutenção do sistema hegemônico, ainda que, em dados momentos históricos, ocupe mais uma função do que a outra (OLIVEIRA, 2014), a Educação Ambiental, principalmente aquela adjetivada crítica, permite que essa educação seja transformadora, no sentido ação-reflexão-ação, acerca da complexidade das relações entre humanidade e natureza, promovendo uma formação social e ética dessas relações, através da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Após o primeiro ano de participação nesse projeto, correlacionar Educação e Alimentação me pareceu bem plausível, sendo que “os vigentes paradigmas educacionais no Brasil são monoculturais e atendem aos preceitos das classes dominantes e a um colonialismo interno que tende a perpetuar e ampliar as desigualdades e a exclusão social” (LEGRAMANDI, GOMES, 2019, p. 26), assim como os paradigmas da alimentação, que geram comportamentos/valores alimentares que pouco expressam a nossa identidade e soberania enquanto povo, o que nos leva a inúmeras injustiças ambientais.

Nesse âmbito da complexidade me apresentada e vivida até então, surge, de forma mais lúcida, a Educação Ambiental Crítica (EA crítica), que

é aquela que, em síntese, busca pelo menos três situações pedagógicas: a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação

próprias da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e, em seu interior, da condição humana (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 64).

No primeiro ano de projeto, tive a oportunidade de falar sobre as PANC, identificar algumas espécies e cozinhar com as/os professoras/es. A experiência foi incrível! Identifiquei a possibilidade de trabalhar esse universo de forma crítica, para além da curiosidade. PANC é alimento e, segundo Azevedo (2017), o alimento é um pilar da organização social e instrumento de resistência a processos colonialistas, é um objeto legítimo de análise social e de compreensão das premissas implícitas do viver em sociedade. Nesse momento, vislumbrei um potencial de educabilidade das plantas comestíveis não convencionais, podendo contribuir para a formação de um sujeito ecológico que “não é aquele que apenas incorpora novos comportamentos ecológicos no seu ambiente doméstico ou do trabalho, mas também luta pelos direitos ambientais” (LAYRARGUES, 2020, p. 61).

Contextualizadas em um projeto de horta escolar, enquanto práxis pedagógicas, podem problematizar as questões vivas atuais da sociedade denunciando as desigualdades, as opressões, o colonialismo e anunciando a justiça ambiental. E por que não as utilizar como ferramenta pedagógica na EA crítica e quem sabe qualificar a minha experiência de vida até então? Fiquei determinada em fazer mestrado a fim de pesquisar se as PANC poderiam ser agentes de transformação para outras pessoas, assim como foram para mim, e se podem ser consideradas como resistência e/ou (re)existência no enfrentamento das questões apresentadas pela modernidade. E assim, passei a pensar uma pesquisa.

A ação de transformação em mim foi a experiência vivida através de um olhar consciente a partir dessas plantas, principalmente no meu quintal, na cidade de Simão Pereira/MG. Uma experiência do cotidiano relacionada aos sentidos e ao corpo, sendo que é o corpo que experiencia a história, e essa experiência, hoje, é desvalorizada como aprendizado em detrimento ao conhecimento científico. Santos (2013, p. 16) afirma que “toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias”. Então, por que nossas experiências de quintal estão sendo apagadas? Que tipo de quintais ocupam os centros urbanos ou as zonas rurais? Ainda há quintais? Há PANC nos quintais? De que forma são significadas nesses espaços?

Tais perguntas, e o desejo de qualificar minha experiência, me levaram a entrar no Programa de Pós-graduação em Educação da UFJF, onde estou sendo apresentada a um referencial teórico deslumbrante, passando a dar nomes e a conceituar o que antes era só empiria para mim. Passei a fazer novas perguntas, me deparei com novas inquietações e fui ao encontro de novos caminhos. Hoje entendo que a alimentação é um tema a ser tratado pela Ecologia Política, uma vez que “la ecologia política le conciernen no solo los conflictos de distribución ecológica, sino el explorar com nueva luz las relaciones de poder que se entretienen entre los mundos de vida de las personas y el mundo globalizado” (LEFF, 2003, p. 18). Portanto, falar sobre alimentação é assumir a complexidade da política, uma vez que, “a política encontra-se num oceano de interações em meio às quais tenta navegar” (MORIN, 1996, p. 284), é desvelar as relações assimétricas de poder. Portanto, é um ato político, uma vez que se compreende que o ato de se alimentar é multidimensional.

As relações assimétricas de poder que envolvem a alimentação colaboram na construção da crise civilizatória em que estamos imersos. Leff (2006) afirma que esta crise tem suas raízes na natureza simbólica do ser humano e do conhecimento sobre o mundo, descrita como a “desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza; é a perda do sentido da existência que gera o pensamento racional em sua negação da *outridade*” (LEFF, 2006, p. 15), tendo a Modernidade como ponto de maior significância para essa desarticulação. Pensar caminhos para a superação desta crise é pensar em quebras de paradigmas. Morin (1996) questiona se estamos vivendo uma revolução paradigmática, orientada em direção à complexidade, uma vez que a ciência clássica desintegrou a sociedade, os estudos, o problema global e inclusive o homem, colocando-o como um objeto, nos direcionando a um pensamento que nos leva a reduzir, a separar, a simplificar e a ocultar os grandes problemas.

Ao me questionar sobre PANC, DHAA, o ato de comer, crise de civilização e a construção da minha pesquisa, encontrei um primeiro eixo norteador: o pensamento. Santos (2018) diz que o pensamento moderno ocidental é abissal, fundamentado em um sistema dicotômico de distinções entre visíveis (humanos) e invisíveis (sub-humanos), sendo que invisíveis (não brancos, não homens/cis/heteros, não europeus, não burgueses) fundamentam os visíveis (brancos, europeus, homens/cis/heteros e burgueses). Tal sistema, para Santos, apoia-se em sua capacidade de produzir distinções. Essa distinção se dá entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais, “em que o colonial é o

estado da natureza onde as instituições das sociedades civis não têm lugar” (SANTOS, 2018, p. 644), sendo separados por uma linha abissal na qual o olhar hegemônico declara como não-existente o estado de natureza.

Por mais que esta pesquisa não trate de uma discussão filosófica, a percepção de como a humanidade se coloca diante dos fenômenos e do Outro se faz importante, na medida em que desejo entender as PANC enquanto resistência ao pensamento abissal. Propor essa discussão, mesmo que não aprofundada, é acreditar em uma perspectiva que cria condições para a elaboração de um conhecimento diverso do paradigma moderno cientificista, é construir uma nova perspectiva através das experiências singulares e da relação de pertencimento que cada sujeito possui com o seu lugar (VIEIRA, 2015). E o quintal nada mais é que um lugar de pertencimento.

O pensamento abissal de Santos diz respeito ao poder colonial, que Quijano, apresenta sob duas implicações decisivas:

A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: a sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante, não seriam mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua realocação no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante, passaram a ser o *passado* [grifo do autor]. Em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma perspectiva de conhecimentos dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sendo primitivo (QUIJANO, 2005, p. 12).

Em março de 2020, fomos surpreendidos pela pandemia do COVID-19 (*Coronavirus Disease 19*), originária pelo novo Coronavírus. Esse vírus até poderia ter sido criado em um laboratório, como muitos insistem, mas a hipótese mais realista e crível é de que o vírus seja consequência da natureza em desequilíbrio. A degradação ambiental está no cerne do problema. A biodiversidade de ecossistemas naturais representa uma barreira de proteção natural contra zoonoses. Estudos recentes indicam que zoonoses estão em ascensão, na medida que habitats naturais são devastados pela expansão do agronegócio (LAYRARGUES, 2020<sup>a</sup>).

O termo agronegócio é a tradução da palavra *agribusiness*, cunhada por um economista norte-americano em 1955. Por definição

significa a soma de todas as operações da fazenda, mais a manufatura e a distribuição de todos os insumos de produção agrícola providos pelos negócios, mais o ideal das operações realizadas em conexão com a manipulação, a estocagem, o processamento e a distribuição de *commodities*

agrícolas. Em suma, a *agribusiness* refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras (POMPEIA, 2021, p. 9).

Podemos dizer que estamos vivendo uma suposta segunda fase da Revolução Verde, que, de forma sucinta, se apresenta como uma reprodução ampliada do capitalismo, transformando o alimento em *commodities*, agroenergia e, conseqüentemente, a diminuição na produção de alimentos (BOMBARDI, 2017). É uma agricultura que parte do Norte global, regida pelo poder colonial, e arrisco dizer, imperialista, que prioriza o conhecimento tecno-científico em detrimento dos saberes tradicionais agrícolas, tendo como meta o acúmulo de riqueza e de terras baseado em alta produtividade e exploração indiscriminada dos bens naturais, desmatamento, matando e contaminando ecossistemas, determinando uma alimentação homogênea, baseada em poucas variedades de vegetais e animais.

Para garantir o DHAA, é necessário que o Brasil percorra o caminho rumo à soberania alimentar, que a Via Campesina (2016) compreende ser

o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Para além disso, é um direito que os povos têm a produzir seus próprios alimentos.

Dessa forma, o problema social e ambiental é o modo como as cidades invisibilizam e destroem quintais e assim os saberes que com eles se constroem. Problema esse que reforça a negação da DHAA e a soberania alimentar.

O sistema agroalimentar hegemônico está ligado tanto a injustiças ambientais (negações de direitos básicos constitucionais, como o DHAA) quanto ao colapso ambiental<sup>9</sup> e às pandemias como a do COVID-19, na medida em que está relacionado ao desmatamento, perda de biodiversidade, empobrecimento do solo, contaminação da água, solo e ar com biocidas, uso indiscriminado de bens naturais, intoxicação humana por biocidas, concentração de terra, insegurança alimentar etc. As questões citadas estão ligadas ao pensamento abissal de Santos, trazendo invisibilidade e injustiças aos povos do Sul global, justamente onde se encontram os saberes acerca das PANC tradicionais e

---

<sup>9</sup> Utilizo o termo 'colapso ambiental' por concordar com Lourenço (2019) quando diz que o vocábulo 'crise' "seja inapropriado para designar o cenário ambiental atual, pois tradicionalmente carrega o sentido de evento imprevisível e temporário, características que, definitivamente, não fazem parte desse estado de coisas" (2019, p. 16). Da mesma forma, concordamos com Layrargues (2020) que alerta que não estamos vivendo um evento, e sim um processo de crises e colapsos.

as maiores biodiversidades do planeta, onde seria possível se reconhecer outras possibilidades de plantas alimentícias, possibilitando a soberania alimentar.

A agroecologia surge em oposição ao modelo capitalista de opressão social e da natureza. Vai muito além de ser apenas uma alternativa ao cultivo de alimento do agronegócio: ela diz respeito a relações éticas entre seres humanos e não humanos. O conceito que mais me emociona hoje é da Caldart

A agroecologia é matriz de produção que desenha uma forma de agricultura, de raiz ancestral, indígena e camponesa. E, ao mesmo tempo, é expressão das iniciativas atuais de superação de sua forma industrial capitalista, responsável pela depredação da natureza e pelo adoecimento do ser humano[...]. E se realiza como um modo de vida, como *cultura*. [...] (2019, p. 3).

Acrescento um trecho poético do entendimento de Enrique Leff sobre...

a agroecologia é terra, instrumento e alma de produção, onde se plantam novas sementes do saber e do conhecimento, onde enraíza o saber no ser e na terra; é o caldeirão onde se amalgamam saberes e conhecimentos, ciências, tecnologias e práticas, artes e ofícios no forjamento de um novo paradigma produtivo (2002, p. 37).

A agroecologia se manifesta como uma proposta de um futuro mais justo no âmbito social e ambiental. Mesmo que o cerne da questão da agroecologia seja os sistemas de produção agrícola ecológicos, para que isso ocorra, ela trabalha de forma indireta a questão ontológica, a partir do momento que “as práticas agroecológicas recuperam o sentido do valor de uso (ecológico) da terra e seus recursos, e o devolvem a seu verdadeiro ser” (LEFF, 2002, p. 41). Sobre a recuperação do sentido do “valor de uso da terra e seus recursos” descrita por ele, trago uma relação com as PANC, principalmente as que são consideradas hortaliças tradicionais, que fazem parte dos saberes.

Dentro desse contexto, a agroecologia está vinculada a outra racionalidade ambiental, que Leff (2006) implica ser uma decolonização do conhecimento hegemônico para fertilizar os saberes locais, sendo um processo de emancipação que indaga a fundação do uno e o desconhecimento do outro. Concomitante, há a ecologia dos saberes, basicamente uma epistemologia contra-hegemônica, pois “se opõe à lógica da monocultura do conhecimento e do rigor científico, e identifica outros saberes e critérios de rigor e validade que operam de forma crível em práticas sociais que a razão metonímica declara não existentes” (SANTOS, 2018<sup>a</sup>, p. 223). Portanto, a agroecologia é uma práxis que propõe uma outra perspectiva de se viver, modificando a própria epistemologia da ciência ao incorporar o saber popular, saber que a própria modernidade tentou silenciar e anular, através do epistemicídio.

Dito isto, a questão que me movimenta e que move esta pesquisa é: podem os quintais com PANC produzir educabilidades significativas para a formação de sujeitos ecológicos, podendo trazer à tona reflexões sobre novos modos sustentáveis de produzir soberania e das injustiças ambientais que permeiam o sistema agroalimentar hegemônico?

O quintal ganha destaque, não apenas por ser um lugar de importância na minha experiência e que me encaminhou ao pensamento crítico a partir das PANC, mas também por já ter sido identificado por Almada e Souza (2017) como um espaço contra-hegemônico do cotidiano, de patrimônio biocultural, de valorização dos saberes tradicionais, que contribuem de forma significativa ao DHAA, local onde se encontram as maiores das PANC, fortalecimento da soberania alimentar, nova perspectiva de tempo vivido, lócus de memória coletiva e individual, entre outros pontos de significativa importância.

O meu objetivo é entender os significados atribuídos aos quintais com PANC por aquelas/es que praticam esses lugares na cidade de Simão Pereira, MG, e se esses significados podem produzir educabilidades acerca da soberania alimentar e das injustiças advindas do sistema agroalimentar hegemônico, podendo assim, formar sujeitos ecológicos.

Se “os sentidos que forjam o mundo se constroem discursivamente a partir de interesses sociais diferenciados” (LEFF, 2006, p. 291), pretendo investigar os discursos sobre/com esses quintais e sobre as plantas que ali estão. São esses quintais produtivos? A produção assegura o DHAA? Qual a motivação para o cultivo e uso das plantas que ali estão? São elas consumidas no dia a dia ou não? Quais redes sociais surgem dos quintais com PANC? Quais educabilidades? Nesses quintais há um discurso agroecológico e ecológico de quem os movimenta e, principalmente, há uma relação entre sujeito e quintal que se constrói como forma de resistência contra-hegemônica ao sistema agroalimentar hegemônico? Tais perguntas forjam uma questão mais geral de investigação como: as PANC dos quintais são percebidas como comida?

Posso crer que, tanto a crise civilizatória quanto a revolução paradigmática podem ser identificadas a partir de discursos hegemônicos sobre a percepção de mundo, experiência, o cuidado de si, o Outro, o mundo-vivido etc., mediante a ideologia, nos levando ao encontro do pensamento abissal. Esse aspecto faz valer o uso da Análise Crítica de Discurso em minha pesquisa, uma vez que “a humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é

sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS, 2018, p. 647) e essa negação faz parte integrante de princípios e práticas hegemônicas.

Para cumprir com o objetivo da pesquisa, o percurso escolhido foi trazer a ciência para identificar as educabilidades que surgem a partir da prática nos quintais com PANC que possam contribuir em trazer à tona a nossa vocação de *ser mais* ou de sermos sujeitos ecopolíticos. Meu interesse foi entender as significações discursivas de sujeitos que possuem quintais com PANC na cidade de Simão Pereira/MG, cidade na qual habito e onde o meu próprio quintal, que me encaminhou ao pensamento crítico, está situado. Para tanto, me amparei em referenciais teórico-metodológicos dos princípios da ACD sob uma perspectiva decolonial com abordagens de investigação qualitativa. Essa escolha se faz importante uma vez que, tanto a ACD quanto a Ecologia Política se ocupam em desvelar as relações de poder a fim de contribuir para uma mudança social.

O cruzamento entre esses métodos se dá quando Bogdan e Biklen (1994) apontam que a investigação qualitativa está interessada no modo como as pessoas dão sentido às suas vidas, tendo os paradigmas como orientadores da investigação, levando em conta o ponto de vista dos sujeitos. Para esses autores, a experiência humana é mediada pela interpretação e o significado é atribuído. A Análise Crítica do Discurso surge enquanto método que respalda esses significados, não sendo apenas interpretações minhas, abrindo brechas que me permitam induzir resultados. Para Magalhães, Martins e Resende (2017), a ACD é uma perspectiva de estudo que se situa na tradição qualitativa interpretativista, onde o ponto principal é o significado das ações sociais de forma crítica, ampliando as interpretações.

O principal objetivo da abordagem da ACD na análise das minhas entrevistas é investigar o modo como os significados operam na prática social dos quintais e do comer. Se, para a investigação qualitativa, o pesquisador busca compreender o processo em que pessoas constroem significados (BOGDAN; BIKLEN, 1994), a ACD desvela a construção desses significados, tanto no que tange à manutenção da hegemonia, quanto possíveis fissuras que possam encaminhar a uma mudança social, podendo contribuir em assegurar o DHAA e trilhar um caminho rumo à soberania alimentar.

A ACD dá aporte a estudos críticos da linguagem como prática social, sendo comprometida em oferecer suporte para questionamentos de problemas sociais relacionados a poder e justiça (RAMALHO; RESENDE, 2011), cenário no qual esta

pesquisa se situa. Entendemos, então, discursos como um momento de uma prática social que, neste caso, se dá na prática ordinária de quintais com PANC, onde “a linguagem se manifesta como discurso: como uma parte irredutível das maneiras como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmo, os outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 15). A ACD entende que a linguagem está presente em todos os níveis da vida social (RAMALHO; RESENDE, 2011), e essa complexidade coincide com a situação-limite delimitada, que é a questão alimentar.

Para entender a educabilidade dos quintais com PANC, da cidade de Simão Pereira/MG, a partir das práticas ordinárias desses quintais, identifiquei as relações formadas entre seres humanos e não humanos e a forma como o sistema agroalimentar hegemônico atravessa esses sujeitos, e busquei compreender os discursos, gêneros e estilos utilizados na linguagem dos determinados atores sociais, uma vez que

ao fazermos uso da linguagem em nossas vidas cotidianas, recorremos a maneiras particulares de representar, de agir e interagir e de identificarmos o mundo e a nós mesmos/as, isto é, assim como todas as outras pessoas – cada qual com suas particularidades e em seu contexto histórico, político, cultural (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 17).

Investir na pesquisa qualitativa abordando a ACD se fez coerente, em concordar com Denzin e Lincoln que

são muitos os que aprenderam a escrever de um modo diferente e a situar-se em seus textos. Nossa luta hoje é no sentido de relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre (2007, p. 17).

Do ponto de vista da ACD, os sujeitos constituem e constroem o mundo social, e como pesquisadores, agimos no mundo social não apenas para representá-lo, mas também para modificá-lo (COSENZA, 2014). É uma atividade que localiza o observador no mundo, consistindo em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que transformam o mundo em uma série de representações, envolvendo uma abordagem naturalista, interpretativa, estudando as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os significados dessas práticas (DENZIN; LINCOLN, 2007). Esta pesquisa tem uma dimensão multidimensional.

Enquanto pesquisadora qualitativa, busquei soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado (DENZIN; LINCOLN, 2007), tendo a coleta de dados no ambiente natural se constituído como instrumento principal (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Busquei compreender a experiência que os atores

sociais têm com os quintais e o significado para eles. No que tange às PANC, investi na tentativa de entender se a existência delas, espontânea ou não, traz à consciência questões referentes ao DHAA. O paradigma interpretativo é o estudo cultural crítico, isso porque acredito em Bogdan & Biklen quando falam “que as relações sociais são influenciadas por relações de poder que devem ser entendidas mediante análise das interpretações que os sujeitos fazem das suas próprias situações” (1994, p. 61).

A ACD busca identificar os efeitos ideológicos que textos ou discursos possam ter sobre as relações sociais, ações, interações, pessoas e mundo material, mas também se interessa pelo papel do discurso na mudança social e pelos modos de organização social da sociedade em busca da emancipação (RAMALHO; RESENDE, 2011). Essas duas ocupações me cativam, visto que me deparei com quintais em que as PANC não foram reconhecidas, tendo a sua utilização descartada ou não valorizada devido uma alimentação já modificada pelos padrões do sistema agroalimentar dominante, da mesma forma que encontrei quintais com PANC, no que diz respeito às tradicionais, em que são consumidas cotidianamente.

Tendo em vista que a ACD vai oferecer ferramentas analíticas para investigar discursos e seus efeitos ideológicos, assim como, refletir acerca das possíveis superações das relações assimétricas de poder, a seguir crio meu arcabouço teórico que dá possibilidades de identificar obstáculos para que o meu problema social seja superado (RAMALHO; RESENDE, 2011). Para tanto, no capítulo 2, “A Busca por Significados”, introduzo a ACD, apontando como ela irá contribuir para esta pesquisa. O capítulo 3, intitulado “De Onde Surge minha Inquietação”, é meu arcabouço teórico, construído de maneira que me auxilia a compreender a prática social dos quintais com PANC. Esse capítulo está dividindo em 3 seções: 3.1 “Onde está o poder no ato de comer”, em que me esforço em contextualizar e denunciar o sistema agroalimentar hegemônico; 3.1.1 na qual anuncio a Agroecologia, onde estou “Me nutrindo dos saberes agroecológicos”; e, por fim, 3.1.1.1, revelo o “Encontro com os quintais com PANC”, onde teço um diálogo com os capítulos e subcapítulos anteriores. No capítulo 4, faço um manejo que dá condições para a “Germinação da Educação Ambiental Crítica”. Esse movimento se justifica para garantir que as causas mais amplas da minha pesquisa se relacionem com as análises das entrevistas, possibilitando uma crítica explanatória (RAMALHO; RESENDE, 2011). No capítulo 5, “A Pesquisa Adentra os Quintais com PANC”, apresento meu percurso investigativo e, no subcapítulo 5.1, “A Cidade de Simão Pereira e Quem Pratica os

Quintais com PANC”, trago a contextualização da cidade e os sujeitos que praticam esses quintais. “As Educabilidades Germinadas”, capítulo 6, constitui os resultados dessa investigação, onde divido minhas análises em 4 subcategorias: 6.1, que diz respeito ao sistema agroalimentar hegemônico e “Suas Sementes de Poder”; 6.1.1 através da Agroecologia identifico “O Desabrochar de Outras formas de Ser”; 6.1.1.1 “O Fazer (Re)existência” corresponde à prática em si dos quintais; e, por fim, no subcapítulo 6.1.1.1.1, faço o movimento de “Perseguir a Soberania Alimentar” através das PANC encontradas nos quintais. No capítulo 7, “Construir a Educação Ambiental Crítica a partir dos Quintais com PANC”, teço a sistematização da pesquisa e trago as considerações finais.

## 2 -A BUSCA POR SIGNIFICADOS

*A presença, a força do ser está atrelada à sua produção discursiva. A linguagem como ato é a própria manifestação das existências.*

*Luiz Rufino (2019, p.54).*

A abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD) foi escolhida, neste trabalho, por viabilizar a análise de contradições/paradoxos sociais e lutas pelo poder, tendo a linguagem como espaço de disputa hegemônica, contribuindo, assim, para a Ecologia Política enquanto episteme central desta pesquisa. Na ACD, o entendimento de que “o poder como uma força de coação unilateral de estrutura sobre o indivíduo, que dela não consegue se libertar [...], é temporário” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 24), favorece a construção de novas práticas sociais que caminham para uma sociedade mais justa e de relações éticas entre seres humanos e não humanos.

A adjetivação crítica do termo ACD implica evidenciar conexões ocultas nos discursos e práticas sociais que auxiliem a sociedade a intervir para produzir mudanças que favoreçam àquelas/es que possam se encontrar em opressão, tendo seus direitos negados, como no caso da pesquisa da Rede Penssan (2022), que revela o DHAA é negado há 33 milhões de brasileiras/os atualmente.

A ACD se estrutura, primeiro, em uma visão científica de crítica social; segundo, no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia e, terceiro, na teoria e na análise linguística e semiótica (RESENDE; RAMALHO, 2006). Por ser uma abordagem das ciências sociais, científica e interdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social, oferece suporte para questionamentos de problemas sociais relacionados a poder, controle e justiça, tendo o conceito de discursos em seu cerne de estudos, constituinte de toda prática social. A linguagem se apresenta como um modo tanto para estabelecer e sustentar relações de dominação quanto para contestar e superar tais problemas. Ela é parte irredutível da vida social, como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo (RESENDE; RAMALHO, 2011).

Para Fairclough (2010), as práticas sociais são uma atividade social relativamente estável e complexa, uma vez que articula diversos elementos sociais que sempre incluem o discurso, como: atividades, sujeitos e suas relações sociais, instrumentos, objetos, tempo e lugar, formas de consciência e valores, que são dialeticamente relacionados. O discurso pode ser concebido de três modos nas práticas sociais: como parte da atividade

social de uma prática; nas representações, sendo um processo de construção social, onde integra os modos de ser e a constituição das identidades. Por isso, tanto a ACD como a EA crítica têm um cunho político que se volta para as mudanças radicais na vida social.

O discurso é um modo de ação e uma forma de agir sobre o mundo e sobre outros, e de representação desse mundo. Sendo assim, há uma relação dialética com as estruturas sociais, sendo moldado e restringido por elas, contribuindo para a constituição de todas as dimensões dessa estrutura (FAIRCLOUGH, 2008). No entendimento deste trabalho, se alimentar é uma ação envolta em uma prática social constituída por discursos concebidos na atividade social que envolve a escolha do que e como iremos comer, a partir de alguma educabilidade.

Comer pode representar o mundo sob a régia do poder do capital, no sentido da disponibilidade de tipos de alimentos e/ou produtos alimentícios nas mais variadas esferas sociais, sendo moldado e restringido desde o plantio até a comercialização. É o capitalismo que dita o que será plantado e comercializado, inclusive os tipos de alimentos que estarão disponíveis para o consumo de forma mais prática. A exemplo de refeições rápidas disponíveis nos mais variados espaços urbanos, da comida de rua à praça de alimentação, ou, nos mercados e hipermercados, oferecendo produtos alimentícios ultraprocessados ou hortifrutis cultivados de forma convencional.

Quando recorremos à linguagem, de forma direta ou indireta, em nossas vidas cotidianas, estamos representando, agindo, interagindo e identificando o mundo e a nós mesmas/os, seja em um contexto histórico, político ou cultural, adquirindo um movimento mais concreto ou abstrato. O texto, como evento discursivo ligado a práticas sociais, traz em si traços de ação individual e social: crenças, valores, histórias; do contexto sócio-histórico específico num mundo material particular (RESENDE; RAMALHO, 2011), e, por isso, os discursos também podem contribuir para a transformação dos modos de ser, agir e interagir com o mundo, quando é concebido nas representações, modos de ser e constituições identitárias.

O “comer” como prática social é situado, temporal e espacialmente, onde as pessoas interagem com o mundo, articulam relações sociais, fenômenos mentais (crenças, valores, história etc.), mundo material e discurso. As convenções e normas ditadas pela ideologia estabelecem quem tem direito à voz e o que pode ser dito por determinadas classes e funções sociais (RESENDE; RAMALHO, 2011). Sendo assim, “a prática social tem variações – econômica, política, cultural e ideológica – e o discurso pode estar

implicado em todas elas” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 49). Portanto, o discurso molda identidades e relações com instituições ligadas ao sistema agroalimentar hegemônico, sendo esse discurso uma prática discursiva política e ideológica, podendo vir a silenciar vozes e saberes daqueles seres não hegemônicos, relacionados à cultura alimentar (seja ela referente aos povos originários, caipira, quilombola etc.), com o intuito de manter o poder do capital neoliberal.

Esse discurso se torna visível quando observamos o que é comercializado nos hipermercados, mercados e feiras, tendo 52% dos alimentos *in natura* de origem euroasiática (KINUPP, 2014) e 70% correspondem a quatro variedades de plantas (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017). Ou, até mesmo em restaurantes e praças de alimentação, que privilegiam culinárias exóticas, ultraprocessadas ou processadas e muito pouco é explorado da nossa cultura alimentar ou ingredientes próprios da nossa biodiversidade, colaborando em silenciar e/ou apagar componentes identitários. Os saberes da nossa culinária originária ou tradicional têm cor, raça e território contra-hegemônico que são habitados em meio a conflitos ambientais, divergindo dos interesses do mercado, o que me leva a adotar uma perspectiva decolonial em detrimento de uma perspectiva classista.

A prática discursiva não se opõe à prática social; muito pelo contrário, é consequência dela.

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas [...] entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2008, p. 94).

Sendo assim, a prática social, em parte, pode ser considerada um evento discursivo tanto quanto um texto, figurando, simultânea e dialeticamente, em três modos de significado: 1) acional/relacional se refere à maneira como as relações são representadas, construídas e negociadas, modo de (inter)agir; 2) significado representacional, como os textos significam o mundo e seus processos, entidades, a construção de sistemas de conhecimentos e crença; e 3) significado identificacional, como as identidades sociais, as posições de sujeito ou sujeitos são estabelecidos no discurso.

Esses significados também se associam aos três grandes eixos da obra de Foucault: o eixo do poder, o eixo do saber e o eixo da ética, igualmente articulados dialeticamente (RESENDE; RAMALHO, 2011)

o significado acional relaciona-se ao eixo do poder, ou seja, a ‘relação de ação sobre os outros’. Nessa perspectiva é que se entende que gêneros, como maneiras de (inter)agir e relacionar-se discursivamente, implicam relações com os outros, mas também *ação sobre os outros e poder*. O significado representacional relaciona-se ao eixo do saber. Discursos, como maneiras particulares de representar aspectos do mundo, pressupõem *controle sobre as coisas e conhecimento*. O significado identificacional relaciona-se ao eixo da ética. Estilos, maneiras de identificar a si e aos outros, pressupõem *identidades sociais e individuais*, ligadas às relações consigo mesmo’, ao ‘sujeito moral’ (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 51).

A perspectiva crítica da análise do discurso entende que a relação linguagem-sociedade é interna e dialética, se constituindo socialmente, tendo efeitos sociais, políticos, cognitivos, morais e materiais. Por isso se preocupa com efeitos ideológicos sobre essas relações, inclusive no sentido de identidade, que possam sustentar projetos particulares de dominação e exploração, sustentando a distribuição desigual de poder. “A luta hegemônica travada no/pelo discurso é uma das maneiras de se instaurar e manter a hegemonia. Quando o abuso de poder é instaurado e mantido por meio de significados discursivos, está em jogo a ideologia” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 24).

Aqui, é interessante trazer, brevemente, o discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável que, para Cosenza (2014),

a firma [...] a possibilidade de conseguir um crescimento econômico sustentado através de mecanismo do mercado. Dessa forma, esse discurso, conduz a objetivos de equilíbrio ambiental e justiça social por uma via: o crescimento econômico orientado pelo livre mercado. Sendo assim, a tecnologia se encarregaria de reverter os efeitos da degradação ambiental nos processos de produção, distribuição e consumo de mercadorias (2014, p. 71).

O sistema agroalimentar tem se apropriado desse discurso a fim de legitimar suas ações e ocultar os problemas quando se posiciona como referência em práticas como a agricultura de baixo carbono, plantio direto, utilização de sistemas de Integração Lavoura/Pecuária/Floresta, implementação de tecnologia de ponta, “carnes” feitas à base de plantas, produzida em laboratório etc. Percebe-se, então, uma maneira de manter a hegemonia através da ideologia, não havendo nenhuma alteração de significado representacional, de como esse setor significa o mundo, pois os valores capitalistas continuam presentes.

A ideologia é onipresente no discurso quando incorpora significações que mantém ou reestruturam relações de poder. Em ACD, é entendida, por natureza, hegemônica e inerentemente negativa, é um instrumento semiótico de lutas de poder, podendo ser encontrada tanto na estrutura quanto nos eventos atuais. Entendo que patriarcado, colonialismo e capitalismo são componentes estruturais das amarras capitalistas, e os

eventos atuais poderiam ser os discursos sobre o desmonte das políticas públicas voltadas para alimentação, as injustiças sociais e ambientais do agronegócio, negadas no discurso, no epistemicídio no âmbito alimentar, ao preterir conhecimentos em relação a outros tidos como superiores.

Para Fairclough

ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões da forma/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (2008, p. 117).

Se a ideologia se manifesta em discursos dominantes, por sua vez, a hegemonia é liderança e domínio econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. É o poder sobre a sociedade, é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes, lugares, territórios etc. (FAIRCLOUGH, 2008).

Na temática desta pesquisa, podemos ver essa luta hegemônica operando, no governo Bolsonaro, com a extinção do CONSEA (que fazia a gestão participativa da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional federal, estadual e municipal), a extinção do Bolsa Família, o desmonte do PAA (Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PNAE), ou seja, políticas públicas alimentares que contemplavam os povos originários, tradicionais e agricultoras/es familiares, sustentando um discurso que “atrapalha” o crescimento do agronegócio, na desvalorização do trabalho campestre, no perigo do uso de biocidas, a monocultura que exclui outros saberes etc. Sendo que a hegemonia pode sustentar ou manter alianças e relações de dominação/subordinação, assumindo formas econômicas, políticas e ideológicas. Essa luta é congruente ao conceito de discurso que tem a concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos como ordens de discurso.

Pode-se considerar uma ordem de discurso como uma faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou transformação não apenas da ordem de discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes (FAIRCLOUGH, 2008, p. 123-124).

A desconstrução ideológica de textos e eventos que interagem com práticas sociais pode intervir de algum modo na sociedade, a fim de desvelar relações de dominação. Seriam os quintais espaços de desconstrução da ideologia dominante ao se constituírem

enquanto agroecológicos e cultivadores de saberes das plantas tradicionais? O quintal pode ser um lugar ressignificado no discurso para problematização de contradições de práticas de alimentação hegemônicas, um lugar habitado por significações contra-hegemônicas ou hibridismos, em que convivem PANC, plantas comestíveis convencionais e medicinais, podendo contribuir para uma mudança de discurso. Fairclough (2008) aponta que esses dilemas “têm suas condições sociais em contradições e lutas estruturais nos níveis institucional e societário [...]; o que decisivamente determina a forma como essas contradições se refletem em eventos específicos é a relação desses eventos com as lutas que se desenvolvem ao redor das contradições” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 127).

Sendo a ideologia um conceito inerentemente negativo, para emancipar os sujeitos oprimidos e que possuem seus direitos negados, há que se desvelar e desnaturalizar o senso comum criado a partir de discursos ideológicos, possibilitando coibir e/ou anular o funcionamento ideológico nesses discursos. Para isso, Thompson (RESENDE; RAMALHO, 2011) sugere cinco modos gerais de operação dessa ideologia, sinalizando como ela se naturaliza, e passa a fazer parte do senso-comum.

Tabela 1 – Modos gerais de operação da ideologia

<b>Modos gerais de operação da ideologia</b>	<b>Estratégias típicas de construção simbólica</b>
<b>Legitimação</b> <b>Relações de dominação são representadas como legítimas</b>	RACIONALIZAÇÃO (uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações) UNIVERSALIZAÇÃO (interesses específicos são apresentados como interesses gerais) NARRATIVIZAÇÃO (exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente)
<b>Dissimulação</b> <b>Relações de dominação são ocultadas negadas ou obscurecidas</b>	DESLOCAMENTO (deslocamento contextual de termos e expressões) EUFEMIZAÇÃO (valoração positiva de instituições, ações ou relações) TROPO (sinédoque, metonímia, metáfora)
<b>Unificação</b> <b>Construção simbólica de identidade coletiva</b>	PADRONIZAÇÃO (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado) SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE (construção de símbolos de unidade e identificação coletiva)

<b>Fragmentação</b> <b>Segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante</b>	<b>DIFERENCIAÇÃO</b> (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo) <b>EXPURGO DO OUTRO</b> (construção simbólica de um inimigo)
<b>Reificação</b> <b>Retratação de uma situação transitória como permanente e natural</b>	<b>NATURALIZAÇÃO</b> (criação social e histórica tratada como acontecimento natural) <b>ETERNALIZAÇÃO</b> (fenômenos sócio-históricos apresentados como permanentes) <b>NOMINALIZAÇÃO/PASSIVAÇÃO</b> (concentração da atenção em certos temas em prejuízo de outros, com apagamento de atores e ações)

Fonte: Tabela adaptada de THOMPSON (2002<sup>a</sup>, p. 81 apud RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 28).

O sistema agroalimentar opera a legitimação quando, a partir da expressão “a salvação da lavoura” ou até mesmo “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é Tudo” se insinua como necessário para garantir a produção de alimentos para o planeta. Para Pompeia e Schneider (2021), busca se legitimar vinculando-se as noções de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ao usar expressões como “alimentar o mundo”, mesmo quando sua produção é direcionada a *commodities* agrícolas ou produtos alimentícios ultraprocessados. Dissimula, ao propor a expressão “defensivo agrícola” ao invés de biocida, ou mesmo quando se apoia no nutricionismo, reduzindo o alimento e/ou comida a apenas micro e macro nutrientes, não considerando a forma de plantio, colheita, irradiação ou industrialização. Unifica, quando o agronegócio incorpora a agricultura familiar e, recentemente, o quilombo, na propaganda “Agro: de gente pra gente”, da rede de comunicações GLOBO. Fragmenta, ao criminalizar movimentos sociais ligados à questão agrária, como, por exemplo, o Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) através da CPI instaurada, em 2023, que investiga quem financia o movimento. Reifica, quando, através do discurso ideológico, invisibiliza atores sociais não-hegemônicos e seus saberes, contribuindo com o epistemicídio (SOUSA; MARQUES; SOUZA, 2020) e coloca a agricultura tradicional como agricultura de baixa-renda e estagnada (NETO, 2018).

A abordagem decolonial da ACD, em uso nesta pesquisa, se dá no momento que se entende o epistemicídio a partir dos discursos ideológicos e, por conseguinte, em práticas sociais. Situar-se nessa perspectiva não diz respeito à inexistência de epistemologias diversas à hegemonia, mas compreender que essas são silenciadas e invisibilizadas. O esforço é feito conforme o pensamento de Resende (2019), que se dirige a três caminhos convergentes: decolonizar o saber, decolonizar o poder e decolonizar o

ser, “num ciclo virtuoso entre consciência (ser), crítica (saber) e criatividade (poder)” (RESENDE, 2019, p. 20). Com isso, pretendo aliar a ADC de Fairclough a conhecimentos outros de análises, principalmente quando dizem respeito a epistemes provenientes do Sul global.

Para tanto, é importante se dar conta do falso universalismo da ciência moderna, na contextualização, de forma crítica, das novas epistemologias que venham a surgir durante a análise de discurso e das potencialidades transformativas que podem ser construídas. No capítulo a seguir, abordarei as injustiças socioambientais acerca da temática da alimentação e como essas injustiças estão atreladas ao poder colonial e capitalista, mas também anunciarei a Agroecologia enquanto projeto societário contra-hegemônico, assim como o Quintal com PANC enquanto lugar praticado de resistência e (re)existência diante do sistema agroalimentar hegemônico.

### 3. DE ONDE SURGE MINHA INQUIETAÇÃO

Neste capítulo, irei explorar a conjuntura em um arcabouço teórico no qual a prática dos quintais com PANC está inserida. Como uso a ACD como método de análise, organizei meu percurso de pesquisa inspirada na literatura em que me debrucei acerca da ACD (RAMALHO; RESENDE, 2011; RESENDE; RAMALHO, 2006; BARISTA JR; SATO, MELO, 2018; MAGALHÃES; MARTINS, 2017; FAIRCLOUGH, 2008), onde se definiu o problema social: o modo como as cidades invisibilizam e destroem quintais e assim os saberes que com eles se constroem. Constatado esse problema, que reforça a negação da DHAA e a soberania alimentar, parto a discutir a conjuntura na qual a denúncia se insere. Assim, persigo o Sistema Agroalimentar Hegemônico, logo após mergulho na Agroecologia, como anúncio de novas educabilidades e, por fim, busco o entendimento sobre a prática dos Quintais com PANC. Esse movimento se faz importante para analisar o corpus empírico da investigação.

#### 3.1 Onde está o poder no ato de comer

As denúncias relacionadas à alimentação, que nos levam à crise da civilização, possuem raízes anteriores à modernidade, sendo essa uma sucessão de épocas passadas. Refletir sobre essas raízes pode nos levar a compreender formas de arapucas/táticas/estratégias de resistência a violações de direitos e nos levar a uma possível nova (re)existência, entendendo o potencial de educabilidade dos Quintais com PANC.

Para Morin

a história do mundo e do pensamento ocidentais foi comandada por um paradigma de disjunção, de separação. Separou-se o espírito da matéria, a filosofia da ciência; separou-se o conhecimento particular que vem da literatura e da música, do conhecimento que vem da pesquisa científica. Separaram-se as disciplinas, as ciências, as técnicas. Separou-se o sujeito do conhecimento do objetivo do conhecimento (2002, p. 17).

Na modernidade, houve uma ruptura da relação humanidade e natureza, posicionando-as de forma dicotômica, além de reduzir, simplificar e ocultar problemas gerados. Entender essa ruptura é compreender as construções do colonialismo e do capitalismo que nos oprimem e nos destituem de direitos constitucionais, como o DHAA.

Thomas (1989) traça um caminho percorrido pela relação humanidade e natureza desde o período dos Tudor e Stuart, na Inglaterra, mostrando como os discursos bíblicos

justificavam a visão tradicional segundo a qual o “mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades” (THOMAS, 1989, p. 21), uma vez que, nessa perspectiva, a humanidade fora criada à imagem de Deus. Esse pensamento adentrou a modernidade, quando a expressão “civilização humana” se tornou sinônimo da conquista da natureza, sendo vista apenas como alimento e combustível, tendo a ciência o papel de devolver ao homem<sup>10</sup> o domínio sobre a criação perdido, em parte, pelo pecado original.

Essa singularidade humana é anterior ao cristianismo, podendo ser compreendida quando Aristóteles dividiu a alma em três dimensões, sendo uma delas exclusivamente humana: a alma racional ou intelectual. Mas é a partir de Descartes, considerado um filósofo fundador da Modernidade, que os homens se tornaram “senhores e possuidores da natureza” (THOMAS, 1989, p. 41), descrevendo outras espécies como inertes e desprovidas de alma e/ou sentimentos. Assim se deu o início da ruptura entre humanidade e natureza, legitimando a dominação indiscriminada da natureza, com a permissão para caçar, domesticar, comer carne, fazer vivissecção e promover o extermínio sistemático de animais nocivos ou predadores.

Esse posicionamento humano que levou a essa ruptura é a causa do que hoje é denominado antropocentrismo que, para Gudynas (2020), diz respeito às posturas centradas nos seres humanos, colocando-os como únicos sujeitos de valor e o resto como objetos de valor, pois, se as espécies ou os ecossistemas são objetos, podem estar sob a propriedade dos humanos. O antropocentrismo também implica um sentido de interpretar e sentir o meio ambiente em função de necessidades e desejos dos próprios humanos, ou seja, é organizado para atender à utilidade expressa na dominação, que se apropria, controla, manipula e possui o meio ambiente, a fim de extrair, transpassar e modificar com o objetivo da rentabilidade e do lucro.

Thomas (1989) diz que as atribuições construídas para distinguir os homens dos animais são análogas a outros povos, uma vez que, nesse período, a essência da humanidade era constituída a partir de qualidades específicas, ou seja, culturais. Portanto, qualquer ser humano que fosse estranho às qualidades específicas (europeu, branco, homem, cis, hetero e burguês), determinadas pelo período, era considerado sub-humano ou semianimal, sendo incluídas nesse grupo, pessoas não letradas, camponeses e

---

<sup>10</sup> Não me refiro à humanidade e sim ao homem, pois quero deixar claro o poder patriarcal, antropocênico e machista.

provenientes de outras culturas que não fosse a europeia, criando uma nova justificativa à dominação e maus-tratos, mas, agora, aos próprios seres humanos. Essa desumanização, denominando outros humanos como sub-humanos, selvagens, brutais, bestiais, justificou a escravidão e fortaleceu o poder eurocêntrico

dessa maneira, o ideal do predomínio humano também repercutia no relacionamento dos homens entre si, não apenas no modo de tratarem o mundo natural. Alguns homens eram vistos como animais úteis, a serem refreados, *domesticados e tornados dóceis*; outros eram *daninhos* e predadores, a serem *eliminados* (meu grifo, THOMAS, 1989, p. 56).

Assim, pode-se compreender o início de questões atuais como o racismo, a negação da outridade, distinções entre seres visíveis e invisíveis, pontuados como consequências do poder colonial. Quijano (2005) diz que a formação de relações sociais fundadas na ideia de raça, no sentido moderno, não tem história conhecida antes da América, e que assim se produziram identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e se redefiniram outras. E é nessa medida, juntamente com a expansão da colonização europeia, que surgiu a relação de dominação racial: essas identidades foram subjugadas, no interesse do eurocentrismo, naturalizando as relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus, lembrando que a identidade de gênero é a mais antiga. Portanto, “raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (QUIJANO, 2005, p. 3), legitimando a escravização de povos.

A colonização, como projeto de poder da Europa, também concentrou, sob sua hegemonia, todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial, do conhecimento e da produção dele. O eurocentrismo levou os europeus a se sentirem naturalmente superiores, re-situando os povos colonizados como naturalmente raças inferiores. A colonialidade do poder, do capitalismo e do eurocentrismo se tornou um piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo, como modelos intersubjetivos: Estado-nação, a família burguesa, a empresa, a racionalidade eurocêntrica (QUIJANO, 2005). Sendo assim, a América Latina é colocada como Terceiro-Mundo, tendo sua economia saqueada, sua história deturpada e seu cotidiano usurpado.

O racismo, construído a partir do pensamento de Quijano, tem seu início a partir das grandes navegações, quando povos ibéricos passaram a ter relações coloniais em territórios ditos “descobertos” por eles. Vemos essa dominação logo no nome dado ao território em que nos encontramos: o nosso continente é uma homenagem a Américo Vespúcio. E a colonialidade impera até os dias atuais, como Quijano (2005) alerta,

mantendo um poder colonial do saber e do ser, uma forma dominante de controle de recursos, trabalho, capital e conhecimento.

Para Walsh (2007), a “história” do conhecimento é marcada geo-historicamente, geopoliticamente e geoculturalmente. Ou seja, tem valor, cor e lugar de ‘origem’, tendo o eurocentrismo como uma perspectiva dominante do conhecimento, negando, assim, outras formas de conhecimento que não sejam brancas, europeias e científicas no sentido cartesiano e newtoniano, formando, dessa forma, a colonialidade do saber. A colonialidade do ser se refere à não-existência e à desumanização, uma negação do estado de ser humano que se iniciou dentro dos sistemas de cumplicidade entre o colonialismo e a escravidão (WALSH, 2007). A colonialidade do poder se estabeleceu através do controle do trabalho, mediante uma hierarquia racializada (QUIJANO, 2005). Ainda há uma quarta proposta de colonialidade: a cosmogônica, ou da mãe natureza, que pretende anular as cosmovisões, filosofias, religiosidades, princípios e sistemas de vida. A dupla modernidade-colonialidade se esconde por trás de um discurso neoliberal multiculturalista, que incorpora a diferença, na medida em que a neutraliza e a esvazia de seu significado (WALSH, 2009).

Para me situar na perversidade da colonialidade do ser e compreender a “outridade” conceituada por Leff, me apoio em Carneiro (2015) que, baseada no pensamento de Heidegger, distingue as categorias do ôntico e do ontológico; o primeiro se refere às determinações do ser, ou seja, raça, cor, cultura, religião e etnia; e ontológico diz respeito ao ser enquanto tal. Para ela,

é a ideia de universalidade que emancipa o indivíduo e permite-lhe expressar a sua diversidade humana. Em contrapartida, é a ideia de particularidade que aprisiona o indivíduo [...] é a redução do ser à sua particularidade que aprisiona o indivíduo não-ocidental ao seu grupo específico (CARNEIRO, 2015, p. 27-28).

Essa condição de particularidade nos leva a supor que é a designação de raça, criada na modernidade, que permitiu, e ainda permite, o Outro diferente do Eu (Ser) hegemônico, estar sob a régia do poder colonial do ser, que nega a condição ontológica daqueles não-brancos, não-europeus e, ainda, não-homens, à incompletude humana, uma vez que “é justamente pela *falta em ser* que instala a ordem simbólica que o desejo desemboca em uma vontade de domínio [...] desenvolvendo estratégias discursivas, teóricas e jurídicas nas quais os jogos de linguagem se convertem em armas de dominação” (LEFF, 2006, p. 328-329).

Essa negação pode ser articulada com o conceito de epistemicídio, sendo, dentro de uma perspectiva foucaultiana trazida por Carneiro (2015, p. 96), “como um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade/biopoder”. A colonialidade do saber é um poder com o propósito de subalternizar, subordinar, marginalizar ou ilegalizar práticas e grupos sociais que possam ameaçar o poder hegemônico. Esse processo de negação das categorias do ôntico e ontológico do Outro hegemôniza e naturaliza a superioridade europeia. Para Carneiro (2015), o epistemicídio é um “processo persistente de produção da indigência cultural [...] porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento [...] sem desqualificá-los [...] como sujeitos cognoscentes [...] fere de morte a racionalidade do subjugado” (CARNEIRO, 2015, p. 97).

Na alimentação não é diferente: temos um imenso potencial de, no mínimo, 10.000 espécies comestíveis; no entanto, somente 52% do que consumimos é de origem euroasiática (KINUPP, 2014). Outro dado é que há

150 anos, a humanidade alimentava-se com o produto de 3.000 espécies vegetais, que eram, em 90% dos países, consumidas localmente. Hoje, 15 espécies respondem por 90% dos alimentos vegetais e somente quatro culturas – milho, trigo, arroz e soja – respondem por 70% da produção e consumo (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 58).

Essas quatro culturas, hoje, são consideradas *commodities*, sendo produzidas pelo agronegócio.

Existem duas formas de ingerir alimentos: uma é pelo caminho da nutrição, que pode ser considerado como o ato de ingerir nutrientes; outra é a alimentação, que envolve o fator histórico-cultural, levando em consideração a escolha de alimentos e a ingestão de nutrientes. Nesta pesquisa, me referirei ao fator histórico-cultural como prática social. Pensar a alimentação é pensar cultura: “as culturas alimentares são teias de signos, símbolos, práticas e rituais que expressam valores e significados sociais, coletivos, ainda que realizados individualmente” (OLIVEIRA, 2020, p. 2). A alimentação é uma expressão de identidade social e subjetividade. A comida é uma construção ideológica com dimensões simbólicas que anuncia a escolha e a seleção de alimentos e possui historicidade. Ela evidencia aspectos éticos, humanos, culturais e simbólicos de diversos grupos (OLIVEIRA, 2020).

Na perspectiva da ACD, a alimentação pode ser vista como uma prática social que articula elementos sociais dialeticamente relacionados, como: atividades, sujeitos e suas relações sociais, instrumentos, objetos, tempo e lugar e discurso. O discurso pode ser

concebido de três modos: no primeiro, como parte da atividade social dentro de uma prática; no segundo, figura representações, sendo um processo de construção social de práticas; e terceiro integra os modos de ser, a constituição das identidades (FAIRCLOUGH, 2010).

Parto do princípio argumentativo de que há um epistemicídio acerca dos saberes alimentares, quando plantas que outrora fizeram parte da nossa cultura alimentar hoje beiram o esquecimento (e por isso são consideradas PANC), e quando a cultura alimentar é substituída por produtos alimentícios ultraprocessados provenientes das indústrias alimentícias. Quando o capitalismo integra diversos sistemas de produção/industrialização/comercialização, criando o sistema agroalimentar, determinando-o como modelo hegemônico de agricultura e produção, tem-se a noção de um império alimentar, uma vez que há o controle dos sistemas agrícola, pecuário, industrial, comercial, financeiro e tecnológico. Esse sistema é, por sua vez, organizado em redes, que envolvem empresas de todos os setores da economia, partidos políticos e governos. Essa estrutura dá às corporações capitalistas o controle das sementes e das tecnologias, além da terra, do trabalho e da produção (FERNANDES, 2019).

O colonialismo constitui apenas uma das forças de opressão e controle operantes nos dias de hoje. Vivemos oprimidos pelo capitalismo que é global e com agendas neoliberais. A globalização se apresenta como o ápice do processo de internacionalização do capitalismo, capaz de homogeneizar o planeta, tendo as diferenças locais aprofundadas, estimulando o culto ao consumo (SANTOS, 2000). Para López (2020), estamos sob as réguas de um poder imperialista, um sistema vivido nos corpos das oprimidas e oprimidos do Sul, sendo gerador de desigualdades entre países e regiões. Para o mesmo autor, o imperialismo é um termo demodê, mas que não deve ser apagado, pois explica a concentração de poder dos países do Norte, assim como “o monopólio do capital, baseado na exportação de capital dos países imperialistas para as periferias do mundo, [...], se apropriando dos recursos provenientes do Sul para garantir as condições de produção do Norte” (LÓPEZ, 2020, p. 5). Como minha pesquisa parte da EA crítica em diálogo com a Ecologia Política e se apoia em referenciais teóricos metodológicos da ACD, não usarei os termos impérios e/ou imperialismo: aqui, usarei hegemonia.

No caso da América Latina, as consequências foram a dependência econômica, após uma suposta independência política, tendo nossas terras, água, florestas e até a própria vida apropriadas pelo imperialismo: e os Estados Unidos da América são o

principal agente de poder. A alimentação também é capturada pelo neoliberalismo e pelo poder hegemônico, que podem ser identificados desde nos processos que envolvem o plantio até nas escolhas alimentares, tanto no espaço privado quanto no público; portanto, nas práticas sociais que envolvem o ato de se alimentar. Essas influências se apresentam apoiadas sobre um discurso da globalização, a “aldeia global”, sendo a “integração econômica, política e cultural contínua e crescente do mundo. Na prática, isso implica que há fenômenos e processos que afetam a todo o mundo de maneira imediata, inclusive simultânea, isto é, global” (QUIJANO, 2002, p. 3).

No âmbito da alimentação, o poder hegemônico elucidava tanto a concepção da ideia do agronegócio quanto a sua constituição, explicando o seu funcionamento atual e o paradoxo entre discurso e prática que carrega consigo, uma vez que não produz comida e sim *commodities*. O termo agronegócio é um conceito agroindustrial brasileiro que deriva do *agribusiness* criado nos Estados Unidos na década de 50. Ambos derivam da aglutinação de duas áreas: a agricultura e o negócio (economia), no caso em inglês, *business* (NETO, 2018). Para entender o nosso agronegócio, acho válido darmos uma breve contextualizada no *agribusiness* e como ele nos influenciou e ainda influencia, através da política, do discurso e da ideologia.

O termo estadunidense, nascido em uma escola de negócios, engloba todo o sistema de produção de alimentos, é uma proposta político-econômica, que significa

a soma de todas as operações da fazenda, mais a manufatura e a distribuição de todos os insumos de produção agrícola providos pelos negócios, mais o total das operações realizadas em conexão com a manipulação, estocagem, processamento, e distribuição de commodities agrícolas (NETO, 2018, p. 70).

Conforme Neto (2018), os criadores do termo consideravam que o *agribusiness* seria o maior componente da economia dos EUA: a ideia era verticalizar a agricultura. Em essência, “representaria as grandes transformações econômicas e tecnológicas que estariam aposentando termos como ‘*family farmer*’ e ‘*dirty farmer*’” (NETO, 2018, p. 77). As mudanças que estariam a acontecer nos Estados Unidos estavam direcionadas a produzir mais com menos pessoas, e as famílias agricultoras que não conseguissem se adaptar poderiam ser incorporadas aos setores urbanos do *agribusiness* (NETO, 2018), ou seja, o êxodo rural e a incorporação da mão de obra campesina ao capitalismo estavam previstos e planejados desde a concepção do conceito desse novo formato de agricultura e negócio.

Na década de 1960, o consumo mundial de alimentos havia ultrapassado a produção, e os EUA estavam, através dos seus estoques, equilibrando essa diferença, tornando oportuna a implantação do *agribusiness* (insumos, operações na fazenda, processamento e distribuição, além da infraestrutura de transporte, crédito, armazenamento, comunicação e educação) em países com déficits alimentares. E o governo estadunidense tratou de garantir que o *agribusiness* fosse implementado em países do Sul global de acordo com os interesses das corporações envolvidas. Essa articulação política foi denominada “Guerra contra Fome” e, no final da década de 60, veio a “Revolução Verde”, uma forma de legitimar o *agribusiness* por meio dos “ganhos de produtividade, em países do chamado ‘Terceiro Mundo’, resultantes do uso de novas variedades de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, dentre outras tecnologias” (NETO, 2018, p. 87).

A Revolução Verde foi financiada pela Fundação Rockefeller e pela Fundação Ford, com interesses específicos nas produções agrícolas do trópico e subtropical, regiões que possuem condições climáticas mais favoráveis. É uma prática assegurada pela transferência de tecnologia pelos centros de pesquisa apoiados pelas fundações, pelas operações multinacionais de sociedades agrocomerciais (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017). Em síntese, a Revolução Verde “é uma tática política do grande capital para introduzir o capitalismo no campo e gerar mais uma promissora fonte de reprodução do capital, nos países da América Latina, da Ásia e da África” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p.53).

É nessa articulação e legitimação geopolítica da agricultura que se dá o poder hegemônico dos EUA. Aqui no Brasil, segundo Neto (2018), a noção de *agribusiness* apareceu entre as décadas de 50 e 60, sendo notada por entidades da agropecuária, a exemplo da CNA (Confederação Nacional da Agricultura). Foi durante a ditadura militar que se deu o processo de modernização da agropecuária, isto é, a indústria passa a assumir o comando, tendo o negócio como foco e não a produção de comida de qualidade. Essa industrialização aumentou a produtividade e a produção agrícola, mas, em contraponto, houve uma série de efeitos negativos, como a desterritorialização de grupos étnicos, a expropriação de terras de agricultores, aumentando a exploração deles.

Pompeia e Schneider (2021) ressaltam que o discurso do agronegócio sempre se vinculou à luta contra a insegurança alimentar e a fome mundial. Mas não há destaque, na história do *agribusiness*, ou do agronegócio, para o cuidado com a qualidade do

alimento, o respeito à cultura alimentar dos países escolhidos ou para a preocupação com a finitude dos bens naturais etc. É aí que podemos identificar o paradoxo que permeia o discurso do agronegócio e identificar como a ideologia opera, a partir das estratégias de Thompson (RAMALHO; RESENDE, 2011), a fim de legitimar sua operação com a universalização de seus interesses.

No decorrer dessa história, entidades e organizações com força política vão se formando e se fortalecendo, a exemplo da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) que atuou fortemente durante o processo de elaboração da nova Constituição brasileira, entre 1987 e 1988, no sentido de combater a política de reforma agrária. Atualmente, o agronegócio é componente importante do Produto Interno Bruto (PIB) e utiliza essa condição como tópico principal do seu discurso para se legitimar como potência econômica, colocando a agricultura tradicional como uma atividade de baixa-renda e estagnada (NETO, 2018).

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social como relações, identidades e instituições. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2008). Dessa forma, o agronegócio, a partir das categorias de Thompson apresentadas por Ramalho e Resende (2011), expurga os camponeses, quilombolas, caipiras, indígenas etc., excluindo, suprimindo e colocando-os em segundo plano e/ou invisibilizando-os, a ponto de colocá-los como inimigos de uma sociedade civilizada, capitalista e eurocentrada.

Em 2010, o agronegócio já estava mais coordenado politicamente e com maior poder de decisão. Sendo assim, apresentava um documento com alterações nos marcos legais relacionados aos direitos a territórios de indígenas e quilombolas, o marco legal de proteção ambiental (Código Florestal e fundo de compensação para pagamento de conservação de recursos naturais em suas propriedades), as leis trabalhistas e o Estatuto da Terra, sob a justificativa de que a ‘insegurança jurídica’ estaria prejudicando o agronegócio. E um outro elemento importante era um plano de comunicação, imagem e valorização do agronegócio (NETO, 2018). Qualquer semelhança com que estamos vivendo hoje não é mera coincidência: é a execução de um projeto que tem se demonstrado bem-sucedido, resultando no ecoentogenocídio em curso.

Alguns ainda insistem, e acreditam, que o agronegócio envolve produção de comida e que a agricultura também está inserida nesse setor. Essa crença é consequência

dos discursos ideológicos presentes desde o início do agronegócio e de campanhas publicitárias, como a “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da emissora Globo, que não deixa de ser uma ofensiva ideológica. Essa campanha foi lançada justamente no ano do golpe político-econômico-midiático de 2016 (SOUSA; MARQUES; SOUSA, 2020), buscando criar uma imagem moderna e positiva do sistema capitalista no campo, mas que oculta as desigualdades, a concentração fundiária, a negação dos direitos humanos e da natureza.

O agronegócio político brasileiro é formado por corporações, entidades, grupos, associações, indústrias de máquinas e insumos e das principais *commodities* agrícolas de exportação, onde a agropecuária ocupa um espaço grande, além de atores dos três Poderes do Estado, da academia, do mercado financeiro, de empresas de comunicação e consultoria. É um projeto político-econômico capitalista, global e neoliberal e não uma agricultura que produz comida para alimentar o campo e a cidade. Atualmente, a indústria alimentícia de ultraprocessados se coloca dependente das *commodities* do agronegócio, e assim podemos começar a esboçar o sistema agroalimentar hegemônico.

Para HLPE (2017), um sistema alimentar engloba todos os elementos (meio ambiente, insumos, processos, infraestrutura, instituições etc.) e atividades relacionadas a produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, bem como os produtos dessas atividades, incluindo resultados socioeconômicos e ambientais. E está dividido em cadeias de abastecimento alimentar, ambientes alimentares e comportamentos do consumidor. Nota-se que um sistema alimentar é complexo e multidimensional.

HLPE (2017) traz três categorias de sistemas alimentares: 1) sistema alimentar tradicional: consiste em alimentos sazonais, *in natura* ou minimamente processados. As cadeias são curtas ou locais. Os ambientes alimentares são limitados a produção própria e mercados informais, podendo estar distantes das comunidades; 2) sistema alimentar misto: os produtores dependem dos mercados formais e informais para a venda de suas safras. Os alimentos tendem a ser mais processados ou ultraprocessados enquanto os *in natura* são mais caros. Nesse sistema, nota-se a presença de marcas e publicidades; 3) sistema alimentar moderno: é caracterizado por oferecer mais variedades de produtos ultraprocessados em detrimento de produtos *in natura*, que geralmente são muito caros. Inclui mercados formais e acessíveis em desertos alimentares ou áreas de baixa renda.

Os produtos ultraprocessados, que fazem parte do sistema agroalimentar moderno, são produtos alimentícios (incluindo bebidas) que, hoje, estão cada vez mais presentes na alimentação cotidiana das casas, substituindo a comida de verdade, sendo o principal fator da deterioração da qualidade da alimentação. O Núcleo de Pesquisa Epidemiológica em Nutrição e Saúde (NUPENS) e a Cátedra Josué de Castro, ambos da USP, lançam um documento esclarecendo que não são alimentos, mas sim

formulações de substâncias obtidas por meio do fracionamento de alimentos in natura. Essas substâncias incluem açúcar, óleos e gorduras de uso domésticos, mas também isolados ou concentrados proteicos, óleos interesterificados, gordura hidrogenada, amidos modificados e várias substâncias de uso exclusivo industrial.

Além disso, são frequentemente adicionados de corantes, aromatizantes, emulsificantes, espessantes e outros aditivos que dão às formulações propriedade sensoriais semelhantes às encontradas em alimentos não ultraprocessados (CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO; NUPENS/USP, 2021, p. 7).

Inclusive, a trajetória da indústria alimentícia de ultraprocessados no Brasil não é muito diferente da do agronegócio, tendo, também, incentivo dos Estados Unidos tão perverso quanto. A entrada desses produtos se deu na merenda escolar, através de um programa chamado “*Food for Peace*”, que teve início na década de 1950, por meio do qual os Estados Unidos escoavam seus excedentes de produção, durante o período da ditadura militar, as doações foram se reduzindo e passou a haver incentivo para que indústrias nacionais tenham acesso ao maquinário, produzido nos EUA (BONDUKI, 2017). Essa política passou a ser um fomento para a criação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), centralizado no governo federal.

O sistema alimentar moderno é aquele em que estão presentes o agronegócio e a indústria alimentícia de ultraprocessados. Para HLPE (2017), são poderes que atuam nos sistemas alimentares gerando conflitos que afetam a governança alimentar. Por ser entendido como um conjunto de atividades e elementos que envolve a alimentação (PEREZ-CASSARINO; BOSA; SIMÕES-RAMOS, 2021), logo, diz respeito a: ocupação de terra e uso da água, solo; a tratores, sementes, formas de cultivo, tecnologia, industrialização, hipermercados, políticas etc., inclusive a escolha do que comer e como comer. Essa progressiva concentração de poder nas mãos de corporações globais que estabelecem os padrões mundiais de agricultura e consumo de alimentos (SANTOS; GLASS, 2018) tem limitado ações políticas que garantam o DHAA. Portanto, o sistema

agroalimentar hegemônico<sup>11</sup> é formado por grandes empresas agroalimentares que operam em escala mundial. “É um modelo fortemente centralizado, um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante e personificado por grandes varejistas, mecanismos estatais, grupos do agronegócio, assim como leis, tecnologias, modelos científicos etc.” (PEREZ-CASSARINO; BOSA; SIMÕES-RAMOS, 2021, p. 450).

No Brasil, vemos esse poder agindo, como, por exemplo, na extinção do CONSEA em 2019, recriada em 2023, nos ataques ao Guia Alimentar para a População Brasileira, na criminalização dos movimentos sociais como MST e Via Campesina (vide a CPI do MST na Câmara dos Deputados), nas desterritorializações de terras e genocídio dos povos originários, com a aprovação do Marco Temporal na Câmara dos Deputados, com o Pacote da Destruição<sup>12</sup>, no qual cada PL está em diferentes fases de tramitação, e que causam danos irreversíveis aos ecossistemas brasileiros, na invisibilização de plantas nativas comestíveis etc.

O enfrentamento da colonialidade, do capitalismo e do sistema agroalimentar hegemônico nos leva a uma corrente do ecologismo, conhecida como ecologismo dos pobres, ecologismo popular ou movimento por justiça ambiental. Na minha dissertação, procuro usar o termo “justiça ambiental”. Para Alier essa corrente tem

um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência, não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas sim, pelos humanos pobres de hoje [...] sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre humanos (2007, p. 34).

A justiça ambiental recebe apoio da “agroecologia, da etnoecologia, da ecologia política e, em alguma medida, da ecologia urbana e da economia ecológica” (ALIER, 2007, p. 35-36). Alier (2007) defende que há muito a ser aprendido com o diálogo dos saberes.

Dessa forma, parto do princípio de que o agronegócio e a indústria alimentícia de ultraprocessados são atores de injustiças ambientais perversas, atuando de forma complexa na sociedade, negando o DHAA, atingindo a saúde das cidadãs e cidadãos, gerando conflitos ambientais e provocando a destruição e o envenenamento de ecossistemas inteiros, uma vez que no

---

<sup>11</sup> Também chamado de impérios alimentares.

<sup>12</sup> Pacote da Destruição, nome dado ao agrupamento de projetos de lei (PL 6.299, PL 2633/PL 510, PL 3.729, PL 490 e PL191) em 2022 são temas que vão da posse de terras, legalização da grilagem até o licenciamento ambiental (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2022).

período áureo do neoliberalismo, da implementação da “revolução verde” e do agronegócio, os indicadores do “desenvolvimento sustentável” revelam: PIB global, mais de 75%; emissões de carbono, mais de 36%; degelo das banquias do Ártico, mais de 35%; ritmo anual de degelo das geleiras, mais 100%; população mundial, mais de 26%; produção de alimentos, mais de 45%; 1/3 desse total (1,3 bilhão de toneladas) é desperdiçado; desnutridos: mais de 1 bilhão; obesos: mais de 1 bilhão; agricultura usa 70% da água consumida; crescente desigualdade e renda como fator de geração de pobreza: renda mundial detida pelos 20% mais ricos passou de 82,8% para 91,5%; a fração dos 20% mais pobres caiu 20 vezes, de 1,4% para 0,07%; crescente desigualdade de expectativa de vida: para os 20% mais ricos, de 77 para 79 anos; para os 20% mais pobres, de 46 para 44 anos de vida (PNUD), (O Globo) (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017).

O agronegócio, tendo como base uma agricultura proveniente da Revolução Verde, como já visto, é um modelo de agricultura hegemônico, gerido pelo capital financeiro. Não produz comida, gera fome, insegurança alimentar, doenças, intoxicação, morte. Produz *commodities* direcionadas à exportação, um cultivo baseado em uma tecnologia de ponta que tem como pacote sementes transgênicas, patentes de sementes, fertilizantes químicos e agrotóxicos, configurando uma artificialização dos espaços, e praticando um manejo monocultural, que desmata, utilizando grandes máquinas à base de energia fóssil e grande consumo de água. Se apoia em um discurso de segurança alimentar, mas seu principal objetivo é o lucro, avançando nos biomas brasileiros, gerando conflitos sociais relacionados à água e à terra, além de danos nefastos à natureza, tendo o patrocínio de políticas públicas. Lembrando que o Brasil é o país que mais mata defensores dos territórios e do meio ambiente (SANTOS; GLASS, 2018).

A modernidade legitimou a negação, em diferentes esferas, da complexidade do Outro, até a natureza. Essa negação também é observada na Revolução Verde e no agronegócio, sinônimos da destruição máxima da biodiversidade. Essa negação pode ser vista nas monoculturas, nas técnicas capital-intensivas, na expulsão dos camponeses do campo, na marginalidade e criminalidade urbanas, na concentração de terras, todas as mazelas com o mau uso das biotecnologias, transgenia e da nanotecnologia (MACHADO; MACHADO-FILHO, 2017). Na prática, bem diferente do discurso dos defensores do Agro é Pop, esse modelo de agricultura hegemônico, moderno, capitalista e tecnológico está relacionado à perda de fertilidade dos solos, à redução de biodiversidade, à morte de oceanos e ao aumento crescente da emissão de gases estufa. No que tange ao social: êxodo rural, perda de trabalho no campo, concentração de terras, concentração das etapas de beneficiamento do complexo agroindustrial (SANTOS; GLASS, 2018), invasão de terras dos povos originários, genocídio e epistemicídio onde as PANC estão inseridas.

O sistema agroalimentar hegemônico, desde antes da porteira (insumos, fertilizantes e sementes) até a prateleira dos hipermercados, é responsável por “80% da conversão do uso da terra e perda da biodiversidade, 80% do consumo de recursos hídricos e da contaminação de lençóis freáticos e por 20 a 30% das emissões de gases de efeito estufa” (CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO; NUPENS/USP, 2021, p. 18). O consumo dos ultraprocessados traz consequências para a saúde humana, como: sobrepeso, obesidade, diabetes, hipertensão e outras doenças cardiovasculares, depressão, câncer de mama e cânceres em geral, asma em crianças, disfunções renais e mortes prematuras. A indústria de ultraprocessados é dependente do agronegócio, colaborando com toda a sua perversidade, mas há também consequências ambientais específicas, sendo essa indústria a maior geradora de lixo plástico no mundo, liberação de bisfenol, emissões de gases de efeito estufa (CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO; NUPENS/USP, 2021). Após o lançamento do Guia Alimentar para a População Brasileira, em 2014, que introduziu a categoria de produtos ultraprocessados, recomendando o uso restrito desses alimentos, houve um aumento expressivo de pesquisas científicas que têm relacionado esses produtos a Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). O consumo desses produtos foi responsável por, aproximadamente, 57 mil mortes em 2019 (ACT, 2021).

O sistema agroalimentar hegemônico causa fome, insegurança alimentar, injustiças ambientais e contribui para colapso ambiental. Através dos seus discursos ideológicos e híbridos, inculca um novo imaginário social que distorce a realidade socioambiental desse sistema. A partir de propagandas como “Agro é pop, é tech, é tudo”, de matérias jornalísticas que superestimam a importância de índices como o PIB (“que o Brasil é o maior produtor de grãos do mundo, que é o celeiro do planeta”) ou que, em meio à pandemia do COVID-19, os macarrões instantâneos elevam as vendas de massas etc., esse sistema amplia sua frente colonizadora latifundiária, imperialista e neoliberal.

Uma narrativa

que assumidamente visa enaltecer a imagem da grandeza épica do agronegócio: como se não houvesse outra forma de produzir no campo baseado em outro modelo que não seja orientado pela racionalidade econômica. E como se fosse fundamental ao desenvolvimento brasileiro aprofundar a reprimarização da economia periférico-dependente no sistema capitalista mundial oferecendo ao mercado global *commodities* produzidas a qualquer custo (LAYRARGUES, 2021, p. 16).

O relatório Lancet nos alerta que estamos vivendo sob uma sindemia, ou seja, três pandemias simultaneamente – obesidade, desnutrição e mudanças climáticas (hoje

conhecidas como emergências climáticas). Elas coexistem no tempo e no espaço, interagem entre si e compartilham fatores sociais fundamentais comuns,

os fatores comuns da Sindemia Global surgem a partir dos alimentos, do transporte, do desenho urbano e dos sistemas de uso do solo que, por sua vez, derivam dos sistemas naturais e são moldados pelas políticas, incentivos e desincentivos econômicos e normas estabelecidos por meio de mecanismos de governança. As camadas externas são os cenários e as redes sociais nas quais as pessoas interagem. Os resultados da obesidade, da desnutrição e das mudanças climáticas interagem entre si (THE LANCET; ALIMENTANDO IDEIAS, 2019, p. 6-7).

A própria pandemia do COVID-19 não surpreendeu os especialistas em zoonoses, uma vez que não faltam diagnósticos científicos relacionando as perigosas pandemias a zoonoses associadas ao desmatamento de florestas nativas, consequência direta do agronegócio de capital-intensivo (LAYRARGUES, 2020) A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a saúde, os modos de viver, assim como a renda e o trabalho da população em todas as regiões. As injustiças ambientais, consequências do sistema alimentar hegemônico, ficaram mais visíveis, tanto quanto o não cumprimento da DHAA, como demonstra o VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Covid-19 no Brasil. Esse relatório demonstra que, em 2022, o Brasil chegou ao marco de 125,2 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e 33,1 milhões em situação de fome, e alerta: “percentualmente, a situação dos habitantes em área rural é mais grave, mas o contingente de famintos em área urbana, cerca de 27 milhões, é assustador e revela um fosso social existente nas cidades do Brasil” (PENSSAN, 2022, p. 37). Segundo o relatório, é nas regiões Norte e Nordeste que se encontra o maior percentual de fome no Brasil. Esses resultados são revoltantes!

Aqui nos encontramos em um dos maiores paradoxos do nosso sistema agroalimentar: de um lado, 33,1 milhões de brasileiros estão enfrentando a fome e, de outro, a safra de grãos do Brasil deve atingir o recorde de 286,6 milhões de toneladas (CANAL RURAL, 2021).

### **3.1.1 Me nutrindo dos saberes agroecológicos**

Para Leff (2004), a problemática ambiental emerge da crise de civilização, sendo ela a desarticulação do mundo que coisifica o ser e superexplora a natureza. Surge, então, a negação da outridade. Essa coisificação tem suas raízes na natureza simbólica da humanidade. É uma crise do efeito do conhecimento sobre o mundo, portanto, das formas

de compreensão do mundo a partir do momento em que o homem surge como ser histórico e assim se separa da história natural, inserindo a práxis histórica em um conjunto de práticas sociais, de práticas produtivas e de práticas discursivas. O conhecimento tem desestruturado os ecossistemas, degradando o ambiente e desnaturalizando a natureza. A ordem econômica converte o ser em ser para a produção, em *homo economicus*. E alerta que

Para a nova geopolítica da globalização econômica e do desenvolvimento sustentável e as estratégias de apropriação da natureza a ela inerentes não estão mais fundadas em uma teoria do valor, mas numa estratégia simbólica que tem por objetivo recodificar todas as ordens do ser em termos de valores econômicos. Da coisificação da natureza como condição de sua apropriação produtiva pelo capital, passamos a uma hipereconomização do mundo (LEFF, 2004, p. 65).

Considerando as sociedades do Sul como sociedades oprimidas pelo poder patriarcal, colonial e capitalista, mas entendendo que são passíveis de libertação, penso que compreender possíveis caminhos que nos levem a um processo de humanização podem nos ajudar a superar o pensamento abissal criticado por Boaventura, e também, contribuir para sanar um problema exposto por Paulo Freire (2019), quando chama a atenção para o fato de que os oprimidos, em vez de buscarem a libertação, tendem a ser opressores também, ou sub-opressores, por assumirem uma postura de “aderência” ao opressor, enquanto oprimidos. Para Reis

nesses termos, em uma sociedade racializada, torna-se fundamental discutir estratégias que permitam reposicionar os olhares e as representações para combater sistemas de dominação binários e lógicas eurocêntricas, estruturadas a partir de assimetrias de raça, gênero e trabalho, historicamente produzidas. Mas, não menos importante, que produzem deslocamentos no domínio epistêmico, uma vez que é preciso forjar meios e ações que façam frente ao sistema-mundo moderno/colonial e seus valores civilizatórios (2020, p. 4-5).

A crítica aos fundamentos ontológicos e metafísicos da epistemologia moderna se dá também ao que Leff (2003) chama de ecologia política, que, para além de ser uma política fundada na diversidade biológica, na ordem ecológica e na organização simbólica de cada cultura, questiona a condição do ser e explora, sob uma nova luz, as relações de poder que existem em um mundo globalizado.

Nota-se que essa questão ontológica é complexa, a partir do momento em que, para Morin “a ciência moderna desintegrou a sociedade; os estudos em parcelas, demográficos, econômicos etc. desintegraram o problema global e inclusive o homem, posto que, definitivamente, podia considerar-se o homem como um objeto indigno do conhecimento especializado, quase uma ilusão” (1996, p. 276), trazendo uma questão

muito interessante: será que estamos vivendo uma revolução paradigmática? Uma revolução em direção da complexidade?

Pena-Veja (2003), segundo o pensamento complexo de Morin, traz a consciência ecológica a partir da complexidade que constitui um ecossistema, sendo este um princípio dinâmico, uma totalidade complexa auto-organizada e “auto-organizante”. Essa consciência é um componente da nova consciência planetária, tendo em vista a dependência-independência ecológica do homem que se encontra em dois níveis superpostos e eles mesmos interdependentes: o ecossistema social e o ecossistema natural. Portanto, centrando-nos em um procedimento conceitual multidimensional. Assim poder-se-ia superar a percepção da natureza como desordem, passividade e meio amorfo, como traz o pensamento moderno.

Acredito que, para construirmos um caminho para uma possível revolução paradigmática, temos que possibilitar uma nova ontologia, novas epistemologias e novas racionalidades, tendo o ser integrado e não mais fragmentado, concordando com Almada e Venâncio

tendo em vista a construção de caminhos para sobreviver nas ruínas do capitaloceno, não basta o reconhecimento da diversidade cultural, ou mesmo da diversidade biocultural ou sociobiodiversidade [...] é preciso que conceitos também abriguem a diversidade ontológica e epistemológica dos viventes (2021, p. 74-75).

Para tanto, trago alguns autores que lançam novos modos de romper com racionalidades que não dão conta de responder a grandes problemas socioambientais contemporâneos, e de como podemos integrar o ser em busca de novas racionalidades, já que

a ciência moderna não apenas negou o tempo da matéria; mas também o da história. Hoje o tempo se manifesta na irreversibilidade dos processos a fastados do equilíbrio e do tempo que aninhou no ser cultural que renasce do jugo da dominação e da opressão, expressando-se através do silêncio, que foi o grito eloquente de uma violência que paralisou a fala dos povos [...]. estas histórias ancestrais, que em sua quietude pareciam ter perdido a memória, despertam para ressignificar tradições e reconfigurar identidades, abrindo novos canais no fluxo da história (LEFF, 2006, p. 296).

Coccia (2018) nos convida, de uma forma poética, a compreender o estar-no-mundo a partir das plantas, entendendo que elas são a forma mais radical, intensa e paradigmática dessa condição. Elas provam que as/os viventes produzem o meio em que vivem, demonstrando que a vida é uma ruptura da assimetria entre continente e conteúdo. Para ele, estar-no-mundo significa fazer a experiência de uma imersão transcendental,

a natureza [...] permite a tudo nascer e devir, o princípio e a força responsáveis pela gênese e pela transformação de todo e qualquer objeto, coisa, entidade ou ideia que existe e existirá. Identificar a natureza e o cosmos significa antes de tudo fazer da natureza não um princípio separado, mas aquilo que se exprime em tudo o que é. Inversamente, o mundo não é o conjunto lógico de todos os objetos, nem uma realidade metafísica dos seres, mas a força física que atravessa tudo o que se engendra e se transforma (COCCIA, 2018, p. 22-23).

A partir de Merleau-Ponty, Ferreira (2017) traz uma perspectiva similar, tendo como referencial o corpo humano e não das plantas, dizendo que não há separação entre mente e corpo, mas sim uma existência através de um trinômio mente-corpo-mundo em constante reciprocidade, ou seja, um sujeito incorporado no mundo através da experiência, sendo o mundo o vivido, aquele com em que se tem uma relação dialógica e não de posse, um mundo inesgotável, tendo o corpo e a mente abertos a ele.

Enquanto, para Coccia, na respiração “inspirar é fazer o mundo entrar em nós – o mundo está em nós – e expirar é se projetar no mundo que somos” (2018, p. 68) para Merleau-Ponty (Merleau-Ponty, ano apud FERREIRA, 2017), a existência é ressignificada através do corpo, na superfície de contato com o mundo, onde mente-corpo-mundo interagem e dialogam entre si, se constituindo em experiência do ser, sendo que é o corpo que desempenha seu papel de inerência ao mundo percebido e vivenciado

Através do corpo, torna-se possível a perspectiva espacial e temporal do ambiente com sua historicidade, em um movimento perceptivo que conecta o ser ao mundo vivido e às outras consciências que dele também fazem parte. A vivência, mais uma vez, propicia a interconexão dos seres entre si e com o mundo, produzindo significados que só ela é capaz de fornecer (FERREIRA, 2017, p. 82).

Dentro dessa mesma perspectiva, Coccia (2018) diz que tudo está em tudo e está em nós, sendo que o mundo é o espaço da mistura universal, nada está ontologicamente separado do resto e o conhecimento é transdisciplinar, “é a relação que liga toda coisa a *toda* outra coisa, que define o ser das coisas *mundanas*” (grifo do autor, COCCIA, 2018, p. 69). Afrontando essas perspectivas aos poderes aparentes nos discursos ideológicos que perpassam nosso cotidiano e consequentemente nosso mundo-vivido

a reconfiguração do ser e das identidades na globalização é o reposicionamento dos indivíduos e dos povos no mundo; é a reconstrução dos mundos de vidas das pessoas. É nessa relação do ser, do pensar e do saber que o princípio da identidade adquire sentido pleno. É a partir da identidade que se formula o diálogo de saberes na complexidade ambiental como a abertura desde o ser constituído por sua história até o inédito e o impensado; até uma utopia arraigada no ser e no real, construída a partir das potencialidades da natureza e dos sentidos da cultura (LEFF, 2006, p. 297).

Convoco o conceito de Rufino, Camargo e Sánchez de terexistência, uma condição constitutiva ecológico-existencial, onde terexistir se inscreve como uma das

tarefas da descolonização, assumindo o curso da história, alinhando diferentes experiências, memórias, narrativas e tecnologias a fim de emancipar e trazer soberania aos oprimidos.

uma característica de sociedades cuja biodinâmica e ecossistêmica estabelecem experiências sociais ecologicamente harmônicas em relação ao tempo ecológico e ecossistêmico, assim biorritmos e frequências então radicalmente afinados entre seus sujeitos, comunidades e o tempo da natureza (2020, p. 4).

Novas ontologias trazem consigo novas epistemologias para explicar a natureza da nossa experiência com o mundo-vivido. “O saber ambiental inaugura uma nova compreensão do mundo a partir da falta de conhecimento, da incompletude do ser e a historicidade da verdade a partir das relações do poder no saber” (LEFF, 2006, p. 291) que, a partir de uma nova episteme, constitui uma nova racionalidade, tendo o “saber arraigado no ser, do ser constituído por seu saber” (LEFF, 2006, p. 326).

A ecologia dos saberes não é uma epistemologia que desqualifica o conhecimento científico; ao contrário, utiliza esse conhecimento em um contexto mais amplo, dialogando com outras epistemologias, de forma intercultural, conhecimentos que a modernidade tentou apagar e/ou apagou (SANTOS, 2018<sup>a</sup>), através do epistemicídio. Essa construção de um conjunto de epistemologias diversas é contra-hegemônica e, dessa forma, pretende superar o conhecimento monocultural científico.

A ecologia dos saberes é impulsionada pelas lutas sociais, particularmente no Sul global, e torna visíveis realidades sociais e culturais onde ciência moderna é frágil, tornando mais visíveis a relação entre ela e os objetivos da dominação colonial e imperial (SANTOS, 2018<sup>a</sup>). Entendo que, a partir dessa epistemologia que contempla saberes antes desacreditados e invisibilizados em diálogo com a ciência contra-hegemônica, seja possível a reconfiguração do ser e da identidade na globalização e é onde que saberes tradicionais acerca da nossa alimentação possam emergir, como, por exemplo, as PANC, uma vez que “o diálogo dos saberes na complexidade ambiental como a abertura desde o ser constituído por sua história até o inédito e o impensado; até uma utopia arraigada no ser e no real, construída a partir das potencialidades da natureza e dos sentidos da cultura” (LEFF, 2006, p. 297).

Consequentemente à Ecologia dos Saberes, Santos propõe as “Epistemologias do Sul” para se contrastar com a epistemologia do Norte dominante. A designação Sul ou Norte não é geográfica, mas sim referente a poder e opressão, onde o Norte exerce o poder

e o Sul sofre opressão. As Epistemologias do Sul se referem à produção e validação dos conhecimentos ancorados nas experiências de resistência (à injustiça, à opressão, à destruição, ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado) de todos os grupos sociais do Sul. O objetivo é possibilitar que esses grupos possam representar o mundo como próprio, tendo poder de transformá-lo segundo suas próprias aspirações, identificando e valorizando seus próprios conhecimentos apagados e/ou silenciados pela epistemologia dominante (SANTOS, 2018b).

Levando em conta a ecologia dos saberes e as epistemologias do Sul, emerge uma alternativa à racionalidade econômica que nos trouxe à crise de civilização: a racionalidade ambiental, em que o ambiente é o saber que emerge da externalidade do logocentrismo das ciências modernas. É aberta à diferença, à diversidade e à pluralidade. É uma racionalidade crítica à racionalidade dominadora, que é moderno-colonial (LEFF, 2006). “A racionalidade ambiental se forja em uma ética da outridade, em um diálogo dos saberes e em uma política da diferença, que vão além de toda ontologia e de toda epistemologia que pretendem conhecer e englobar o mundo, controlar a natureza e sujeitar aos mundos de vida” (LEFF, 2006, p. 21). É um processo político, social e cultural, criando formas de organização, inovação, pesquisa e produção de conhecimentos.

A racionalidade ambiental é um processo político, social e cultural que cria formas de organização, inovação, pesquisa e produção de conhecimentos. Nesse contexto, surge a agroecologia, como uma nova racionalidade produtiva, desafiando a racionalidade econômica, libertando o conceito de terra e de recursos, que desnaturalizaram a natureza de sua organização ecossistêmica para convertê-la em recurso natural. Ela é um exemplo prático do potencial ecotecnológico, tendo um grande potencial transformador, que talvez leve a reverter o processo da crise de civilização, auxiliando na construção de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2002).

A agroecologia surge como um projeto societário contra- hegemônico e que se opõe ao sistema agroalimentar hegemônico. Ela extrapola a dimensão da agricultura, enquanto ciência, prática e movimento, diz respeito à ética em todas as relações existentes nesse ato, seja entre a própria humanidade e/ou entre a humanidade com outros seres. Sendo assim, na lógica da ecologia dos saberes e da racionalidade ambiental, se propõe a decolonizar o ser e o saber. De uma forma poética, a agroecologia surge como uma panaceia, resgatando a cidadania dos pequenos produtores que produzem comida limpa na escala que a humanidade demanda, tendo a proteção da biodiversidade como

axiomática (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017). Ela pretende viabilizar a construção de uma nova ontologia, nova epistemologia e uma nova práxis na contramão do processo patriarcal, colonial e neoliberal.

Enquanto ciência, ela não é ingênua ao ponto de acreditar que apenas o modo tradicional de agricultura é capaz de produzir alimento o suficiente para alimentar o planeta. A ciência agroecológica entende que o modelo tradicional e/ou indígena fornece modelos e práticas valiosos para desenvolver uma outra agricultura, e é na comunhão dos saberes tradicionais com algumas práticas referentes à produtividade convencional que a agroecologia emerge como uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola, sendo definida

como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis [...] proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável [...] valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2001, p. 54).

Como a agricultura agroecológica “é um sistema vivo e complexo inserido na natureza, rica em diversidade, dotada de múltiplos tipos de plantas, animais, micro-organismos e minerais e de infinitas formas de relação entre estes e outros habitantes do planeta Terra” (FERREIRA, DURÁN, SOUZA, SANTOS, WITT, 2016, p. 136-137), surge, então, enquanto alternativa paradigmática ao agronegócio. Suas dimensões também são pensadas com o objetivo de superar as mazelas do sistema agroalimentar dominante. Portanto, a agroecologia abrange as dimensões de escala, social, política, econômica, ambiental, técnica, energética, administrativa, ética e de soberania alimentar. Essas dimensões da agroecologia, “desde o ponto de vista da produção agrícola, são indissolúveis, indissociáveis, integrais, indivisíveis, incontestáveis, indubitáveis, irrefutáveis e interdependentes” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 192). Em essência, essas dimensões são anticapitalistas, sendo uma proposta de conhecimento-intensivo e não de capital-intensivo; são dimensões que levam em consideração o direito da natureza, a soberania alimentar, conseqüentemente a soberania da nação, assim como a ética entre as relações, com a meta de combater as injustiças ambientais, que são conseqüências do agronegócio.

Sendo um movimento e uma prática social, para a Via Campesina, é compreendido como um projeto político que defende outro modelo de produção na defesa da Mãe Terra e da soberania alimentar, direcionando-se à territorialização que “é

resultado de um processo social e pressupõe a conformação do sujeito histórico-político no âmbito dos territórios” (ROSSET; BARBOSA, 2019, p. 6). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, hoje, no Brasil, é o movimento social que tem como cerne a agroecologia, a define como práticas de resistências ancestrais que, dialeticamente, se desenvolveram durante o capitalismo e propõe a reconstrução do conhecimento científico que hoje é manipulado pelas transnacionais, sendo a mediadora entre os conhecimentos ancestrais e as possibilidades do conhecimento científico (LOUREIRO; ZARREF, 2021).

O conhecimento agroecológico é construído em diferentes espaços e por diferentes atores, é transdisciplinar, é pluriepistemológico, o que possibilita diversidade de formas de elaboração, recuperando uma herança agrícola e cultural cujo saber foi destruído pelo colonialismo e, conseqüentemente, pelo agronegócio. Ou seja, se propõe a modificar a própria epistemologia da ciência ao incorporar o “saber popular”. O intuito dos processos agroecológicos é empoderar os atores sociais do campo, das florestas e das águas. Siliprandi comenta que

uma das principais novidades trazidas pela agroecologia foi a afirmação do protagonismo dos agricultores/camponeses/indígenas como elemento central na construção de um novo desenvolvimento rural. A perspectiva transdisciplinar, incluindo o “diálogo dos saberes” entre os conhecimentos científicos e o conhecimento popular, aparece como uma exigência para a resolução dos problemas pertinentes à temática agroecológica, das premissas éticas nas quais se baseia [...] As propostas agroecológicas têm, portanto, um caráter emancipatório, e os movimentos que se formaram em torno da agroecologia aproximavam-se politicamente das lutas por justiça (2015, p. 87).

Fica claro que a agroecologia é muito mais do que apenas agregar uma dimensão ecológica ao plantio: ela tem como ponto de partida a inseparabilidade dos sistemas sociais e ecológicos. Ela rompe com os domínios da ciência moderna dicotômica, eurocêntrica e colonialista, propondo a incorporação de outros sujeitos sociais, que foram invisibilizados por serem não-hegemônicos, como coprodutores do conhecimento a ser gerado, produzindo uma relação dialógica horizontal, contribuindo tanto para o empoderamento desses sujeitos quanto para a sua própria valorização (SILIPRANDI, 2015). Portanto, “os sistemas de produção agroecológico, ao integrarem princípios ecológicos, agronômicos e socioeconômicos, despontam como possibilidade concreta de implementação de um processo democrático de desenvolvimento rural sustentável” (FERREIRA, DURÁN, SOUZA, SANTOS, WITT, 2016, p. 137), assim como, societário.

Para Gliessman (2001), o agroecossistema é uma peça-chave: é através do estudo original desse ambiente, bem como a produtividade ao longo dos anos, que se dá a pesquisa agroecológica enquanto ciência, estabelecendo bases ecológicas da sustentabilidade no uso e conservação de bens naturais, incluindo solo, água, recursos genéticos e qualidade do ar. É através de conceitos e princípios ecológicos que se estabelece uma perspectiva holística para o desenho e o manejo de sistemas agrícolas sustentáveis. No que tange à diversidade genética, cabe ressaltar que *habitats* agrícolas diversos possuem muitas espécies de relevância secundária, mas de suma importância para o sistema:

Além de proporcionarem um conjunto de produtos úteis para serem colhidos, elas contribuem com a diversidade ecológica desse sistema. São parte do fluxo de energia do sistema e de seu processo de ciclagem de nutrientes. Culturas de pouco ou nenhum valor comercial atual são preservadas em muitos sistemas tradicionais de cultivo, especialmente nos países em desenvolvimento. Elas poderiam ter valor potencial para uso futuro, mas também estão desaparecendo à medida que os sistemas tradicionais cedem lugar à modernização (GLIESSMAN, 2001, p. 400).

Agroecologia e PANC são indissociáveis, nessa citação: as PANC são contempladas nesse conjunto de plantas que diz respeito à nossa biodiversidade possibilitando uma visão holística do agroecossistema. Elas indicam a qualidade do solo, possibilitam a diversidade genética, grande parte do seu conhecimento vem através dos saberes das comunidades tradicionais e/ou povos originários e possuem um valor inestimável para o presente e para o futuro dentro de uma perspectiva de soberania alimentar. Levando em consideração que a agroecologia promove a biodiversidade, os saberes tradicionais e as relações éticas entre sujeitos e outros seres buscando um sistema mais justo, a agroecologia, em essência, além de ser anticapitalista, também afirma o papel crucial da mulher como guardiã de sementes e do conhecimento tradicional das plantas medicinais e comestíveis não convencionais.

Seibert *et al* (2019) diz que, além de as mulheres serem desproporcionalmente mais afetadas pela fome e pelas mudanças climáticas, elas representam 43% da força de trabalho rural, sendo que 80% dos alimentos do mundo são produzidos por propriedades rurais familiares e pequenas/os produtoras/es. As mulheres desempenham um papel fundamental em todas as etapas da produção de alimento, além de, tradicionalmente, serem responsáveis pelos cuidados domésticos e da família, gastando até 10 horas por dia cuidando da família e da comunidade, limpando e cozinhando, procurando água, forragem, combustível. Pinilla e Oliveira (2019) acrescentam que, culturalmente, são as

mulheres as responsáveis pelas tarefas do quintal: desenvolvimento, manutenção, preparação de terra, limpeza, colheita e armazenamento de sementes, possuindo o conhecimento sobre as espécies e os recursos genéticos, assegurando a segurança alimentar de sua família.

Em resumo, a agroecologia se afirma como uma práxis crítica radical, sendo contra-hegemônica; também como uma prática social, a partir do momento que se propõe a emancipar atores sociais oprimidos e que sofrem injustiças ambientais provenientes do sistema agroalimentar hegemônico; e como movimento, pois emerge no cerne dos movimentos sociais engajados, principalmente com as questões ligadas à agricultura e à segurança alimentar. Pelo fato de ser uma práxis que busca entender o funcionamento de agroecossistemas complexos e sustentáveis que priorizam a biodiversidade, por reconhecer e valorizar a mulher e as PANC, é fundamental.

### **3.1.1.1 O encontro com os Quintais com PANC**

Como visto no capítulo anterior, agroecologia está ligada à soberania alimentar que, por sua vez, integra o Direito Humano à Alimentação Adequada. O DHAA é inerente à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que, segundo a LOSAN (Lei de Segurança Alimentar e Nutricional) é

realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 4).

A própria LOSAN abrange o conceito, determinando que o acesso aos alimentos deve vir em especial da agricultura familiar, mediante a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos bens naturais; deve promover a saúde e nutrição; garantir a qualidade biológica, nutricional e tecnológica dos alimentos; respeitar a diversidade étnica, racial e cultural, ou seja, agroecológica. A Lei deixa claro que a consecução do DHAA e da SAN deve respeitar a soberania dos países (BRASIL, 2006).

Braga (2004) ressalta que o conceito de SAN demonstra preocupação com a cultura alimentar de cada povo. Portanto, a própria definição de SAN é uma forma de denunciar o sistema agroalimentar hegemônico, pois, na medida que assegura a cultura alimentar de cada região, denuncia padrões alimentares estranhos às suas características

e tradições. Desse modo, denuncia práticas que ameaçam a sua própria soberania, e por isso, se confundem e se mesclam, sendo a soberania alimentar conceituada como

o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Para além disso, é um direito que os povos têm a produzir seus próprios alimentos (VIA CAMPESINA, 2016).

Refletir sobre esses conceitos traz à tona práticas sociais ligadas a comer, principalmente quando há mudança do gosto alimentar. Atualmente, se observa uma preferência dos consumidores por produtos industrializados em detrimento dos produtos *in natura*, o que leva a um crescente consumo da produção industrial e aumento de produtos provenientes da monocultura que alimenta a indústria. Esse processo desmantela os sistemas locais de produção, impactando na distribuição e, conseqüentemente, no consumo, o que ocasiona um déficit na diversidade alimentar e reduz possibilidades de escolha sobre o que consumir, gerando uma mudança na cultura alimentar. Essas transformações estão ligadas também ao processo de urbanização e ao ritmo das cidades, principalmente as metropolitanas e periferias, onde prevalece o consumo alimentar fora do domicílio (BRAGA, 2004).

São as escolhas alimentares que formam os hábitos alimentares, constituindo parte da totalidade cultural, fazendo com que o ato de comer seja, para além da sobrevivência, também um comportamento simbólico e cultural. O que comer nem sempre é uma opção nutricional, mas é uma escolha feita pelas influências do convívio social cotidiano. Por isso, comida se distingue de alimento, no sentido de que comida é “o alimento transformado pelas representações sociais e culturais” (LIMA; NETO; FARIAS, 2015, p. 511). Vale ressaltar que, para os autores Lima, Neto e Farias, a comida é um elemento de identidade e um instrumento eficaz de comunicação, já que “o homem escolhe o que come baseado em critérios de ordem econômica, nutricional, preferência, mas também em simbologias atribuídas ao alimento – portanto, comida. [...] A natureza produz os alimentos, mas a cultura faz surgir códigos importantes” (2015, p. 512).

Trazer a ACD em uma pesquisa que envolve a prática social de comer faz sentido quando a alimentação é um sistema de comunicação que envolve símbolos, significados, situações, comportamentos e imagens, ou seja, nenhum alimento ou comida está livre de associações culturais que a sociedade lhes atribui, até mesmo porque a cultura alimentar não está ligada apenas a raízes históricas, mas também ao cotidiano, constituindo novos

hábitos. Outro ponto importante, também, é o fato que a cultura alimentar forma identidades sociais: “sejam as escolhas modernas ou tradicionais, o comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido que conferimos a nós mesmos e à nossa identidade social” (BRAGA, 2004, p. 39).

Comida, por ter significados e representações de uma cultura, “é um mecanismo de controle do qual o indivíduo carece e depende” (STEFANUTTI; KLAUCK; GREGORY, 2018, p. 5). É complexa e multidimensional, envolvendo elementos religiosos, físicos, psicológicos, políticos, midiáticos, sociológicos, culturais, científicos, econômicos e disponibilidades de tempo e do produto. A comida é o refinamento do alimento que se relaciona com tabus, técnicas, território, identidade, globalização etc., inerente ao processo de modernização da sociedade, nos leva a uma padronização e homogeneiza a comida. A lógica da comida industrial é diminuir a variedade para aumentar a distribuição, adaptando paladares e perdendo suas singularidades e identidade, rompendo o vínculo entre lugar e alimento (STEFANUTTI; KLAUCK; GREGORY, 2018).

Filho (2015) observa que a prática alimentar estava, inicialmente, relacionada à necessidade de sobrevivência e dependente de recursos que o meio natural dispunha, e anuncia um conceito, ainda não específico, como *recursos alimentares não convencionais* que, hoje, vêm perdendo espaço na mesa dos brasileiros para produtos do sistema agroalimentar hegemônico, afetando a SAN e a soberania alimentar. O elevado consumo de alimentos industrializados e/ou ultraprocessados compromete, além da renda, a saúde das famílias. O conceito de recursos alimentícios não convencionais caminha junto com a agroecologia, por estar diretamente relacionado com os objetivos da soberania alimentar, SAN e DHAA.

É nesse momento que convoco as PANC - Plantas Alimentícias Não Convencionais. Raniere (2018) aponta que as grandes navegações dos séculos XIV e XV foram responsáveis pela dispersão de biodiversidade. Portanto, somos uma sociedade construída sobre um profundo intercâmbio de biodiversidade alimentar. Percebe-se que, na nossa alimentação, há uma grande quantidade de alimentos provenientes da Europa, do norte da África e da Ásia, sendo 52% provenientes dessa região e 18% originários do centro e sul da América. Curioso é o fato que justamente a América do Sul é a região mais rica em espécies vegetais. Esse histórico afeta diretamente nossa agricultura, nossa cozinha e nossos rituais alimentares. Na agricultura familiar, hortas e pomares, esse

cenário também não é diferente, sendo que as principais folhosas que comemos são exóticas; mesmo as frutas, que são as mais pesquisadas, são mais folclóricas do que possuem uso real (KINUPP; LORENZI, 2014).

A matriz agrícola do Brasil está apoiada na exploração comercial de poucas espécies exóticas domesticadas. A agricultura brasileira (agronegócio – *commodities*) está baseada em recursos genéticos exóticos: cana-de-açúcar (Nova Guiné), café (Etiópia), arroz (Filipinas), soja, laranja – e muitos outros *Citrus* – (China), ‘batata-inglesa’ ou ‘batata-portuguesa’ (Região Andina), milho (México), cacau (México e América Central) – mas este provavelmente também da Amazônia brasileira; trigo (Ásia Menor). As plantas alimentícias consideradas nativas do Brasil mais importantes em escala global (que estariam entre as 15 mais importantes) são apenas a mandioca (especialmente importante nos Trópicos) e o famoso amendoim (KINUPP; LORENZI, 2014).

Reconhece-se que há por volta de 26.000 espécies de vegetais, e/ou derivados, com potencial alimentício, mas, atualmente, são consumidas em larga escala de 150 a 200 espécies, sendo que apenas três delas (trigo, arroz e milho) representam 60% do que é consumido (RANIERE, 2018). As plantas comestíveis, ou partes comestíveis de plantas que não estão incluídas nas variedades consumidas em grande escala, são contempladas no conceito Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC). Esse conceito foi desenvolvido pelo biólogo Valdely Kinupp, em 2007, e o acrônimo pela nutricionista Irany Arteché, em 2008. PANC nada mais é que

plantas que possuem uma ou mais das categorias de uso alimentício [...] mesmo que não sejam comuns, não sejam corriqueiras, não sejam do dia a dia da grande maioria da população de uma região, de um país ou mesmo do planeta, já que temos atualmente uma alimentação básica muito homogênea, monótona e globalizada (KINUPP; LORENZI, 2014).

Kinupp viu a necessidade de criar esse termo pelo fato de, ao usar o termo ‘planta’, já estaria considerando diversas partes e/ou derivados de plantas que podem ser utilizados na alimentação humana: raízes tuberosas, tubérculos, bulbos, rizomas, talos, folhas, brotos, flores, frutos e sementes ou, ainda, látex, resina e goma, óleos e gorduras, especiarias, substâncias condimentares e aromáticas, plantas substitutas do sal, como edulcorantes, amaciantes de carne, corantes etc. Agregando em um único conceito, outras expressões usadas para categorias subutilizadas como: Plantas Alimentícias Alternativas, Plantas Alimentícias Silvestres, Plantas Alimentícias Regionais, Plantas Alimentícias Espontâneas, Hortaliças Não Convencionais, Hortaliças Tradicionais ou Ervas Comestíveis Espontâneas (KINUPP; LORENZI, 2014). Para Kinupp, o termo PANC parece adequado por ser amplo, “contemplando todas as plantas que têm uma ou mais partes ou porções que pode(m) ser consumida(s) na alimentação humana, sendo elas exóticas, nativas, silvestres, espontâneas ou cultivadas” (KINUPP; LORENZI, 2014, p.

15). Portanto, é comum que o aproveitamento integral de alimentos também seja contemplado no termo PANC.

Elas se fazem intrínsecas à agroecologia, uma vez que muitas delas fazem parte da agrobiodiversidade de um agroecossistema regional, tendo o consumo como forma de valorizar as especificidades dessas regiões, promovendo o resgate da riqueza étnica (ZANETTI *et al*, 2020). Por serem subespontâneas, tanto em áreas antropizadas quanto em áreas naturais, esse grupo de plantas que são contempladas no conceito PANC são rústicas, fazendo com que não necessitem de manejos especiais, diferentemente das plantas exóticas cultivadas convencionalmente aqui (KINUPP; LORENZI, 2014), como a alface, por exemplo. Muitas vezes, não há necessidade de insumos externos para seu cultivo, assim como não precisam de irrigação artificial. Algumas variedades são de sombra, outras de meia sombra e outras de sol, possibilitando um melhor aproveitamento do espaço, sem que haja uma perturbação muito grande no agroecossistema. Inclusive, também são indicadores de qualidade de solo.

O termo possui falhas, uma vez que uma determinada planta pode ser convencional em uma determinada região e não convencional em outra (KINUPP; LORENZI, 2014). Sendo assim, não convencional para quem? (RANIERE, 2021). A meu ver, as plantas que instigam essa pergunta fazem parte de uma determinada cultura alimentar que vem sofrendo epistemicídio em prol do sistema agroalimentar hegemônico. Portanto, por mais que, hoje, haja outros termos sendo utilizados para essas plantas, como frutas do mato, frutas silvestres, hortaliças tradicionais, matos de comer, NUS, PANS (RANIERE, 2021), plantas alimentícias alternativas, plantas alimentícias regionais, plantas alimentícias espontâneas, hortaliças não convencionais, ervas comestíveis espontâneas (KINUPP; LORENZI, 2014) etc., nesta pesquisa, mantenho PANC por entender que esse conceito engloba todas as demais e meu ponto de inquietação é o que é determinado como convencional para o mercado globalizado.

Raniere chama atenção para

O conhecimento tradicional sobre o uso dessas plantas se perdeu. Esses saberes aparecem em algumas comunidades, assim como nas culinárias regionais. Somando a esse conhecimento de origem popular e ancestral a identificação, consumo e preparação de diversas plantas espontâneas, temos a ciência da atualidade estudando as propriedades e características delas. A ciência traz a comparação dos benefícios para o nosso organismo, e as melhores formas de preparo. Usos tradicionais são reavaliados, e plantas que antes eram consideradas não comestíveis passam a ser entendidas como alimento.

[...] Resgatam-se agora os alimentos esquecidos, que desapareceram com o advento da produção industrial. Muitos deles ainda sazonais e não são produzidos em grande escala, reforçando o papel da coleta e da agricultura familiar (2021, p. 23).

Para ilustrar essa questão, posso levantar algumas espécies tradicionais de Minas Gerais, que, no meio rural, são convencionais, pois repousam nos quintais, mas não há comercialização convencional, como: a ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), taioba (*Xanthosoma taioba*), almeirão-de-árvore (*Lactuca canadensis*), tomate de árvore (*Solanum betaceum*), azedinha (*Rumex acetosa*), peixinho-da-horta (*Stachys byzantina*), bredo (*Amaranthus deflexus*), maria-gondó (*Erechtites valerianifolius*), serralha (*Sonchus oleracus*), cará-moela (*Dioscorea bulbifera*), araruta (*Maranta arundinacea*), mangarito (*Xanthosoma riedelianum*) etc. Essas plantas fazem parte de receitas tradicionais, muitas vezes são encontradas em quintais e, quando são chamadas de PANC, causam estranhamento naqueles que fazem uso rotineiro delas.

No que diz respeito ao DHAA, a não valorização desse conhecimento tradicional pode acarretar a violação desse direito. Sabe-se que a fome pode ser causada por diversos fatores: de catástrofes ambientais, problemas políticos a má distribuição de renda e alimentos. A produção de alimentos mundial é maior do que a necessária para alimentar o planeta, mas problemas como o desperdício de alimentos (do campo à mesa), usos indevidos de alimentos e/ou subutilização de plantas comestíveis (KINUPP; LORENZI, 2014) contribuem significativamente para a injustiça alimentar na qual esta pesquisa se centra. Sendo assim, compreendo que esse conjunto de PANC que fazem parte dos saberes culinários tradicionais de alguma determinada região, e vem sofrendo epistemicídio, são aquelas contempladas tanto nos conceitos do DHAA, da SAN e da soberania alimentar, quanto no conceito de ‘comida de verdade’ do CONSEA. A não valorização das PANC leva a uma perda de potencial nutricional, cultural, social e financeiro. Valorizar o potencial alimentício dessas plantas, além de contribuir para uma mudança de paradigma, proporciona a manutenção de espécies nativas e da cultura local que as cerca (MARQUES, 2020).

As PANC ultrapassam as fronteiras da cultura alimentar: elas também podem vir a se tornar novas possibilidades de alimento que permeiam a agroecologia. Nutricionalmente, são importantes fontes de proteínas, carboidratos, aminoácidos essenciais, vitaminas, fibra alimentar e substâncias que desempenham atividades funcionais - propriedades nutraceuticas Além de contribuírem com o resgate de bioprocessos (LIBERALESSO,2019). Nesse sentido, vejo que elas podem favorecer a

nossa reconexão com a memória biocultural, que também foi alvo de apagamento na era moderna, através do discurso ideológico do progresso, do desenvolvimento e da modernização, que desqualifica o passado pré-moderno, abrindo mão de uma consciência de espécie que é, ao mesmo tempo, uma consciência histórica “baseada em uma característica que vai além do fenômeno humano e alcança todas as dimensões da realidade do planeta: a diversidade” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 208).

Nós, seres humanos, somos uma espécie biológica com essência animal e social. Desse modo, nossa existência se constrói através dos vínculos societários e da natureza, e com a experiência adquirida ao longo do tempo. Essa memória coletiva e individual forma a espécie humana, por meio de processos de diversificação (biológicos, genéticos, linguísticos, cognitivos, agrícolas e paisagísticos) que configuram um complexo biológico-cultural originado historicamente e que é o produto de milhares de anos de interação entre culturas e os ambientes naturais. Cada cultura local interage com seu próprio ecossistema e é através dessa ampla coleção de sabedorias locais que obtemos recordações-chaves que formam uma consciência histórica comunitária, sendo uma lembrança da espécie, uma memória biocultural (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, p. 208).

A defesa deste trabalho é a de que, no uso das PANC, se faz germinar uma educabilidade política de base sociocrítica, pensando a alimentação para além da “saúde e nutrição”: a partir da Educação Ambiental crítica e da Agroecologia, em diálogo com a Ecologia Política, assumindo uma perspectiva decolonial, amparada na ACD, se faz possível trazer à tona as injustiças ambientais que o sistema agroalimentar hegemônico carrega consigo (LAYRARGUES, 2021, no prelo), desvelando

o cultivo da inculcação ideológica a favor da formação de um novo imaginário social (não meramente alterado pela recente modernização; mas distorcido, por difundir uma imagem que não corresponde fielmente à realidade do agronegócio) a respeito do ‘agro’; desde quando o ‘negócio’ invadiu o ‘agro’ e expulsou a ‘cultura’ do campo (LAYRARGUES, 2021, no prelo, p. 13).

As PANC como estratégia pedagógica fomentam um debate pedagógico ecológico, podendo emergir a conscientização acerca da realidade do agronegócio, e Layrargues compara as PANC com um alimento agroecopolítico (LAYRARGUES, 2021), “como uma forma de ajustar a compreensão esclarecida acerca desse modelo agroalimentar que visa o lucro” (LAYRARGUES, 2021, p. 36). Nessa perspectiva, as PANC podem trazer às claras a compreensão das diferenças entre o modelo de produção agropecuária do agronegócio e a agroecologia que prioriza o DHAA, a SAN e a soberania

alimentar, demonstrando que o ato de comer se torna, sim, um ato político, pois, além de se fazer escolhas éticas no hábito do consumo de alimentos, também valorizamos nossa cultura, nossa identidade, nossa biodiversidade, nossa soberania alimentar, nos dando conta dos paradoxos da questão alimentar que faz parte da crise da civilização (LAYRARGUES, 2021).

Entendo, também, que as PANC podem contribuir como estratégia de uma consciência do que é estar no mundo (FREIRE, 2019), que ativa a memória biocultural dos sujeitos, que denuncia o epistemicídio e o sistema agroalimentar nefasto e anuncia, como diz Paulo Freire (2019), a vocação das mulheres e dos homens. Se, no cotidiano, o sistema agroalimentar hegemônico boicota lugares públicos de resistência no âmbito alimentar, dirijo meu olhar a um local privado, onde possam se encontrar sentidos atribuídos aos cultivos, às técnicas locais de manejo da agrobiodiversidade, descrições de redes de relacionamento entre seres humanos e não-humanos, locais apresentados como de autonomia, resistência, lazer, saberes e memórias (ALMADA; SOUZA, 2017). Um lugar ordinário, que compõe práticas ordinárias, como o ato de se alimentar. Um lugar de enunciação, que denuncia as estratégias ideológicas e propicie táticas de astúcia, que humaniza e que desperta a consciência.

Apoiando-me, inicialmente, em Certeau (1998), o meu olhar se voltou, não apenas para um lugar que indica estabilidade ou ordem de relações de coexistência, mas também ao espaço, onde é percebida a ambiguidade, que é colocada como o ato de um presente modificado pelas transformações, ou seja, sendo “o espaço um lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p. 202) pelas ações de sujeitos históricos. Meu movimento se dá em direção aos quintais. Para Almada e Souza, “os quintais são espaços de circulação de humanos e não-humanos que conectam ambientes e tempos em diferentes escalas” (2017a, p. 15). Atualmente, esses espaços vêm se reduzindo, a partir do momento que há a diminuição dos lotes, ocupações cimentadas, verticalização das edificações etc., mas ainda resistem. São locais de caráter multifuncional em sistemas socioecológicos: conservação da agrobiodiversidade e dos processos ecológicos, manutenção e reprodução dos modos de vida e diversidade cultural e é onde se encontra a maioria das PANC, principalmente aquelas que são tradicionais (ALMADA; SOUZA, 2017<sup>a</sup>).

Os quintais rurais são um espaço de práticas importantes para uma pequena propriedade: fornecem alimento, produzem saberes, vivenciam experiências e práticas culturais. É um espaço multidimensional, carregado de significado e sentido biológico,

social, cultural e filosófico (PINILLA; OLIVEIRA, 2019). Para esta pesquisa, me referirei a quintais na perspectiva de Almada e Souza “como a área em torno das residências, sejam elas rurais ou urbanas, que se encontram imediatamente ao redor da casa, prestando-se a diversas atividades da vida cotidiana, destacando-se o cultivo de espécies vegetais e criação de animais” (2017, p. 15-16), entendendo que, nas práticas de cultivo dos quintais,

se encontram expressões das trajetórias de vidas advindas de diversos tempos, lugares e momentos experimentados pelas pessoas [...] que encontramos vidas humanas e não-humanas trazidas das diversas partes do mundo sendo trocadas material e imaterialmente com sentimentos, afetos e simbolismos [...] lugar da memória biocultural (SILVA; ALAMDA; OLIVEIRA, 2019, p. 229)

Os autores Almada e Souza (2017) propõem uma reflexão sobre os quintais enquanto sistemas bioculturais que desempenham um papel contra-hegemônico de resistência diante do processo de homogeneização dos modos de vida e desperdício de experiências promovido pela modernidade, possibilitando o exercício de outra racionalidade ambiental e dando a opção por uma ecologia dos saberes, alargando os horizontes dos sistemas de produção de conhecimento para além do pensamento abissal da modernidade, sendo um espaço de tempo vivido dos sistemas vivos.

Para Certeau (1998), as práticas ordinárias cotidianas são do tipo táticas, em que o sujeito ordinário, através da cultura, se torna o próprio narrador, quando define o lugar comum do discurso e o espaço anônimo de seu desenvolvimento. As historiografias narradas nos quintais podem ser possíveis táticas disponíveis, podendo o quintal ser como um terreno de enunciações. Almada e Souza complementam esse pensamento ao dizer que o “cotidiano dos quintais, de forma consciente ou não, é uma brecha, um espaço de vida e de invenção, um contraponto à ordem hegemônica” (ALMADA; SOUZA, 2017, p. 25). Portanto, os quintais podem ser entendidos como práticas de (re)existir, sendo microesferas das táticas cotidianas de resistência, onde pessoas fazem política (CARDOSO, CAMPOS, 2017).

As práticas ordinárias, do cotidiano, no quintal não deixam de ser práticas sociais, pois são formas de agir no mundo e de se relacionar, de representar e de identificar a si e a outros, assim como aspectos do mundo. A linguagem está presente nessas práticas, assim como para as estruturas sociais quanto aos eventos sociais, configurando um sistema semiótico, se manifestando como discurso. Analisar os discursos dos sujeitos ordinários que se tornam narradores, através da ACD, pode dar ‘pistas’ para compreender o funcionamento social dessas práticas sociais dos quintais (RAMALHO; RESENDE,

2011). Entendendo o quintal como espaço e território, parto do princípio que a ACD colabora para identificar as relações de poder, conflitos e enfrentamentos à violação da DHAA.

As mulheres são protagonistas das práticas nos quintais, não apenas por terem uma percepção multidimensional, mas porque são responsáveis, oprimidas pelo patriarcado e pelo machismo, pela manutenção da casa e da família, sendo os quintais uma extensão desse espaço. É nessa sobrecarga de trabalho invisível que as mulheres transformam o cru em cozido, modificando a vida possível. E, para essas mulheres, a cozinha está diretamente ligada aos quintais. Ela movimenta uma economia que não é financeirizada, uma economia de trocas em que não se utiliza dinheiro, e invisível por não ser contabilizada pelo sistema de lucro. Com isso, as mulheres têm trilhado caminhos de resistência, permeando as brechas e a terra, resgatando antigos conhecimentos e construindo autonomia. Visibilizar o trabalho das mulheres é fundamental para garantir uma nova sociedade mais justa e igualitária e para a soberania e segurança alimentar e nutricional (LIMA; QUEIROZ, 2019). “O espaço da cozinha deve ser visto como um espaço geográfico alimentar, onde se representa uma diversidade de questões, relações de poder e possibilidades de (re)construção” (SILVA, 2019, p. 56).<sup>13</sup>

A partir do entendimento das PANC como práticas pedagógicas para além dos muros das escolas, tendo os quintais como espaço de repouso e conexão com a memória biocultural, passo a entender que as práticas ordinárias desse espaço e os saberes que envolvem as PANC possam ser um re-encantamento da Educação Ambiental, podendo trazer reflexões teóricas de acordo com uma perspectiva decolonial, sendo esta contextualizada nas realidades socioambientais do Sul global (RUFINO, CAMARGO, SÁNCHEZ, 2020). Nas palavras de Almada e Venâncio, “ao se abrir ao (re)encantamento do mundo, podemos pensar o processo educativo que se dá em nosso engajamento cotidiano com os demais viventes” (2021, p. 75). Isso possibilitaria àqueles que possuem seu DHAA negado, a condição de se territorializar, de se formar como *ser-mais* e se formar como sujeito ecopolítico. Entendo que inscrever as práticas da EA crítica, na perspectiva decolonial, pode reafirmar o papel emancipatório das práticas ordinárias dos quintais, onde os saberes das PANC repousam.

---

<sup>13</sup> O papel das mulheres nos quintais desde uma perspectiva ecofeminista será desenvolvido posteriormente neste trabalho. Oportuno indicar a contribuição desse debate por reconhecê-lo na construção de dados teóricos e empíricos desta dissertação.

#### 4. A GERMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Para Caldart (2019), a agroecologia é o sopro da vida em forma de uma relação da humanidade com a natureza e não contra ela. Ela nos convoca a pensar a relação sociedade-natureza como parte de um projeto societário, é expressão de superação do capitalismo, que depreda a natureza e adocece a humanidade. É a relação entre o modo de produzir, humanidade e natureza, relações sociais de produção ou diferentes sistemas produtivos, o uso de tecnologia, as relações de gênero, entre gerações, o modo de vida cotidiana, a cultura, a arte, a visão de mundo, os conhecimentos, as estruturas institucionais, a forma de acesso à terra e a outros bens naturais, as formas de participação, de tomada de decisões sobre a produção e sobre outras dimensões da vida em comunidade, os cuidados com a saúde, a estética, a educação etc. Entendo que a agroecologia surge apoiada na ecologia política e na justiça ambiental.

A ecologia política parte da crítica radical aos fundamentos ontológicos e metafísicos da epistemologia moderna. Seu campo de estudo é formado na ação inter/transdisciplinar, em epistemes contra-hegemônicas, éticas, práticas sociais e movimentos sociais. Ela analisa os processos de significação, valorização e apropriação da natureza, estabelecendo-se nesses espaços onde emergem os conflitos socioambientais. Preocupa-se não apenas com os conflitos de distribuição ecológica, mas também em explorar, sob uma nova luz, as relações de poder. É uma política de reapropriação da natureza (LEFF, 2003). Loureiro e Layrargues (2013) partem do princípio de que a justiça ambiental se opõe ao pensamento ambientalista da “modernização ecológica” e hegemônica, que concebe

A natureza como composta apenas por recursos naturais (destituída de componentes socioculturais); b) a existência de problemas ambientais (e não de conflitos socioambientais); c) o enfrentamento de tais ‘problemas’ por meio de medidas administrativas e tecnológicas (e não por meio de processos políticos), uma vez que se considera tratar de desperdício ou escassez de recursos ambientais (e não do acesso e uso desigual dos bens ambientais) (2013, p. 64).

O movimento de justiça ambiental é caracterizado quando podemos identificar uma sobrecarga de danos ambientais a determinados grupos sociais, ameaçando a integridade da saúde ambiental e comprometendo a reprodução social. As injustiças ambientais são identificadas em sociedades desiguais por meio de mecanismo políticos, sociais e econômicos que concentram os processos decisórios e privatizam os bens públicos (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). Compreendo justiça ambiental como

forte aliada da agroecologia, a partir do momento em que ela “pode ser entendida como um conjunto de práticas organizadas de agentes sociais que se encontram na condição de expropriados e que defendem politicamente projetos societários anticapitalistas” (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 63). Sendo assim, problematiza e denuncia as questões socioambientais, provenientes do sistema agroalimentar hegemônico, em que a agroecologia vem a ser o anúncio.

Esse movimento luta por direitos humanos que são constitucionais, mas são negados pelo poder hegemônico. É um movimento que dialoga com os direitos humanos, com os direitos da natureza. No momento em que as injustiças ambientais atuais possuem etnia, raça, gênero e classe, há uma categoria determinada de racismo ambiental, tendo na colonialidade do saber e do ser uma forma de manter um determinado grupo social em uma situação de injustiça/opressão. Um exemplo são os saberes acerca da cultura alimentar, onde muitas das PANC estão inseridas, que são apagados. Com a extinção do CONSEA, conseqüentemente com os desmontes das políticas públicas que asseguravam o DHAA, os ataques ao Guia Alimentar para a População Brasileira e a legitimação do agronegócio, a partir de políticas neoliberalistas e discursos ideológicos (que expropria a terra dos povos originários, intoxica comunidades tradicionais e originárias, desmata, mata rios etc.), podemos identificar o racismo ambiental e, conseqüentemente, racismo fundiário, operando na esfera do sistema agroalimentar, trazendo à tona um movimento de justiça alimentar, que Delduque (2016) define como uma luta contra as desigualdades e assimetrias geradas pelo sistema alimentar.

Bullard define racismo ambiental como

políticas públicas ambientais, práticas ou diretivas que afetam de modo diferente ou prejudicam (de modo intencional ou não) indivíduos, grupos ou comunidades de cor ou raça. O racismo ambiental é reforçado pelo governo, assim como pelas instituições legais, econômicas, políticas e militares. Ele encontra-se combinado com políticas públicas e práticas industriais que, ao mesmo tempo que garantem benefícios para os países do Norte, direcionam os custos para os países do Sul (2004, p. 42).

Gomes (2019) propõe a ideia de racismo fundiário a partir do racismo ambiental, trazendo à tona a concentração de terras nas mãos das pessoas brancas em contraposição ao genocídio de indígenas e ao não reconhecimento dos territórios tradicionais quilombolas. Castro (2021) correlaciona essa vertente de racismo com o nutricídio<sup>14</sup>, uma

---

<sup>14</sup> Termo criado por Llai Afrika, que descreve como a destruição nutricional da raça negra, oriunda das mudanças em hábitos alimentares culturais, ou ausência de alimentos de qualidade, má alimentação, tem levado a população negra, no mundo colonialista, ao adoecimento e morte (CASTRO, 2021).

vez que, para esse grupo étnico/racial, o ato de comer está diretamente ligado às condições de produção de alimentos em seus próprios territórios. Vale ressaltar que essa produção de alimentos, em sua maioria, se baseia em um manejo ecológico da terra e na conservação da biodiversidade, sendo um dos pilares da agroecologia, considerando também, que são nesses territórios onde muitas PANC ainda possuem algum protagonismo alimentar.

Nesse cenário de injustiça ambiental e alimentar se desenvolve um campo pedagógico para além dos muros das escolas, tendo a educação como prática de liberdade. A dialogicidade entre o mundo e a realidade é um processo de desvelamento crítico que constitui a conscientização, que se inscreve em um processo de busca por humanização, afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada, chamada de vocação de mulheres e homens de *ser mais*. A libertação chega pela práxis de sua busca, pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2019). Práxis essa encontrada nos movimentos sociais ligados, por exemplo, à temática da alimentação e que se posicionam através da agroecologia. Para Freire, a práxis

é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor—oprimidos. Por isso, a inserção crítica e ação já são a mesma coisa. Dessa forma o mero reconhecimento de uma realidade que não leve a esta inserção crítica (ação já) não conduz a nenhuma transformação da realidade objetiva, precisamente porque não é reconhecimento verdadeiro (FREIRE, 2019, p. 52-53).

As lutas sociais são cenários pedagógicos, onde os atores sociais/sujeitos exercem suas próprias pedagogias de aprendizagem, reflexão e ação, percebendo ações que possibilitam mudar a ordem do poder colonial, a partir do reconhecimento do problema. Tal processo de ação suscita reflexões e ensinamentos sobre a própria situação/condição colonial e o projeto inacabado de decolonização, enquanto chama a atenção para a luta política, epistêmica, experiencial e existencial para transformar os padrões de poder e os princípios sobre os quais o conhecimento, a humanidade e a própria existência foram circunscritos, controlados e subjugados. As pedagogias, nesse sentido, são as estratégias e metodologias que se entrelaçam e se constroem, tanto na resistência e na oposição, quanto na insurgência, na marginalização, na afirmação, na (re)existência e na re-humanização (WALSH, 2013).

No contexto desta pesquisa, a Educação Ambiental Crítica (EA crítica) surge como uma educação para a liberdade na perspectiva freireana, tendo como situação-limite

a questão ambiental, sendo “uma filosofia da educação que busca reorientar as premissas do pensar e do agir humano, na perspectiva de transformação das situações concretas e limitantes de melhores condições de vida dos sujeitos” (TORRES *et al.*, 2014, p. 16). Dessa forma, esses sujeitos são capazes de realizar uma análise crítico-humanizadora das relações entre humanidade e natureza. Na situação-limite exposta até aqui, ela emerge como uma educação para a transformação não apenas da relação humanidade e natureza, mas também como práxis pedagógicas de transformação social. No âmbito desta pesquisa, tendo a questão como situação-limite, me envolvo com os quintais sendo um tema-gerador e as PANC como palavras geradoras, sendo que, “investigar o tema gerador é investigar [...] o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis” (FREIRE, 2019, p. 136).

A EA crítica é uma proposta de educação que supera a visão dicotômica cartesiana e unidimensional. Nela, o pensamento complexo se faz presente, tanto no sentido de compreensão do ser humano como ser multidimensional quanto na própria compreensão do adjetivo “ambiental”, que vai além de ecológico, pois inclui tanto a compreensão dos sistemas ecológicos quanto dos sistemas sociais, assim como as relações de poder e suas consequências. A Educação Ambiental crítica se faz com compromisso social, que significa estabelecer a conexão entre justiça ambiental, desigualdade e transformação social. As questões ambientais e sociais são indissociáveis (LAYRARGUES, 2009). Para Cosenza (2014, p. 89), “estreitar laços entre a justiça ambiental e a EA permite evidenciar a omissão com grupos sociais em condições de vulnerabilidade e contribuir para a articulação de lutas em defesa de seus territórios” e recupera a centralidade dos atores sociais (indivíduos e comunidades) em disputa (COSENZA, 2014).

A questão alimentar que envolve esta pesquisa é essencialmente ambiental inerente a injustiças ambientais, tendo essa problemática, e os quintais com PANC, como território pedagógico fértil para uma educação com um projeto político-pedagógico emancipador, transformador e para a liberdade, desvelando o poder neoliberal e seus projetos ideológicos. A Educação Ambiental compreende a relação humanidade e natureza, intervindo nos problemas e conflitos ambientais, e contribuindo, através da tomada da consciência crítica freireana, para uma mudança de valores e atitudes.

Ao ressignificar o *cuidado para com a natureza* e para com o Outro humano como valores ético-políticos, a educação ambiental crítica afirma uma ética ambiental, balizadora das decisões sociais e reorientadora dos estilos de vida coletivos e individuais. Aqui, juntamente com uma educação, delineiam-se

novas racionalidades, constituindo os laços identitários de uma cultura política ambiental (CARVALHO, 2004, p. 19).

Os conflitos ambientais e a justiça ambiental abordados na EA crítica, em diálogo com a Ecologia Política, favorecem a construção de novos caminhos para compreender as potencialidades pedagógicas, revelando estratégias pedagógicas que se configuram em permanente disputa, seja a partir de seus processos emancipatórios ou de dominação. Reforçam a importância dessa aliança teórica para ampliar a criticidade nos debates em torno das questões ambientais, potencializando a dimensão política-crítica da educação. Sendo a justiça ambiental uma questão central dos movimentos sociais em suas lutas ecológicas, para a EA possibilita a mobilização da população para uma perspectiva crítica acerca da temática ambiental e contribui para o enfrentamento das injustiças (COSENZA, 2014; KASSIADOU, SÁNCHEZ, 2019).

Concomitante ao ensaio supracitado, Cosenza e Martins alertam que

há diferentes representações político-pedagógicas, por detrás de discursos por vezes conflitantes, que moldam a forma como indivíduos e grupos sociais passam a compreender os problemas socioambientais e a reagir a eles. A produção destes discursos no campo ambiental se faz visível quando analisamos respostas, posicionamentos ou possíveis explicações de diferentes setores sociais às indagações sobre causas, consequências e alternativas à crise socioambiental contemporânea (2012, p. 2).

Isto porque algumas correntes ambientais são legitimadas pela ideologia dominante, funcionando à lógica do mercado, ao contrário da justiça ambiental que tem como discurso a justiça social entre humanos, expondo as contradições das sociedades assimétricas e desiguais, operando em um processo consciente e dialógico de transformação e emancipação social. A EA assume um papel importante na compreensão dessas contradições, na medida que traz visibilidade aos atores sociais injustiçados e contribui para a articulação de lutas em defesa de seus territórios. Invisibilidade que, muitas vezes, é ocasionada por uma ótica conservacionista ou pragmática dos problemas ambientais. Ou seja, a partir da justiça ambiental aliada à EA, é possível problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade experimentadas local e globalmente (COSENZA; MARTINS, 2012).

Nota-se a confluência da EA crítica com a agroecologia quando foi assinado o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global”, em 1992, durante a Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro. Esse tratado considera que a EA estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas,

na medida que trata as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna etc. Ela deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, valorizando as diferentes formas de conhecimento e deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar modo de vida. A EA deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida, a respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pela sociedade.

Vale ressaltar que, da mesma forma que as políticas públicas voltadas ao DHAA passaram a sofrer graves ataques, desde 2019, a EA também: vide a extinção da Secadi, por meio do Decreto n 9.465, de 2 de janeiro de 2019, a flexibilização da fiscalização ambiental, a exploração madeireira e mineradora em territórios indígenas ou quilombolas, a perseguição a educadores, ambientalistas, fiscais ambientais etc., lembrando que o Brasil é o país que mais mata ambientalistas no mundo.

O modelo predominante de Educação Ambiental, no Brasil, é conservador, instrumental, funcional e subserviente ao sistema. Ou seja, a EA foi domesticada pelo currículo oculto do ambientalismo de mercado, que tem como práticas discursivas ideológicas o desenvolvimento sustentável, que forma sujeitos com preocupação do cuidado individual com o lixo, a água, o solo, ou os seres do mundo natural. Ela parte do princípio de que os sujeitos se “comportam” e não “agem”. Ao contrário da EA crítica, a Educação Ambiental conservadora não trabalha com os pressupostos da Ecologia Política e não questiona o modo de produção capitalista (LAYRARGUES 2020<sup>a</sup>).

Considero que a EA Crítica seja uma proposta de superação não apenas de uma Educação Ambiental conservadora, já absorvida pela ideologia capitalista, mas até mesmo, como uma contraposição à educação conteudista e bancária, se apresentando a partir de uma relação dialógica e horizontal, que considera os oprimidos e injustiçados ambientalmente como fonte de outras epistemes, possibilitando uma aproximação entre cultura local e as temáticas relevantes que o território tornou pedagógicas. Mediante a conjuntura apresentada até aqui, referente à questão que move esta pesquisa, aproximar a EA crítica do campo teórico-político da decolonialidade

auxilia na práxis da EA crítica, bem como na construção de ações mais justas e igualitárias no que diz respeito à questão ambiental. Além disso, compreende-se que a EA crítica tem por compromisso dar visibilidade aos povos e populações tradicionais que historicamente sofrem com situações de

injustiças ambientais e que são produtores de modos de vidas, saberes e conhecimentos transgressores à lógica moderna da ciência (KASSIADOU, 2018, p. 25).

A decolonialidade ajuda a visibilizar esses dispositivos de poder, sendo uma estratégia de construção de novas relações de saber/ser/poder e da própria vida (WALSH, 2009). Ao incorporar a decolonialidade na práxis da EA crítica, pode-se encontrar um caminho para ressignificar a relação humanidade e natureza, para superar a visão utilitarista da natureza, assim como reconhecer que grupos sociais injustiçados ambientalmente possuem conhecimentos, saberes, práticas e culturas, apontando para uma diversidade epistemológica. “A EA crítica pode vir a assumir, em sua pedagogia e práxis, a perspectiva decolonial, desafiando a colonialidade da natureza e do poder, tal como a Ecologia dos Saberes propõe” (KASSIADOU, 2018, p. 37), contribuindo para a formação do pensamento pós-abissal de Santos: um “pensar a partir da perspectiva do outro lado da linha, precisamente por o outro lado da linha ser o domínio do impensável na modernidade ocidental” (2018, p. 661).

Enfim, trazer a EA crítica para dentro de uma perspectiva de uma pedagogia decolonial e insurgente, com metodologias produzidas nos contextos de lutas, marginalização e resistência, confrontando a modernidade/colonialidade, traz outras possíveis maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com (WALSH, 2013) e de humanização em prol da vocação do *ser mais*, podendo contribuir para uma transformação no sentido da agroecologia.

Um dos resultados esperados mediante essa perspectiva de educação é a formação de um sujeito ecopolítico, com valores para uma consciência ecológica contra a realidade socioambiental injusta e predatória, uma vez que a EA crítica tem um viés de transformação e não de manutenção do poder. Esse sujeito ecopolítico é crítico, participativo e comprometido com uma sustentabilidade socioambiental enquanto opção ético-política-econômica. Sendo assim, são sujeitos ecologicamente conscientes e politicamente atuantes, superando a visão hegemônica que eternamente responsabiliza o indivíduo pelas respostas à crise ambiental (LAYRARGUES, 2020<sup>a</sup>).

Um sujeito ecopolítico é aquele que se engaja na luta política, que integra movimentos políticos, faz parte da esfera pública, sendo movido pela ambição de interferir (LAYRARGUES, 2020). Para isso, é necessário que assuma conscientemente sua essencial condição humana, possibilitando a sua humanização, o encontro com a sua vocação em *ser mais*, levando esse sujeito à práxis, que é a reflexão e ação das mulheres

e dos homens sobre o mundo para transformá-lo, proporcionando a condição das mulheres e dos homens, como seres históricos, ao encontro da sua historicidade (FREIRE, 2019), e para esse sujeito se encontrar com a sua vocação em *ser mais*. Entendo que seja necessário que seu ser, pensar e existir enfrente a decolonialidade, propiciando o dizer a sua palavra, sendo este o seu encontro com sua humanização, “ao dizer sua palavra, pois, o homem [mulher] assume conscientemente sua essencial condição humana” (FREIRE, 2019, p.17).

A Análise Crítica do Discurso também se faz necessária como estratégia teórico-metodológica da EA crítica com uma perspectiva pedagógica decolonial, uma vez que, para Freire, a linguagem desempenha um papel essencial no processo de conscientização, pois a humanização se dá na reconquista da própria linguagem. Esta não pode ser dissociada do seu contexto social e político ou de criadora de estratégias de ação. A linguagem real sempre envolve a práxis, significando mudar o mundo, possuindo uma íntima conexão da interação e da realidade com ele. A linguagem pode tanto aumentar quanto diminuir a consciência social e a realidade pode tanto humanizar como alienar (PETERS, 2017).

Silva e Cosenza (2020) compreendem que a educação é um campo de disputa de poder, devido à sua potencialidade de inculcar ou transformar concepções que afirmam ou negam determinado modelo societário.

No que se refere à realidade camponesa, os discursos hegemônicos, a fim de manter o avanço do agronegócio, afirmam um projeto de educação baseado em ideais desenvolvimentistas, inculcando valores e práticas capitalistas. Em contrapartida, os povos do campo, articulados por meio de coletivos e movimentos sociais, lutam por um modelo de educação que reafirme suas identidades, e valorize seus saberes e fazeres, como a produção camponesa (SILVA; COSENZA, 2020, p. 5).

A disputa de poder que se dá no campo ambiental pode ser percebida na pluralidade de correntes que atravessam as práticas sociais e que assumem um caráter ideológico. Alier (2007) distingue três correntes principais: o culto ao silvestre, o evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres ou justiça ambiental. O culto ao silvestre diz respeito à defesa da natureza intocada e ao amor pelo ambiente. O evangelho da ecoeficiência tem sua atenção voltada para a crise ambiental e como ela afeta a economia na sua totalidade: é comum o uso de expressões como “recursos naturais”, “capital natural” e “serviços ambientais” em seus discursos, porque essa corrente está ligada a um entendimento de desenvolvimento sustentável, no âmbito de um cenário desenvolvimentista, ligado aos valores capitalistas. A última corrente, ecologismo dos

pobres ou justiça ambiental, nasce dos conflitos socioambientais e demanda por justiça social contemporânea entre a humanidade.

A partir da corrente do ambientalismo, denominada evangelho da ecoeficiência, Cosenza (2014) destaca que há um discurso, no âmbito do setor empresarial, que defende o modelo de desenvolvimento sustentável, que opera dentro do sistema de valores capitalistas, mas que não há interesse algum em transformar as relações sociais e econômicas; não há proposta alguma de uma nova racionalidade. Ao contrário, mantêm-se os valores capitalistas operando em conjunto com um mercado verde, uma vez que a preocupação é meramente técnica tendo como objetivo apenas o gerenciamento sustentável dos bens naturais. Esse discurso pode ser visto como ideológico, no sentido dado por Fairclough, uma vez que opera segundo a lógica do mercado, sem questioná-lo, para a perpetuação de seus mecanismos de dominação.

Penso que, abordar as injustiças ambientais na EA crítica, em diálogo com a Ecologia Política e assumindo uma perspectiva decolonial, é possível ampliar a criticidade nos debates em torno das questões ambientais e das questões alimentares. A ACD potencializa a possibilidade de transformação dos *modus operandi* patriarcal, colonialista e capitalista, uma vez que desvela as correntes ideológicas do pensamento capitalista e da educação ambiental, por concordar com Cosenza quando diz que

esse processo é subsidiado por uma reflexividade crítica, por uma busca por autoconstrução reflexiva, cada vez mais influenciada por informações circundantes e por relações de poder. Busca, cuja força, está em sinalizar que a análise dos discursos pode ajudar a compreender a reprodução ou a mudança social: são os indivíduos inseridos em práticas discursivas e sociais que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais (2014, p. 94).

E, aqui, volto à minha questão de pesquisa: como podem os quintais com PANC produzir educabilidades significativas para a formação de sujeitos ecopolíticos, podendo trazer à tona reflexões sobre novos modos sustentáveis de produzir soberania e das injustiças ambientais que permeiam o sistema agroalimentar hegemônico? As práticas ordinárias dos quintais com PANC podem contribuir para entender se os atores sociais inseridos nessa prática se reconhecem como sujeitos ecopolíticos e se suas práticas nesses espaços corroboram a transformação de estruturas sociais.

Quando Paulo Freire diz “toda dominação implica uma invasão, não apenas física, visível, mas às vezes camuflada, em que o invasor se apresenta como se fosse o amigo que ajuda. No fundo, invasão é uma forma de dominar econômica e culturalmente o

invadido” (2019, p. 205), eu vislumbro o caminho dos discursos do sistema agroalimentar hegemônico no qual, através do mecanismo de legitimação, afirmando-se como produtor de alimento e que o país precisa dele, invade nossa cultura alimentar, negando, silenciando e apagando a comida de verdade, em prol dos alimentos e produtos alimentícios dominadores. Nesse caso, a educabilidade das PANC pode estar no ‘afastamento’ dos elementos de invasão cultural dos opressores a fim de se reconhecer, criticamente, os paradoxos inerentes a esse sistema nefasto (FREIRE, 2019).

Freire também argumenta que renunciar ao ato invasor significa “renunciar a todos os mitos de que se nutre a ação invasora e existenciar uma ação dialógica. Significa, por isso mesmo, deixar de estar *sobre* ou ‘dentro’, como ‘estrangeiros’, para estar *como*, como companheiros” (FREIRE, 2019, p. 211). Aqui, vejo o papel dos quintais em uma perspectiva agroecológica, para além de ser um espaço composto por práticas, artefatos, espécies, saberes e memórias bioculturais, mas também como um espaço de experiências, e volto até a Introdução desta pesquisa, onde Santos (2013, p. 16) afirma que “toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias”: com essa experiência vivida, no corpo e na mente, nos quintais com PANC, posso ser capaz de trazer novas formas de ser e existir no mundo.

Os quintais com PANC podem apontar outras injustiças não tratadas até agora nesta pesquisa, mas que vêm sendo desveladas deste 2018, como a greve dos caminhoneiros e a pandemia do COVID-19, dois momentos na história recente em que houve falha no abastecimento de alimentos nas cidades, podendo demonstrar a contribuição desses quintais no âmbito da autonomia dos sujeitos que possuem esse espaço.

## 5. A PESQUISA ADENTRA OS QUINTAIS COM PANC

Tendo como problema social o modo como as cidades invisibilizam e destroem quintais e, assim, os saberes que com eles se constroem, problema esse que reforça a negação da DHAA e a soberania alimentar, a questão que surge é: como podem os quintais com PANC produzir educabilidades significativas para a formação de sujeitos ecopolíticos, podendo trazer à tona reflexões sobre novos modos sustentáveis de produzir soberania e das injustiças ambientais que permeiam o sistema agroalimentar hegemônico? Determinei, como objetivo desta pesquisa, entender os significados atribuídos aos quintais com PANC por aquelas/es que praticam esses lugares na cidade de Simão Pereira, MG, e se esses significados podem levar esses sujeitos a formarem educabilidades acerca da soberania alimentar e das injustiças advindas do sistema agroalimentar hegemônico.

Para compreender as significações discursivas de sujeitos que possuem quintais com PANC na cidade de Simão Pereira/MG, cidade na qual habito e onde o meu próprio quintal, que me encaminhou ao pensamento crítico, está situado, me amparei na conjuntura deste trabalho discutida no capítulo 2, em referenciais teórico-metodológicos dos princípios da ACD, sob uma perspectiva decolonial no âmbito de uma abordagem de investigação qualitativa. Essas escolhas se amparam na medida em que Bogdan e Biklen (1994) apontam que a investigação qualitativa está interessada no modo como as pessoas dão sentido às suas vidas, tendo os paradigmas como orientadores da investigação, levando em conta o ponto de vista dos sujeitos. Para esses autores, a experiência humana é mediada pela interpretação e o significado é atribuído. A ACD surge para respaldar esses significados, não sendo apenas interpretações minhas, abrindo brechas que me permitam induzir resultados. Para Magalhães, Martins e Resende (2017), a ACD é uma perspectiva de estudo que se situa na tradição qualitativa interpretativista, onde o ponto principal é o significado das ações sociais de forma crítica, ampliando as interpretações.

No entendimento desta pesquisa, se alimentar é uma ação envolta em uma prática social constituída por discursos concebidos na atividade social que envolve a escolha do que e como iremos comer, a partir de alguma educabilidade. O “comer” como prática social é situado, temporal e espacialmente, onde as pessoas interagem com o mundo. As convenções e normas ditadas pela ideologia estabelecem quem tem direito à voz e o que pode ser dito por determinadas classes e funções sociais (RESENDE; RAMALHO, 2011). Portanto, discursos moldam identidades e relações com instituições ligadas ao

sistema agroalimentar hegemônico, podendo vir a silenciar vozes e saberes de sujeitos que se posicionam no mundo de forma não hegemônica, com intuito de manter o poder do capital global e neoliberal.

A hegemonia do sistema agroalimentar se torna visível quando observamos o que é comercializado nos hipermercados, mercados e feiras, onde temos uma oferta pífia de alimentos *in natura*, que não representa nossa biodiversidade, ou até mesmo em restaurantes e praças de alimentação, que privilegiam culinária exótica, ultraprocessada e desterritorializada, tendo como base as *commodities* do agronegócio, que nos leva a entender o que é convencional ou não na alimentação. Os saberes da nossa culinária originária ou tradicional tem cor, raça e território, podendo, ou não, ser atravessados por conflitos ambientais<sup>15</sup> e por discursos ideológicos que visam aos interesses do mercado e, conseqüentemente, à manutenção do poder hegemônico.

A ideologia se faz onipresente no discurso quando incorpora significações que mantêm as relações de poder. Para a ACD, a ideologia é um conceito inerentemente negativo, visto que se apresenta como um instrumento semiótico que constrói as assimetrias das relações de poder, de forma a assegurar, mesmo que temporariamente, a hegemonia. Ao desvelar e desnaturalizar os discursos hegemônicos, abrem-se precedentes para a emancipação de sujeitos oprimidos. Como visto no capítulo 2. *A Busca Por Significados*, em que contextualizo a ACD, Thompson sugere cinco modos gerais de operação dessa ideologia, sinalizando como ela se naturaliza e passa a fazer parte do senso-comum (RESENDE; RAMALHO, 2011).

Portanto, o meu recorte espacial está no município de Simão Pereira, buscando nele identificar sentidos, significados e educabilidades dos quintais com PANC, através das análises de entrevistas semiestruturadas feitas com sujeitos que manejam, cotidianamente, esses quintais. A escolha por esse caráter de entrevista semiestruturada se deu por possibilitar um diálogo acerca das temáticas investigativas. Para contemplar as minhas questões, as temáticas que nortearam meu roteiro de entrevistas foram: 1) **Geral**, com perguntas básicas sobre nome, idade, endereço etc.; 2) **Quintais**, onde busquei entender a relação dos sujeitos com seus quintais e dos familiares com essa prática; 3) **Agroecologia**, com o objetivo de identificar as técnicas usadas na prática dos

---

<sup>15</sup> Vide o Pacote da Destruição, nome dado ao agrupamento de projetos de lei (PL 6.299, PL 2.633/PL 510, PL 3.729, PL 490 e PL 191), em 2022, onde cada PL, em diferentes fases de tramitação, causa danos irreversíveis aos ecossistemas brasileiros, uma vez que, são temas que vão da posse de terras, legalização da grilagem até o licenciamento ambiental.

quintais, e o modo de se relacionar com seres humanos e não humanos; 4) **PANC**, já prevendo que muitos não conheceriam o termo, elaborei perguntas que pudessem ativar a memória alimentar, assim como, perceber a ausência de determinadas plantas alimentícias nos mercados; e por fim, 5) **Questões Ambientais**, tendo o sistema agroalimentar como norteador, busquei compreender se, a partir da prática dos quintais, os sujeitos percebiam injustiças ambientais, negação de direitos humanos e constitucionais, assim como, de que forma o sistema agroalimentar hegemônico se apresenta a eles. As perguntas foram elaboradas com uma perspectiva ampla. Procurei não denunciar a minha intencionalidade, para não induzir respostas, e que proporcionasse uma certa liberdade para respostas amplas e construídas a partir dos saberes dos sujeitos e que pudessem anunciar seus modos de ser/estar no mundo.

Para escolher os quintais, meu movimento foi percorrer as três principais regiões da cidade, de carro e a pé, diversas vezes, e, a partir das minhas observações e de conversas com moradores, fiz uma primeira seleção de possíveis quintais. O meu critério foi o de incluir quintais em que moradores plantavam plantas de comer e de curar, tendo o consumo doméstico como prioridade. Em seguida, acompanhada de uma informante qualificada, moradora da cidade há mais de 30 anos, conversei com alguns sujeitos que têm/cuidam de tais quintais, questionando o interesse na participação da minha pesquisa. A relação entre região, sujeito e a duração de gravação de cada entrevista apresento na tabela a seguir. Ressalto que tentei outras entrevistas mas, por razões adversas, não tive êxito:

Tabela 2 - Regiões e Sujeitos

<b>Região</b>	<b>Sujeitos</b>	<b>Data das entrevistas</b>	<b>Duração de entrevista gravada</b>
Zona Rural	Cidinha	21 fev. 2022	35 min
Centro	Tiófilo	1 abr. 2022	60 min
	Aparecida	6 abr. 2022	42 min
	João e Marli	8 de abr. 2022	2h 30 min
	Dona Marina	28 maio 2022	2h
Balança	Pedro	22 jun. 2022	1h
	Cidão	25 jun. 2022	2h 30 min

Após as entrevistas, transcrevi manualmente cada uma, movimento que me levou a identificar novos apontamentos conjunturais que precisariam ser mais bem estudados antes de seguir para as análises. Portanto, o movimento de execução de entrevistas e transcrição foi acompanhado de mais leitura e estudo, principalmente nos temas

relacionados à globalização. Em seguida, fiz uma leitura densa das transcrições, categorizei excertos em quatro temáticas: Sistema Agroalimentar Hegemônico, Agroecologia, Quintais e PANC, compreendendo as temáticas enquanto categorias analíticas<sup>16</sup> que poderiam me fazer identificar obstáculos para superação do meu problema social ou anúncios que, através de educabilidades visíveis, ou ocultas, pudessem constituir a formação de um sujeito ecopolítico. Identificar os obstáculos é importante para que se possa “verificar a que interesses os aspectos problemáticos da prática particular focalizada servem [...] a pressão por sua manutenção deve servir a interesses específicos (RESENDE, 2017, p. 38). Se faz importante compreender que a minha pesquisa não é do campo de produção e discussão de conhecimento linguístico, mas sim, uma pesquisa que se apoia e utiliza a ACD enquanto referencial teórico e metodológico para compreender sujeitos e/em quintais.

Essa etapa me mostrou o quão complexo é o sistema agroalimentar através das práticas cotidianas, e que a superação do meu problema social exige uma mudança social brusca. As análises foram feitas em eixos temáticos construídos a partir das seguintes categorias analíticas: alienação, avaliação, coesão, hibridismo, intertextualidade, metáfora, gêneros de discurso, representação dos atores sociais.

A **alienação** é uma categoria e conceito, um elemento de ordem ideológica muito presente em uma sociedade capitalista e global, que pode significar, dialeticamente, que: 1) o ser humano está alienado da natureza; 2) está alienado de si mesmo; 3) está alienado do seu ser genérico; ou que 4) o ser humano está alienado do ser humano (PENELUC; MORADILLO, 2020). No decorrer das análises, identificarei contradições com a ideologia. Penso que, se busco identificar educabilidades possíveis de formar um sujeito ecopolítico, que é um ser social, enquanto um sujeito que reage a opressões e injustiças do sistema vigente, apontar onde pousa a alienação e suas contradições pode contribuir para a cultura e para a formação do pensamento crítico, conseqüentemente, a EA crítica, uma vez que proporciona educabilidades que caminham para uma outra racionalidade, diferente da econômica vigente.

A **avaliação** foi uma categoria escolhida por apresentar ‘juízo de valor’ sobre aspectos do mundo, valores, modos de ser/estar etc. Podendo, também, estar envolvida

---

<sup>16</sup> Categorias de análise são “formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de (inter)agir e de identificar(-se) em práticas sociais situadas” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 112).

em posicionamentos ideológicos, favorecendo projetos de dominação. As avaliações podem ser: 1) afirmações avaliativas; 2) afirmações com modalidades deônticas; 3) avaliações afetivas e, por fim, 4) presunções valorativas (RAMALHO; RESENDE, 2011). Essa categoria irá me auxiliar a compreender a percepção dos sujeitos em relação às PANC, à prática dos quintais, à identidade e, por fim, a percepção desses sujeitos em relação ao sistema agroalimentar hegemônico.

Trazer a **coesão** enquanto categoria me permitiu compreender se os sujeitos das entrevistas percebem se há injustiça ambiental, conflitos, deslocamento de significados, causa etc., inclusive no auxílio da identificação de atores sociais. Os tipos de relação que irei trabalhar são: elaboração, extensão, realce, uma vez que a coesão está relacionada ao significado acional/relacional (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Os **gêneros discursivos** dizem respeito ao significado acional, ou seja, ao modo de agir discursivamente, maneiras de ação e interação. O objetivo é identificar a ideologia. (RAMALHO; RESENDE, 2011).

O **hibridismo** é um aspecto da interdiscursividade, que constitui uma estratégia de luta hegemônica. Ocorre quando há um misto de gêneros, estilos e discursos. Os hibridismos de gêneros, ou seja, modos de agir discursivamente, podem implicar, também, questões relacionadas a poder e ideologia (RAMALHO, RESENDE, 2011).

Ao buscar um sujeito ecológico, me apoiei na categoria de **representação atores sociais**, já que a identidade é um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou, ainda, um conjunto de atributos culturais interrelacionados, onde analisamos a construção de identidade e a identificação de atores sociais representados em textos, ligadas aos processos representacionais de classificação, de elaboração de semelhanças e diferenças (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Ao explorar práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre a sociedade, utilizei a categoria **intertextualidade** que diz respeito a ausência, presença, articulação de outros textos ou vozes, tendendo a ser disciplinadora ou transformadora das relações de poder (RAMALHO; RESENDE, 2011). “A intertextualidade e as relações intertextuais constantemente mutáveis no discurso são centrais para a compreensão dos processos de constituição do sujeito.” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 170).

A utilização da **metáfora** auxilia na construção de uma realidade e não de outra, estrutura nosso modo de pensar e agir, nossos sistemas de conhecimento e crença

(FAIRCLOUGH, 2008). Molda significados identificacionais de maneira particular, embora orientada por aspectos culturais (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 171).

Essas categorias serão utilizadas vezes sim, vezes não, mediante a pertinência de cada uma. Para concluir os dois primeiros eixos temáticos, farei uso da categoria *ethos*, uma vez que busco identificar um sujeito ecológico, um sujeito social, um *ser mais*. Para Fairclough, o *ethos* é uma questão intertextual em “que modelos de outros gêneros e tipos de discurso são empregados para constituir a subjetividade dos participantes” (2008, p.207). Em continuação, darei andamento às análises das entrevistas feitas a partir da ACD, conjugando teoria, já expressa na conjuntura deste trabalho, e que compõe os capítulos 2, 3 e 4, com o material empírico da pesquisa qualitativa.

A seguir, apresento a cidade de Simão Pereira, os sujeitos e seus quintais com PANC, para fundamentar a pesquisa qualitativa e enriquecer as análises feitas a partir da ACD no capítulo seguinte, intitulado *As Educabilidades Germinadas nos Quintais com PANC*.

### 5.1 A cidade de Simão Pereira e quem pratica quintais com PANC

*Ouviremos esses discursos, mas cabe a nós nos  
permitirmos encantar por eles para, então, arriscarmos  
enfrentar seus enigmas*

*Luiz Rufino (2019, p. 54)*

A cidade de Simão Pereira fica em Minas Gerais e faz parte da mesorregião da Zona da Mata e da microrregião de Juiz de Fora, ou seja, o bioma é a Mata Atlântica e é integrante do Caminho Novo da Estrada Real. As maiores cidades que dão assistência a Simão Pereira são Juiz de Fora/MG, a 22 km de distância em linha reta, e Três Rios/RJ, a 20 km de distância em linha reta, seguindo pela BR-040. Juiz de Fora é a cidade que dá maior assistência, principalmente, no que tange a saúde, educação, e diversas formas de consumo relacionadas a abastecimento de comida, itens pessoais, bancos etc. Portanto, Simão Pereira é integrante do arranjo populacional de Juiz de Fora. Matias Barbosa também é uma cidade que dá assistência para afazeres do cotidiano: compras de mercado, água, gás, banco, farmácia etc.

Segundo o site do IBGE<sup>17</sup>, a área territorial de Simão Pereira é de 135.686 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica, em 2010, de 18,7 hab./km<sup>2</sup>. A população estimada, em 2021,

<sup>17</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/simao-pereira/panorama> Acesso em: 11 de nov. 2021.

é de 2.621 pessoas. Em 2019, o salário médio mensal era de dois (2) salários-mínimos, a população ocupada era de 19,4%; considerando domicílios com rendimentos mensais de até ½ salário-mínimo por pessoa, tinha 38,1%. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, em 2010, era 91,8%, sendo o IDEB, em 2019, para os anos iniciais, de 4,4, e, finais do ensino fundamental, 4. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010, foi de 0,638. Apresenta 77,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 38,9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 34,3% de domicílios em vias públicas com urbanização adequada.

O município nasceu em consequência da abertura do “Caminho Novo”, em 1698, tendo como primeiro donatário e colonizador das terras municipais Simão Pereira de Sá, fundador do primeiro arraial. Segundo a Prefeitura<sup>18</sup> da cidade, supõe-se que, por volta de 1850, o arraial entrou em decadência, devido à mudança da sede paroquial para Juiz de Fora. Reza uma lenda, contada de forma oral, que um padre, sendo expulso da cidade, por um fazendeiro que correu atrás dele com um pedaço de pau, amaldiçoou a cidade. Diz o povo que “maldição de padre pega!”. É dessa forma que muitos simonenses justificam o mau desenvolvimento da cidade. Empiricamente, a cidade é dividida entre os distritos de Souza Aguiar, Cotegipe, zona rural, bairro Balança e Centro Histórico. O bairro Balança, hoje, é formado por dois condomínios fechados e um em processo de construção. Esses condomínios, durante muitos anos, tinham como principal característica, o veraneio; com a pandemia, muitos donos de propriedades optaram em ocupar essas casas. Com o final da pandemia, muitos retornaram, mas outros tantos decidiram se manter na cidade. Esse movimento tem, aos poucos, transformado o cotidiano da cidade, principalmente no bairro da Balança que, hoje, conta com mais comércios, restaurantes, academia etc.

A cidade foi construída às margens da Estrada União Indústria e, atualmente, após a construção da BR-040, é atravessada por um pedágio da concessionária CON CER, no valor de R\$ 12,60: os moradores da cidade perderam a gratuidade de quatro passagens diárias em 2019. A principal referência econômica é o gado leiteiro, e há uma Associação de Leite que revende para laticínios e não participa do PNAE. É sede de duas empresas grandes: a SIMAPEL (fábrica de papel), e a ECOFIRE, uma incineradora de lixo hospitalar que se considera a maior empresa do setor em Minas Gerais, e conta com duas

---

<sup>18</sup> <https://www.simaopereira.mg.gov.br/> Acesso em: 11 de nov. 2021

distribuidoras de água engarrafada, a In Natura e a Água Menorah, ambas situadas no bairro da Balança.

A história da cidade também surge durante algumas entrevistas, que fazem identificar injustiças ambientais que ali ocorrem, sem caráter de conflito. Maria Aparecida, mais conhecida como Cidão, é moradora do bairro Balança e me conta que antes, da construção da BR-040, a cidade era movimentada, por fazer parte do Caminho Novo: todo o fluxo de trânsito que ligava Rio de Janeiro a Ouro Preto e Belo Horizonte passava pela cidade. O bairro Balança recebeu esse nome, por ter sido o local onde se fazia a pesagem de ônibus e caminhões, e que, posteriormente, se tornou o lugar de parada de ônibus intermunicipais e de turismo. Para atender a tamanho movimento, o bairro contava com restaurantes e comércio. Na época, na cidade, também havia uma fábrica de louças e outra de sapatos. Esses estabelecimentos geravam oportunidades de emprego para além do trabalho rural e do serviço público ofertado pela prefeitura. Com a construção da BR-040, esse movimento acabou, as fábricas e o comércio fecharam e muitos postos de trabalho se encerraram.

Cidão também conta que a cidade era conhecida pelas festas típicas rurais. As festas, ditas “exposições”, onde as estrelas são o gado, contavam com doações de animais, pelos fazendeiros, para leilões, e toda a comunidade contribuía financeiramente, através de doações, bingos e rifas, para a compra de bebidas e comida que eram preparadas para serem comercializadas durante o evento. Com o declínio das fazendas, que viraram loteamentos para condomínios e sítios, essas festas perderam força. Ela também atribui esse declínio à perda da influência da Igreja Católica. Sendo assim, Cidão afirma que a cidade “acabou” com a construção da BR-040 e com a criação dos condomínios, que desmataram muitas áreas de floresta. Ela também culpa esses condomínios pelo fato de, no início da pandemia, a CONKER ter começado a cobrar pedágio dos moradores da cidade.

Marli, que também participou das entrevistas, nascida na cidade e que sempre morou no Centro, conta, indignada, como os aluguéis da cidade são caros e compara com os da cidade de Juiz de Fora, dizendo que os valores praticados em Simão Pereira são mais altos e questiona como a população assalariada e com criança consegue sobreviver. Já Dona Marina traz uma perspectiva acerca da competência do poder executivo do município, tendo, por décadas, uma administração ineficiente e que, agora, com o novo prefeito, a cidade está, finalmente, apresentando melhoras, tendo atendimento do posto

de saúde por sete dias da semana, ruas estão sendo asfaltadas, parquinho para as crianças etc.

Após compreender a cidade onde estão os quintais com PANC, passo a apresentar os sujeitos que permitiram esta pesquisa acontecer. A primeira, Cidinha, é mãe de quatro homens e quatro mulheres, sendo que uma fez a passagem ainda com 1 ano de idade. É avó e bisavó, com 70 anos completos, e trabalha como cozinheira para ajudar uma das filhas que é microempreendedora e comercializa quentinhas. Mora em Simão Pereira há 33 anos e faz 10 anos que cuida do seu quintal atual, mas a prática dos quintais sempre a acompanhou para garantir o DHAA de sua família. Quando criança, foi dada pela família para trabalhar em uma fazenda, e desde os 8 anos seu principal trabalho é o de cozinheira e o doméstico. Aos 17 anos, fugiu com seu marido e construíam a vida no meio rural. Mesmo morando na roça, Cidinha já passou fome ou viveu períodos de IA, circunstâncias que se deram quando morava em fazendas, nas quais os proprietários impediam de plantar no quintal: seu marido já chegou a plantar em cemitério para garantir o DHAA da família. Mas, quando o direito de plantar não lhe era negado, Cidinha contava com uma grande variedade de alimentos no quintal e quase nada dependia do mercado. Atualmente, é ela quem cuida do seu quintal, manejando plantas de comer, de curar e embelezar, e tem muito esmero nessa prática.

A entrevista foi feita no meio de seu quintal, onde ficamos em pé, e, conforme íamos conversando, ela ia me apontando suas plantas. Durante nossa conversa, fomos interrompidas várias vezes pela neta mais nova, de 3 anos, e por familiares que vinham compor alguns diálogos mais descontraídos que iam surgindo. Seu quintal está disposto em uma das laterais da casa. Nem o terreno nem a casa são próprios: foram cedidos pelo proprietário da terra em que moram. Não pagam aluguel e nem energia e a água é captada da caixa d'água do proprietário. Nessa casa, moram ela, o esposo Zé e uma das filhas com suas duas crianças: um menino de 12 anos e uma menina de 3 anos.

O quintal é de terra batida e descoberta, tem uma área cercada, onde ela cultivava plantas que se comem, tanto convencionais quanto PANC, e de cura. Para cuidados com o solo, usa apenas esterco. Fora desse cercado, tem um “chiqueiro” com dois porcos, um pequeno galinheiro, bananeiras, algodão, pimentas, abóbora e mandioca plantados. Além disso, há vasos de plantas ornamentais e flores ao redor da casa.

A gravação da entrevista teve duração de 35 minutos, mas, quando interrompi a gravação, ainda continuamos a conversar, principalmente sobre receitas de chás de cura.

O marido, a nora e o filho haviam chegado, fomos tomar um café e a conversa sobre quintal e algumas memórias continuou, mas sem gravação. Ao conversarmos sobre as plantas de dentro do cercado, Cidinha me apontava as plantas convencionais com orgulho; já as consideradas PANC, mesmo tendo o costume de consumir algumas, destacava apenas quando eu questionava.



Figura 1 - ora-pro-nóbis. Acervo da pesquisadora



Figura 2 - em destaque, hortelã e guaco. Acervo da pesquisadora



Figura 3 - vasos de ornamentais. Acervo da pesquisadora.

Tiófilo é um senhor de 78 anos, viúvo e aposentado, e pai de um homem deficiente visual. Desde os 7 anos trabalha na roça, plantando milho, varrendo café, e está em Simão Pereira há 30 anos. Por 25 anos trabalhou em uma fazenda de gado leiteiro e de corte, onde, ao redor de sua casa, tinha um quintal, cuidado pela sua falecida esposa. Nesse

quintal havia uma grande variedade de plantas que asseguravam o DHAA de sua família. Tiófilo perdeu esse emprego, até hoje não sabe dizer o porquê, e tiveram que ir morar na rua, expressão usada pelos moradores quando alguém vai morar ou mora na cidade. Hoje, mora com seu filho em um pequeno apartamento no Centro. Em conversas informais com moradores da cidade, buscando compreender mais quem é o Tiófilo, me contaram que sua esposa faleceu de tristeza, fazendo a passagem apenas seis meses depois da mudança. Dizem que quando saiu da roça e foi morar na rua, entrou em depressão e faleceu.

Tiófilo, por não ter espaço próprio, uma vez que seu apartamento é pequeno e nem varanda tem, planta no quintal do filho do ex-prefeito, que se mudou para os Estados Unidos e deixou uma casa no Centro de Simão Pereira, que fica fechada. Lá ele tem algumas frutíferas, muitas convencionais e algumas PANC. O plantio do quintal é destinado ao DHAA, mas também comercializa o excedente para alguns moradores. Um homem muito simples, humilde, gentil e orgulhoso de suas plantas, pois, durante toda a entrevista eu era interrompida para mostrar e exhibir alguma planta de seu quintal. O preparo do solo é feito apenas com esterco e a terra é descoberta. Mesmo estando aposentado, Tiófilo ainda pega “bicos” relacionados à agricultura, em outros sítios, para complementar a renda.

A entrevista foi feita no centro do quintal, em uma manhã fresquinha. Foi a mais rápida e objetiva de todas, pois tivemos algumas dificuldades de diálogo. Tiófilo é muito fanho, o que me deixou com dificuldade de compreender algumas falas e mesmo eu reformulando as perguntas algumas vezes, utilizando outras palavras e expressões, ele tinha um pouco de dificuldade em me compreender. Mesmo assim, a entrevista foi bem interessante, principalmente no que tange à minha compreensão acerca das PANC. Quando a gravação acabou, Tiófilo fez questão de fazer mais um passeio em seu espaço, me apontando as plantas que ele planta e me encantou a sua simplicidade e o orgulho com seu trabalho. Conseguimos ter uma conversa informal com o gravador do celular desligado, falei das minhas práticas de plantio, o quanto sou apaixonada por esse trabalho. Conversamos sobre o cozinhar e saí da entrevista com muitas folhas de couve que ele me deu para eu cozinhar para o almoço.



Figura 4 - entrada para o quintal. Acervo da pesquisadora.



Figura 5 - Tiófilo. Acervo da pesquisadora.



Figura 6 - Vista dos fundos do quintal, onde mostra as taiobas vingando. Acervo da pesquisadora.

No centro da cidade, mora Dona Marina, mãe e aposentada, de 77 anos. Observo seu quintal há muito tempo, pois, do segundo andar da Secretaria da Saúde, é possível ver um pouco dessa área e sempre fiquei intrigada com um pé de bucha, sempre muito produtivo, agarrado em um pé de jabuticaba. Agendar a entrevista foi difícil. Dona Marina não saía de casa, não respondia ao meu chamado no portão e nem da minha informante

que é sua conhecida. Por desejar muito conhecer seu quintal, contatei outro morador, muito amigo dela, para agendar, e ele conseguiu. Chegamos em um sábado, por volta das 14 h. Ao abrir a porta, achei que seria uma entrevista difícil, pois ela parecia ser uma mulher muito séria e reservada, mas essa impressão logo passou. Aos poucos foi se sentindo à vontade e demos boas risadas. Ao entrar no quintal, fiquei encantada com a biodiversidade plantada, só com terra descoberta e esterco, e como ela ocupa o espaço. Dona Marina aprendeu a plantar com seus pais desde muito nova.

Seu quintal fica na parte que dá acesso à cozinha, e me sinto confortável em dizer que é dividido em duas partes: 1) onde estive e pude tirar fotos e gravar vídeos, o chão é cimentado, tendo dois canteiros, um com plantas medicinais, comestíveis e ornamentais plantadas todas juntas, e o outro, central, com a jabuticabeira, uma pitaia agarrada nela, quiabo, flores, ora-pro-nóbis, babosa em um latão, alecrim e pimentas; 2) uma outra parte gradeada, com o galinheiro, onde não pude ir pois o cachorro bravo estava preso lá. Ao redor de toda a casa, há um canteiro estreito, com plantas comestíveis, medicinais e ornamentais, e algumas PANC, tanto tradicionais quanto ruderais, que brotavam espontaneamente. Nas paredes, há vasos de ornamentais, algumas das quais são PANC, como a begônia, mas que ela não consome. Em mesas nas laterais há mudinhas semeadas por ela e replantio de cebola. Há vasos, inclusive presos no teto, onde até capacete velho de motociclista vira abrigo para suas plantas. É uma artesã do reaproveitamento: faz, por lazer, mesas de pneus, crochê, patchwork, artesanato com meia-calça, garrafa pet etc.

Começamos a entrevista em sua sala, e a gravação durou duas horas. Demos uma volta pelo quintal e continuamos a conversar de forma informal. Falamos sobre artesanato, as plantas, ela provou algumas PANC ruderais que brotam em seu quintal: de algumas gostou, de outras nem tanto. Conversamos muito sobre doença também: é muito interessante como falar de comida é também falar de doença.



Figura 7 - Dona Marina ao lado do seu canteiro central onde tem uma jabuticabeira e uma pitaya agarrada nela. Acervo da pesquisadora.



Figura 8 – corredor lateral da casa. Acervo da pesquisadora.



Figura 9 - facilitador da entrevista junto a um dos canteiros



Figura 10- corredor lateral da casa. acervo da pesquisadora.

Aparecida, mulher séria e reservada, não se sentiu muito confortável em me receber e nem que eu tirasse fotos: só permitiu tirar algumas. Mãe, avó e aposentada de 61 anos, ainda é responsável pelos cuidados da própria casa e cuida da sua mãe de criação

de 95 anos. Mora em Simão Pereira há 60 anos, sempre no Centro da cidade, que é rodeado por sítios e fazendas. A sua casa própria fica atrás da igreja católica da praça, e é vizinha da família que a criou e à qual ela sempre prestou serviço. Em sua casa, moram ela, sua filha, um filho com a nora e seus dois netos. Por morar no caminho da escola do meu filho, há tempos o muro da casa me encanta. Mesmo sendo um muro de cimento sem acabamento, logo na calçada ela tem moitinhas de diversas flores comestíveis, como as zínias e as tagetes. No primeiro contato, me senti constrangida, quando eu e minha informante batemos palma na calçada chamando por Aparecida. Quem nos atendeu foi sua nora, mãe de uma colega de classe do meu filho, e que eu nem sabia. Assim que Aparecida apareceu, por cima do muro, minha informante me apresentou e Aparecida me olhava desconfiada, séria e sem dar muita confiança. Conteí, de forma sucinta, do que se tratava a minha pesquisa e como seria essa entrevista. A princípio, declinou, justificando que o quintal dela era bagunçado e não tinha muito o que ver, mas, depois de um rápido diálogo descontraído, entre mim, em pé no meio da rua, e ela na varanda da casa dela, consegui marcar um dia.

A entrevista aconteceu na parte da manhã e foi feita na sala da casa, com a TV ligada na Rede Globo, mas com volume baixo. Sentamo-nos em um sofá em formato de L, eu em uma ponta e ela na outra. Aparecida estava muito tímida e claramente desconfortável, mas consegui tirar alguns sorrisos, principalmente nos momentos em que ela falava do seu quintal e o quanto ela gosta de trabalhar nele. Houve muitos momentos de silêncio curto e, por muitas vezes, ela não sabia articular a resposta, repetindo “eu não sei explicar”. Uma mulher muito expressiva e se demonstrou muito preocupada com o futuro: quando lhe perguntei qual era a sua perspectiva para os anos que virão, ela ficou em silêncio, suspirou fundo, e apertou a cabeça com as mãos, demonstrando profunda agonia.

Aparecida me contou que é de Tebas, segundo ela, terra “nos cafundés de Judas”. Quando tinha 1 ou 2 anos de idade, foi dada a uma família dona de terra em Simão Pereira, que a criou. Disse que não conhece sua família e nem de onde vem, além do nome da cidade. A sua mãe de criação também é sua empregadora. Sua casa fica ao lado da casa da mãe/empregadora. A entrevista gravada durou 42 minutos, mas, ao finalizar a gravação, fomos dar um passeio em seu quintal e a nossa conversa continuou, informal. Suas plantas estão na varanda da frente da casa, em vasos, na calçada da casa e no seu próprio quintal, onde plantas comestíveis e ornamentais coabitam o mesmo espaço. Ela

tem uma horta, onde tem mais produtividade de algumas plantas que consome no seu cotidiano, como couve, alface e é para onde leva mudas de PANC que nascem espontaneamente, que gosta de comer, mas brota em lugares em que ela não considera seguro para o consumo: um exemplo, é o caruru.

Ela aprendeu a plantar com sua mãe de criação, usa apenas esterco, que ganha da fazenda da família que a criou, capina, a única praga que reconhece ter é a formiga cortadeira, que combate com formicida, mas reconhece não ser eficaz, pois a formiga sempre surge em outro lugar. Na varanda da frente, há muitos vasos com ornamentais. O quintal fica na parte de trás da casa, onde há uma parte de terra batida, com uma casinha para o cachorro bravo, uma jabuticabeira antiga, que faz sombra no terreiro e tem vasos de plantas ornamentais pendurados. Atrás da jabuticabeira, uma área com uma parreira de maracujá, plantada junto com milho, mamão e bananeira. Bem ao lado da parede da casa há um gramado, onde ela planta convencionais, PANC tradicionais, ornamentais comestíveis e não comestíveis. Do lado da casa há um terreno, ainda não murado, que não é dela, mas ocupa com plantio, também de PANC tradicionais, convencionais e frutíferas. Ela adora caruru, mas pega as mudinhas do terreiro e leva para a sua horta que fica na casa da sua mãe de criação. PANC como trapoeraba e bertalha, ela até sabe que são comestíveis, mas não tem interesse em provar. Quando eu disse que a urtiga-vermelha era comestível, ela disse que não sabia, mas que devia ter um gosto horripilante, e que não teria interesse em provar, mesmo sabendo que poderia ter muitas vitaminas.

Para ela, ter um quintal assim, faz diferença na SAN da sua família, que valoriza o seu trabalho no quintal, mas que não têm nenhum interesse em aprender ou colaborar nos cuidados. Aparecida considera que, se tivesse mais ajuda, pouca coisa ela teria que comprar no mercado.



Figura 11 - Aparecida e sua jabuticabeira. Acervo da pesquisadora.



Figura 12 – parte do quintal com milho, bananeira, tomate, maracujá, taioba entre outras plantas plantadas juntas.

Pedro é um pai rural de 73 anos, continua trabalhando como agricultor por paixão pelo ofício e para complementar a renda mensal. É o único pequeno produtor da cidade que tem uma barraca de feira na praça principal do Centro. Saiu de Pernambuco e se instalou em Simão Pereira há 40 anos, sempre no bairro da Balança. Durante toda a vida trabalhou como agricultor, como contratado ou ocupando terrenos de sítios que eram cedidos para que ele e sua sócia pudessem vender e comercializar. Conta que, por sempre ter sido um bom trabalhador, ganhou um pequeno terreno, atrás da igreja da Balança e ali construiu sua casa. Como o terreno é muito pequeno, não tem espaço algum para plantio, mesmo assim, conseguiu colocar um pé de maracujá que sobe pelo muro até o telhado, mas diz ele que não dá frutos.

Hoje, não tem mais sociedade com ninguém, sofreu uma decepção com um proprietário que havia cedido um terreno para plantar, e depois que ele limpou e preparou a terra, o proprietário recuou na oferta. Mas recebeu uma nova oferta de um vizinho do outro lado da rua de onde mora, para ocupar o quintal. Diz ele que adora esse “problema” de plantar e que não poder plantar o deixa adoentado. Acha um absurdo ver diversos sítios pela cidade não estarem ocupados com a produção de comida e sim abandonados, virando apenas casa de cobra, e agradece que esse vizinho tenha lhe cedido o quintal para ocupar. Ali, além de plantar para comer e vender, também tem criação. Inclusive, quando fui entrevistá-lo, sua porca havia acabado de parir lindos porquinhos, e, como estava muito frio, Pedro entrou no chiqueiro para ajudar a porca a se levantar, para que ela pudesse se alimentar.

Quando ainda pequeno, se viu órfão e logo cedo começou a trabalhar. Sem ainda saber o que fazer para ter seu sustento, em Pernambuco, observava outras pessoas

plantando e percebeu que poderia fazer isso também. Então, como ele diz, por “inclinação” própria, passou a plantar e a viver dessa prática. Ao conversar com ele, é notório o quanto ele é apaixonado por essa prática. Contou que prepara a terra apenas com esterco e terra, que fica descoberta. Compra o esterco de um outro morador da cidade, mas estava desconfiado que, na última compra, o material não estava puro, pois as suas plantas não estavam muito fortes. Mas, diz que “quando a lavoura tem que dar, ela dá”. E seu carinho com as plantas é tão grande que, mesmo não podendo colocar sombrite, coloca tela sobre suas plantas para proteger de ovos de lagartas e passarinhos. A área do quintal ocupada é biodiversa: tem plantas convencionais, PANC tradicionais e ruderais.

Um homem simples, seguro nos seus saberes acerca das plantas e do manejo, que sonha um dia ter sua própria terra para plantar sem ter que depender da boa vontade dos outros. A entrevista gravada teve a duração de uma hora, e tivemos que interromper, pois outras pessoas chegaram, chamando-o para algum trabalho. Enquanto conversávamos, fomos passeando pela horta e fui apontando algumas PANC ruderais. A trapoeraba ele sabia que era comestível, mas nunca havia provado; chegou a provar a erva-de-galinha mas, muito educado, me respondeu que era amargoso demais, mas ficou surpreso em saber que era comestível, pois é uma erva espontânea, muito presente nos canteiros dele.



Figura 13 – Pedro. Acervo da pesquisadora.

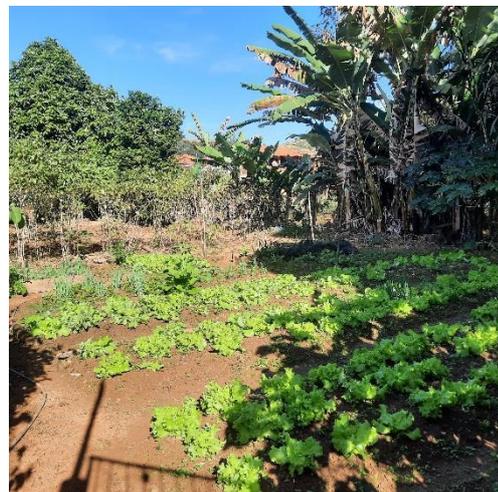


Figura 14 – vista da entrada, com alfaces tendo destaque no plantio; ao fundo mandioca e bananeiras.

Voltando ao centro da cidade, entrevistei João, 62 anos, e Marli, 65 anos, companheiros há 11 anos. Marli é de Simão Pereira e João é da Fazenda Palmira, próxima da BR-040. No dia que fui, com minha informante, conversar com eles sobre a entrevista,

fomos muito bem recebidas e o papo rendeu por mais de meia hora. Mesmo não entrando na casa deles, naquele momento, o muro do lado de fora já me encantou. De um lado do portão, um pé de limão cravo e, do outro, ora-pro-nóbis, maria-gorda (cariru), picão branco e picão preto, tendo uma bertalha malabar subindo pelo muro. No dia em que marcamos, João teve que sair e Marli não se sentiu confortável em dar a entrevista sozinha. Segundo ela, quem sabe de plantação é o João. E remarcamos. Achei curioso ela não reconhecer o seu trabalho, já que, na realidade, Marli é a responsável por decidir o que plantar, onde plantar e como plantar. No dia remarcado, João estava me esperando com um sorriso acolhedor e logo começou a me contar sobre seu quintal. Marli apareceu depois, ainda se sentindo coadjuvante.

Ao passar pelo portão, eu mal podia acreditar no que via. A casa deles é no final da rua, nos fundos de outro terreno: o portão dá para um terreno baldio, que está para ser loteado. O terreno deles é muito pequeno e retangular: a casa, construída como um corredor nos fundos, é margeada por uma varanda em formato de L. O banheiro fica do lado de fora, fazendo parte do quintal. E construíram um puxadinho para uma das filhas de Marli morar com seu marido, enquanto esperam o primeiro bebê. O quintal é extremamente pequeno, com o chão recentemente cimentado. Acompanhando a parede de uma pequena varanda (Figura 14) e parte do muro, até chegar no banheiro, há um canteiro levantado com cimento, no qual estão plantados couve, salsa, cebolinha, manjericão, mini boldo, gengibre, cúrcuma, tomate, tinhorão (ornamental) e um caixote com morango. É nesse canteiro que vão jogando sementes diversas para fazer mudas; inclusive tinha uma muda de mangueira. Atrás do banheiro, eles construíram um tanque de cimento, com uma altura de mais ou menos 1,5 metro, onde criam peixes para consumo próprio, com aguapé (PANC), para manter a água sempre limpa. Do outro lado do portão da entrada da casa, construíram um tanque de cimento menor e mais estreito, onde tem agrião d'água e mais aguapé: o objetivo desse tanque é ter um lugar separado para tratar de peixes doentes. Por todos os lados eles têm vasos e latas, onde vão semeando ou multiplicando mudas: para, quando conseguirem um outro terreno ou quintal emprestado, poderem plantar.

No quintal da casa, João e Marli colocam alimentos para pássaros no muro e gostam de ter gambás no terreno à noite, pois entendem que se alimentam de escorpiões e outros insetos indesejáveis. Compreendem que a existência de pássaros promove a dispersão de diversas sementes de plantas comestíveis, assim como as abelhas são

importantíssimas para a polinização. No quintal, usam esterco para o preparo do solo, mas, quando João planta em uma área maior, usa também, fertilizante químico, que chama de adubo, pois entende que suas verduras ficam maiores e mais viçosas, e se sente orgulhoso ao incorporar esse conhecimento aos seus saberes. Os dois aprenderam a plantar com suas famílias. Marli, ainda criança, trabalhava em uma fazenda de café, plantando mudas e colhendo os grãos, e guardava seu dinheiro para “comprar pão com mortadela e Coca-Cola”. João, desde criança, plantou no quintal de casa: a família comprava pouca coisa no mercado, pois o quintal provia muita diversidade de alimentos. Depois, quando adulto, trabalhou em fazendas e sítios de outras pessoas, sempre plantando ou cuidando de criações de animais.

Alguns anos atrás, João ocupou um terreno, perto de sua casa, para fazer uma lavoura. Esse terreno foi cedido pelo proprietário, e era sempre beneficiado com as melhores colheitas de João. Por quatro anos, plantou e comercializou as plantas que plantava. Algumas mudas ele comprava no CEASA, outras eram mudas que a Marli semeava em casa. Quando ia completar cinco anos de uso no terreno, o proprietário, com medo de perder por usucapião, mandou João arrancar tudo e sair, dando, como justificativa, que iria construir uma casa lá. Marli conta que eles nunca tiveram o interesse de ficar com a área; o único interesse era plantar. Essa casa nunca foi construída e esse proprietário, que não mora na cidade, voltou atrás e ofereceu o terreno de volta. João recusou, argumentando que já havia perdido muitas mudas de couve, quiabo e mandioca, quando foi expulso da área.

Marli não pode ficar até o final da entrevista: teve que ir trabalhar. Mas esse encontro foi um dos mais agradáveis e me rendeu muitos presentes: sementes de couve, muda de erva levante, mudas de aguapé, mudas de morango, carne de porco na lata, que Marli fez, e mudas de alho social. A entrevista gravada durou 2 horas e 30 minutos, mas, mesmo depois de ter terminada, ainda fiquei conversando com João, quando ele contou que sonhava com um futuro em que pudesse comprar uma terra, ter um funcionário e passar o resto da vida plantando.



Figura 15 – João com seu canteiro e o caixote com morango.



Figura 16 – Entrada do portão da casa. De um lado o limoeiro cravo e do outro a bertalha malabar.



Figura 17 - Tanque de peixes com aguapé



Figura 18 - Tanque de cuidados com peixes doentes, com aguapé e agrião.

A minha última entrevista foi com a Cidão. Uma mulher, mãe e avó divertidíssima, de 63 anos, e moradora da Balança desde o seu primeiro ano de vida. Seu nome é Maria Aparecida, mas gosta de ser chamada pelo apelido. Inclusive, durante toda a nossa conversa, ela se colocava em terceira pessoa, se chamando pelo próprio apelido. Nosso diálogo ocupou quase toda a manhã, teve duração de 2 horas e 30 minutos, e o quintal trouxe assuntos variados, como a história da cidade, doenças familiares, artesanato etc., o que me fez compreender que há injustiças ambientais na cidade que não possuem caráter de conflito. Foi uma mulher engajada na Igreja Católica, e uma das responsáveis na construção da igreja do bairro. Foi figura importante nas organizações das festas municipais, na época em que tinham cunho cristão, trabalhou na fábrica de calçados e na de louças, onde pintava as louças à mão, participou da feira da cidade (quando existia), como artesã, deu aula no CRAS e é conselheira da Saúde.

Foi criada em uma fazenda, no Bairro da Balança, que hoje é um condomínio chamado Miragem. Essa fazenda produzia café e fubá a moinho d'água e, conforme ela, tinha um pomar “de babar”. Possuía sua própria hidrelétrica a fio d'água, construção que ainda existe, mas o fluxo de água se reduziu consideravelmente com a construção do condomínio, uma vez que cada residência tem sua piscina, laguinho e/ou açude. Quando

criança, brincava com o bispo evangélico bilionário Edir Macedo, que hoje tem uma rua no bairro em sua homenagem, e presenciou o declínio das fazendas sem saber contextualizar o motivo desse acontecimento. Sem pudor, Cidão coloca a culpa da “morte” da cidade, como ela diz, na construção dos condomínios e da BR-040 e condena o desperdício de água gerado pelas engarrafadoras de água mineral que ocupam a cidade.

O marido dela trabalha há 25 anos no único posto de gasolina da cidade, e há dois anos moram em uma casa alugada no terreno do posto. O seu quintal tem uma parte cimentada, onde ela cultiva diversas plantas ornamentais em vasos, e uma parte de terra, onde ela faz a sua horta. É responsável pelo manejo diário do quintal, prepara canteiros, puxa terra e decide o que e como plantar. Seu quintal é biodiverso: ultrapassando a área cimentada, há a horta de terra descoberta, onde cultiva plantas convencionais, PANC e medicinais.

As mudas de convencionais ela adquire no CEASA; as medicinais e PANC ela consegue como doação, ou seja, vai na casa de alguém, vê uma planta de que gosta e pede muda, ou ganha sementes. Gosta de manter a horta literalmente varrida e acumula essa matéria orgânica (folhas secas e galhos das árvores ao redor) em um canto bem na entrada. E, como é proibido, pela prefeitura, atear fogo, ela leva para fora de casa para a prefeitura recolher. Segundo ela, essas matérias orgânicas “são matos e não prestam para nada”. Mas, com o refugo da horta, como folhas de alface, couve etc., ela alimenta seu minhocário: uma caixa d’água velha, que fica no meio da horta, na sombra da sua parreira de chuchu. As minhocas são criadas para serem iscas, pois adora pescar.

Cidão adora plantar e estar na sua horta. Toda a sua produção é consumida em casa, mas também compartilha com familiares e vizinhos. Diz que é chamada, pela família, de “tatu”, por passar tanto tempo na horta, mas bate no peito com orgulho, afirmando que é através do trabalho na horta que alimenta sua família com um produtos sem agrotóxico. Mesmo que sua família não tenha interesse em aprender a plantar, ela reconhece que eles valorizam seu trabalho.



Figura 19 - Cidão em sua horta

Os sujeitos escolhidos para as entrevistas possuem algumas similaridades: são aposentados, dependem do quintal para a despesa da casa e possuem: 1) PANC (tradicional ou ruderais), convencionais e, 2) plantas medicinais e algumas frutas. As mulheres utilizam algumas cascas para fazer compostagem, que elas chamam de esterco, e, no geral, todas e todos separam refugos da cozinha e da horta para doar como lavagem para quem cria porcos. Nenhum dos participantes cobre os canteiros, prática valorizada na agroecologia por proteger o solo da perda de água. João é o único que, quando tinha um quintal maior para plantar, aproveitava a capina para fazer compostagem. Interessante foi notar que os homens entrevistados cultivam com intuito de colaborar com a despesa da casa, mas também comercializar; já as mulheres estão mais atentas à SAN.

As entrevistas tiveram durações distintas, como mostrei na tabela 2 (p. 86). Finalizando o questionário, percorria o quintal com os sujeitos, quando, de forma mais informal, novas histórias iam surgindo. Apontavam as plantas, demonstravam as formas de cultivo, receitas iam aparecendo, cachorros latiam, netas e netos surgiam, e assim, permanecia no local por mais algumas horas. A parte dos questionários teve a duração, em média, de 40 minutos, mas, por ser uma entrevista semiestruturada, era comum conversarmos sobre outros assuntos. Histórias de família, doenças, infância surgiam conforme as perguntas eram feitas. Gravei as entrevistas em áudio, pelo aplicativo do

celular, fiz alguns registros em fotos e alguns vídeos. Em nenhum momento quis interferir e/ou induzir as respostas: deixava claro que não havia resposta certa ou errada para nada. Às vezes reformulava as perguntas, mas, quando não se sentiam à vontade em responder determinada pergunta, também os deixava à vontade em apenas responder “não sei”. Para enriquecer minhas percepções das entrevistas, optei por fazer um áudio/diário, que gravava ao final de cada entrevista, com pareceres acerca de sentimentos percebidos das/os entrevistadas/os, pressuposições e descrição do local etc.

A seguir, apresento uma tabela com as plantas cultivadas e/ou espontâneas que encontrei nos quintais. Categorizei as plantas como: Plantas Convencionais e PANC. Coloquei uma coluna com o nome popular e outra com o nome científico. A coluna chamada “Partes PANC” demonstra partes comestíveis não convencionais de plantas convencionais, assim como se há o consumo, ou não, dessas partes PANC ou das PANC propriamente ditas. Vale ressaltar que alguns consumos de PANC não são para fins alimentícios; apenas para fins medicinais. Esta tabela diz respeito apenas às plantas comestíveis: não inclui as variedades ornamental, não comestíveis e, muito menos, aquelas que são apenas medicinais.

Tabela 3 - Plantas comestíveis encontradas nos quintais

<b>Tipo</b>	<b>Nome Popular</b>		<b>Partes PANC</b>	<b>Consumo PANC</b>
<b>Plantas Convencionais</b>	1. Couve manteiga			
	2. Couve roxa			
	3. Couve crespa			
	4. Agrião		Flores	Não
	5. Espinafre			
	6. Quiabo		Folhas e flores	não
	7. Alface			
	8. Chuchu		Folhas, flores, cambuquira	Não
	9. Batata-doce			
	10. Mandioca			
	11. Inhame-chinês			
	12. Feijão			
	13. Milho		Cabelo	Não
	14. Tomate			
	15. Tomate cereja			
	16. Abóbora		Folhas, flores e cambuquira	Não
	17. Bucha		Frutos verdes e flores	Não
	18. Berinjela			
	19. Pimentão			

	20. Salsa			
	21. Cebolinha			
	22. Coentro		Flores, frutos verdes e raiz	Não
	23. Hortelã			
	24. Pimentas			
	25. Gengibre			
	26. Cúrcuma			
	27. Funcho			
	28. Alecrim			
	29. Manjeriço			
	30. Manjeriço .roxo			
	31. Tangerina			
	32. Amora		folhas	Não
	33. Figo			
	34. Morango			
	35. Mamão		tronco	Não
	36. Bananeira		Mangará e palmito	Não
	37. Jabuticaba			
	38. Pitaia			
	39. Maracujá			
		<b>Nome Científico</b>		
<b>PANC</b>	1. Alfavaca cravo	<i>Ocimum gratissimum</i> L.		Fins medicinais
	2. Limão cravo	<i>Rutacea Citrus C. x limonia</i>		Sim
	3. Crista de galo	<i>Celosia argentea</i>		Não
	4. Maria sem vergonha	<i>Impatiens walleriana</i>		Não
	5. Língua de vaca	<i>Talinum triangulare</i>		Não
	6. Major Gomes	<i>Talinum paniculatum</i>		Não
	7. Crepe do Japão japônica	<i>Crepis japonica</i>		Não
	8. Cana de macaco	<i>Costus amazonicus</i>		Fins medicinais
	9. Capim Limão	<i>Cymbopogon citratus</i>		Fins medicinais
	10. Saião	<i>Kalanche grandiflora</i>		Fins medicinais
	11. Erva levante	<i>Mentha viridis</i>		Fins medicinais
	12. Erva de santa maria	<i>Chenopodium ambrosioides</i>		Fins medicinais
	13. Picão branco	<i>Galinsoga quadriradiata</i>		Não
	14. Picão preto	<i>Bidens alba</i>		Fins medicinais
	15. Trapoeraba	<i>Commelina erecta</i>		Não
	16. Peixinho	<i>Stachys bysantina</i>		Sim
	17. Almeirão branco			Sim
	18. Almeirão roxo	<i>Lactuca canadensis</i>		Sim
	19. Taioba	<i>Xanthosoma taioba</i>		Sim
	20. Serralha	<i>Brassica juncea</i>		Sim
	21. Mostarda	<i>Brassica juncea</i>		Sim

	22. Fada azul	<i>Clitoria ternatea</i>		Não
	23. Ora-pro-nóbis	<i>Pereskia aculeata</i>		Sim
	24. Caruru	<i>Amaranthus deflexus</i>		Sim
	25. Erva pepino	<i>Parietaria debilis</i>		Não
	26. Fava branca	<i>Phaseolus lunatus</i>		Não
	27. Cará moela	<i>Dioscorea bulbifera</i>		Sim
	28. Trevinho	<i>Oxalis latifolia</i>		Não
	29. Beldroega	<i>Portulaca oleracea</i>		Não
	30. Erva-de-galinha	<i>Stellaria media</i>		Não
	31. Erva de jabuti	<i>Peperomia pellicida</i>		Não
	32. Urtiga vermelha	<i>Laportea glandulosa</i>		Não
	33. Cosmos	<i>Cosmos sulphureus</i>		Não
	34. Begônia	<i>Begonia semperflorens</i>		Não
	35. Zínias	<i>Zinnia elegans</i>		Não
	36. Aguapé	<i>Eichornia crassipes</i>		Não
	37. Tagetes	<i>Tagetes erecta</i>		Não
	38. Bertalha malabar	<i>Basella alba</i>		Sim
	39. Hortelã pimenta	<i>Plectranthus amboinicus</i>		Sim
	40. Lírio do brejo	<i>Hedychium coronarium</i>		Não
	41. Bertalha	<i>Anredera cordifolia</i>		Não

Direi mais sobre essa tabela na temática referente às PANC. Após uma visão geral de onde a pesquisa surge, trilha o percurso de análise das temáticas, começando com “As Sementes do Poder” (6.1), referente ao sistema agroalimentar hegemônico, onde identifico obstáculos referentes ao meu problema social. Dou continuidade com o eixo temático intitulado “O Desabrochar de Outras formas de Ser” (6.1.1), que corresponde à agroecologia, compreendendo a identidade social dos sujeitos e a construção dos saberes, em que aponto anúncios a partir das significações dos sujeitos e de seus modos de ser/estar no mundo que incorporam uma racionalidade ambiental. A partir desse entendimento, busquei no eixo temático “O Fazer (Re)existência” (6.1.1.1), para compreender os Quintais enquanto um lugar praticado de resistência às injustiças causadas pelo sistema agroalimentar hegemônico. Por fim, focalizo as PANC, na temática “Perseguir a Soberania Alimentar” (6.1.1.1.1), nesse lugar praticado e como colaboram, ou não, para a soberania alimentar.

## 6. AS EDUCABILIDADES GERMINADAS

### 6.1 As sementes do poder

*Eu não gosto de colocar remédio na lavoura que se come, entendeu? Aqui você tem uma lavoura que você pode comer...aqui, aqui é um pé de serralha, tá vendo? Pedro*

Nesta temática, selecionei excertos que me auxiliam a compreender se os sujeitos percebem a atuação nefasta do agronegócio e da indústria de ultraprocessados, tanto no cotidiano quanto nas injustiças ambientais. Durante as entrevistas, questionei, de forma direta, se conheciam os termos “agronegócio” e “ultraprocessados”. E, com exceção da Cidão, ninguém soube me dizer, de forma direta e segura, o que esses termos significam.

Os sujeitos assistem aos canais de televisão Globo Rural e Globo, mas ninguém sabia, ao certo, o que era o agronegócio; alguns nunca haviam escutado o termo. Todas e todos já viram a propaganda “Agro é Tech, Agro é Pop e Agro é Tudo”, mas não tinham muita compreensão. Tanto que Aparecida me questionou se não tinha algo a ver com água, uma vez que uma das propagandas dessa campanha está relacionada a essa temática. Cidão foi a única que me perguntou se agronegócio não era *o negócio da agricultura*. Quando confirmei, me respondeu que sabia, mas não tinha nenhum interesse. Inclusive, me contou que começou a assistir um programa que mostrava uma lavoura de alface controlada por robôs:

*Eder isso já não é mais uma coisa pura, é?! Num é, porque ficar dentro daquela estufa, né?! Aquele negócio vai subindo naquele negócio de computador, lá, entendeu...negócio de robô, sei lá [risos] entendeu? Ai, ó! É por isso que eu falo! Essas alface de mercado tá tudo com remédio [gargalhadas] só que eu não acabei de ver colega [risos] até essa parte eu vi, depois dessa parte eu dormi.*

Através da intertextualidade, Cidão se posicionou de forma contra-hegemônica, uma vez que se distancia da prática do agronegócio ao usar a expressão, de forma metafórica, *isso já não é coisa pura*, e, ao utilizar *negócio* também como metáfora: conclusões a que chega a partir da sua própria prática de plantio no quintal.

Mas, a partir do momento que os outros sujeitos desconhecem *agronegócio*, tão falado e defendido nas mídias hegemônicas, quanto *ultraprocessados*, termo cunhado no Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), concebido para a própria população e aonde a informação nunca chega, me leva a crer que essa desinformação também tem

significado. E, nesse caso, me apoio na alienação. Trago esta categoria enquanto um obstáculo para a superação do meu problema, assim como para a formação de um sujeito ecológico. Pois, se a ideologia aliena as nomenclaturas, está ocultando a identificação da própria hegemonia do sistema agroalimentar, o que inibe a interpretação do problema, consequentemente, dificultando uma ação de reação e de busca por novas alternativas. Se a hegemonia é instável, como contestá-la sem antes identificá-la? Posso crer que essa alienação pode ser interpretada como uma dissimulação das relações de poder, segundo Thompson (tabela 1, p. 37), na qual esse poder é ocultado. Aqui, a alienação é pautada na identificação, pois as técnicas e alguns produtos do agronegócio são identificados, como veremos a seguir, nas falas de Pedro e Aparecida:

*porque o remédio...eu não gosto de colocar **remédio** na lavoura **que se come, entendeu?** Aqui você tem **uma lavoura que você pode comer...**aqui, aqui é um pé de serralha, tá vendo? (Pedro)*

*Não, não...isso aqui é uma lavoura **que faz gosto** de você comer, que isso aqui não leva **remédio** nenhum (Pedro)*

*Os outros **negócio** aí eu num uso não (Aparecida)*

*Porque a gente não precisava **disso**, é ... então, tudo que vai plantá **tem que fazê** umas coisas?! **Tem que fazê** isso, **tem que fazê** aquilo, hoje não ... **antigamente** era tudo, não tinha nada de ficar medindo nada não, é diferente mesmo hoje (Cidinha)*

Nessas falas, os sujeitos apresentam dois aspectos de efeitos construtivos do discurso, a partir do que diz Fairclough (2008). O primeiro é o das identidades sociais e da posição de sujeitos para sujeitos e tipos de “eu”; e o segundo é sobre como o discurso contribui para o conhecimento e as crenças. Sendo assim, os excertos demonstram duas funções: tanto a função identitária, que se relaciona aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, quanto na função ideacional, relacionada aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.

Cidinha, ao repetir *tem que*, expressa a ideia de que, para plantar, hoje em dia, pressupõem-se determinadas técnicas que ela avalia de forma negativa ao comparar com o *antigamente*. Pedro e Aparecida reforçam, ao usar a metáfora *remédio* e *negócio* de forma avaliativa negativa, mesmo quando o sistema agroalimentar tenta se legitimar ao usar o termo “defensivo agrícola”, ocultando os malefícios do seu uso para os seres humanos e não humanos. E os entrevistados reforçam esse posicionamento quando, a partir da coesão, fazem uso de expressões avaliativas afetivas e valorativas. Cabe ressaltar que todos os sujeitos usam a metáfora *remédio* de forma avaliativa negativa para se referirem aos agrotóxicos. Poucas vezes usaram *veneno* e só a Cidinha mencionou

agrotóxico, mas para me fazer entender que ela sabia a denominação certa, preferindo chamar de *remédio*.

Mesmo que todas e todos se posicionem contrários às técnicas de agricultura provenientes do agronegócio, incoerências nos modos de agir são percebidas. Por exemplo, quando Dona Marina utiliza Baygon para matar lagartas de suas couves e quando João usa fertilizante químico, que ele denomina como adubo. Cabe ressaltar que, durante as entrevistas, percebi uma diferenciação no preparo do solo, entre adubo e esterco. Esterco pode ser de galinha ou de vaca, mas adubo é fertilizante químico.

Durante o processo de entrevista, identifiquei que as Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA) foram anunciadas diversas vezes. Ao transcrever as entrevistas, no processo de leitura e seleção de excertos, compreendi que a CEASA tem um significado acional, tendo a prática do plantar, enquanto um modo de agir no mundo. Gostaria de recordar que os sujeitos são alienados da identificação do nome agronegócio, mas não das técnicas. E, como visto, elas e eles avaliam de forma negativa essas técnicas. E fica a pergunta: como opera o poder do sistema agroalimentar hegemônico na prática do plantar nos quintais? Para tal,

Falar de prática social é trazer à discussão o contexto social e suas implicações. O contexto tem a ver com os participantes e sua posição social, a instituição e seus mecanismos de controle e de reprodução, o momento histórico e sua dinâmica, a relação com a sociedade abrangente e os mecanismos de reprodução (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 111).

Com exceção de Cidinha, Dona Marina e Marli, as mudas de plantas cultivadas convencionais (couve, alface, salsa, cebolinha etc.) são adquiridas na CEASA e as PANC são espontâneas ou doação de familiares e vizinhos. Como a CEASA de Juiz de Fora é longe da cidade, um produtor rural da região busca as mudas e distribui para quem tem interesse. A justificativa para esse consumo está no fato de que a muda que vem da CEASA vinga melhor, é mais forte e é mais rápido plantar de muda do que de semente direto no canteiro ou fazer sementeira. As CEASAS são centrais de abastecimento de produtos de horticultura, podendo ser empresas estatais ou de capital misto.

Compreendi que as CEASAS podem ser um obstáculo para a soberania alimentar, uma vez que, se os sujeitos compram mudas que estão disponíveis, essas empresas podem controlar o que plantar, e o que tem valor ou não, conseqüentemente, coibindo o direito “dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos” (VIA CAMPESINA, 2016). Com isso, identifiquei

elementos da globalização perversa, descrita por Santos (2001), que se apresenta capaz de homogeneizar, unificar (diferente de união) e uniformizar o planeta para um mercado avassalador. Esses elementos serão analisados através do hibridismo como categoria analítica, tendo como finalidade descortinar a ideologia, acreditando que sejam elementos de educabilidades que direcionam ao pensamento crítico, para que se possa entender como o sistema agroalimentar hegemônico opera nos quintais de Simão Pereira.

Os produtos escolhidos no mercado global são selecionados segundo uma base mercantil, levando à homogeneização (SANTOS, 2001; ARNAIZ, 2014). Sendo assim, a CEASA pode ser entendida como agente normalizadora da prática alimentar que naturaliza os modos do sistema agroalimentar hegemônico, inferindo no significado representacional/discursos, quando limita os cultivares disponíveis, legitima determinadas espécies e controla o que plantar, ou não, nos quintais, a partir das mudas disponíveis. Esse movimento afeta a biodiversidade nos quintais, nas hortas e, conseqüentemente, na prática de se alimentar como um todo. Vejamos:

*Tá vendo esse almeirão roxo? Nem no CEASA você encontra muda dele (Pedro)*

*Mas lá no CEASA não se vende esse **mato** não (Pedro)*

*Durante o tempo que eu mexo com o CEASA nunca vi, tem visto foia dela vendendo lá, mas muda nunca vi (Pedro)*

*Verdura é, entendeu. Mas esse **negócio** aí, esse **outros troço**, não. É muda que eu ganhei, entendeu? (Cidão)*

Pedro se refere ao almeirão-roxo; no excerto seguinte, se refere à taioba. Já Cidão explica que as mudas de verdura ela compra na CEASA e que outras mudas de plantas ela ganha, mas, em outro momento, também disse que pede. Sendo assim, a CEASA pode ser entendida como um instrumento de sustentação de poder, com o objetivo de assegurar a hegemonia e a homogeneização da prática de produzir alimentos, uma vez que é posto como referência do que é convencional para a alimentação, não levando em consideração a cultura alimentar, um dos pilares da SAN. Cidão compra mudas de verdura na CEASA, mas *os outros troços*, as PANC, ela ganha. A partir desses excertos, é perceptível o papel de agente regulador, legitimador e, conseqüentemente, agente do poder do sistema agroalimentar hegemônico. Essa centralidade da CEASA demonstra a estrutura social, uma parte oculta, em que as práticas dos quintais com PANC estão imersas e como opera a ideologia.

Quando Pedrão e Cidão se referem às PANC do quintal como *mato*, *negócio*, *troços*, e às convencionais que compra na CEASA como *verdura*, existe aí um juízo de

valor. As *verduras* são mais valorizadas, uma vez que possuem um valor de mercado. Já em relação às PANC, tratadas com desdém, há uma demonstração de despreço. Junqueira e Perline justificam que

o reconhecimento do fato de essas plantas não terem despertado o interesse da indústria e de não serem encontradas nos mercados são elementos que atestam sua identidade marginal frente às lógicas contemporâneas da massificação e da homogeneização alimentar (2019, p. 26).

Nas entrevistas, podemos identificar a incorporação de produtos provenientes do sistema agroalimentar hegemônico aos saberes, através de veículos de comunicação provenientes da globalização, que operacionalizam a ideologia através da narrativização, uma estratégia que utiliza histórias do passado que legitimam o presente (RAMALHO; RESENDE, 2011). Essa incorporação pode ser vista como parte da luta pelo poder. Essa luta diz respeito a mantê-lo e/ou conquistá-lo e, nesse embate, a ideologia é fundamental: pode “servir aos interesses de quem pretende manter o poder e reproduzir seus mecanismos, como de quem pretende alcançá-lo e redistribuí-lo” (THOMPSON, 1998 *apud* MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 113). O Joio e o Trigo traz uma série de reportagens relacionadas à Nestlé: uma das denúncias feitas por Coelho e Peres (2021) é como essa multinacional se apropriou das receitas brasileiras, a ponto de chegarmos em um momento histórico da culinária em que a maioria dos doces que fazemos em casa leva leite condensado em suas receitas. Vejamos o que Cidinha diz:

*O pior chá que eles beberam foi de santa maria, **pesquisei lá na internet** aí, mandou duas colher de **leite em pó**, santa maria, água e punha pra bater aquilo com limão e sete dente de alho com casca e punha bate, virava aquela vitamina, aquela vitamina, e uma colherzinha de açúcar (Cidinha)*

A *receita*, neste excerto, é um gênero de discurso ideológico. Os saberes, antes comunicados através da oralidade, estão, agora, sendo descaracterizados, desterritorializados e perdendo identidade, uma vez que os conhecimentos estão sendo acessados a partir do Google, do YouTube e de outras mídias sociais. Amparando-me nos estudos de Milton Santos (2001), entendo que os chás de cura podem ser entendidos como uma prática não hegemônica, e passam a ser adaptados, nesse caso, de forma passiva, fazendo com que os processos não hegemônicos desapareçam ou permaneçam de forma subordinada. No meu entendimento, quando um sujeito que se autodenomina dos *antigos*, buscando uma identidade não hegemônica, deixa de utilizar um leite fresco, ordenhado no curral do vizinho, que pode ser adquirido gratuitamente, para utilizar um leite em pó, comprado em um mercado, existe uma mudança no saber popular através do acesso aos meios de massa em detrimento da oralidade. Vejo que é “uma questão de construção de

imagem, de uma intervenção no mundo do simbólico que redunde em crédito – mais prestígio, mais valorização, mais poder” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 114) e que promove uma experiência mediada, ou seja, relações sociais desencaixadas espacial e temporalmente (RAMALHO; RESENDE, 2011).

O gênero “receita” surge, também, quando os sujeitos são questionados sobre a prática de lidar com pragas nos quintais.

*Ensinam a fazer uma água com sabão OMO e eu joga, porque se for coisa pra gente comê não faz tanto mal, né?! (Aparecida)*

O uso da metonímia, ao dizer *sabão OMO* ao invés de sabão em pó, entrega a força da marca da empresa e como ela chega a lugares que, a princípio, não são o seu mercado. Isso pode ser entendido como a ideologia sendo operada pelo marketing através de um discurso que antecede a tudo (SANTOS, 2001). A partir de Fairclough (2008), identifiquei também a intertextualidade que contribui para a constituição de sujeitos consumistas. Aparecida entende que o uso desse produto não faz bem, mas é melhor que o uso de biocidas, produto químico que tem sua denominação deslocada. A entonação de voz dela, ao usar *né?*, não foi de pergunta, mas afirmativa.

Quando os entrevistados fazem uso da palavra *remédio*, como visto anteriormente, dissimulam que são biocidas e as consequências para a saúde humana e da natureza, já que *remédio* pode ser uma substância, um combinado de substâncias ou um recurso, como chás de cura, que combatem alguma doença. Dona Marina anuncia mais um obstáculo para a superação do meu problema social:

*Se cada um plantasse, se cada um pegasse um pedacinho de terra e fizesse um mocadinho, num tinha tanta miséria como tem também não, que Deus me perdoe! Pelo amor de Deus! Mas só que também tem uns que não quer fazer também não: “Ah! Não vou perder tempo com isso também não, isso aí já era! **É do tempo do antigo!**” é do tempo do antigo, mas pode ver, é no tempo dos antigos que era muito difícil ouvi falar de fome, né?! Era muito difícil! (Dona Marina)*

Essa fala ocorreu quando estávamos conversando sobre como ela percebe a questão da fome, a partir da prática do seu quintal. Através da intertextualidade, explica quais são as causas da fome, a partir da sua própria experiência. Na verdade, atribuiu a dois fatores: 1) a falta de interesse, como demonstrado acima (outros sujeitos trouxeram: preguiça e vagabundagem); e 2) o desperdício de comida na esfera privada. Quando Dona Marina utiliza a intertextualidade para demonstrar o comportamento consumista, logo associa Santos (2001), quando ele afirma que as empresas hegemônicas, hoje, produzem

o consumidor antes mesmo de produzir os produtos, sendo, para ele, um dado essencial do entendimento de consumo:

O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema ideológico (SANTOS, 2001, p. 49).

No que tange aos produtos ultraprocessados, a partir do momento que eu exemplificava o que poderiam ser tais produtos, as respostas vieram com avaliações negativas, como, por exemplo, através de adjetivos como *chulezentos*, quando se referiam aos salgadinhos. Apontaram a questão desses produtos terem prazos de validade, e que o fato de se ter esse dado já demonstrava que não era uma comida de qualidade. Mesmo assim, por mais que percebam esses produtos de forma negativa, há esse consumo, principalmente de refrigerantes e miojo. Durante as falas que se enquadram nessa temática, quando perguntei sobre fome, os sujeitos apontaram que, hoje, as pessoas são diferentes dos antigos que tinham mais coragem, como disse Cidinha: as pessoas preferem comprar ou pedir. E, como muitos disseram, hoje, quem tem quintal não se interessa mais em aprender a plantar: se tivessem alguma coisinha plantada já teriam “angu com alguma verdura” para comer.

A partir da prática social dos quintais com PANC, analiso o *ethos*, conforme Fairclough (2008), e compreendo que os sujeitos demonstram uma forma de ser não hegemônica, tanto ao se considerarem *antigos*, distinguindo-se da Sociedade de Consumo (LAYRARGUES, 2021), quanto no que diz respeito à não utilização, em partes, das técnicas provenientes do agronegócio. Santos (2001) traz a unicidade das técnicas como um dos fatores da globalização perversa atual, a partir do momento que os sujeitos rejeitam, em partes, as técnicas do agronegócio, estão se posicionando de forma não hegemônica. Mas, a partir do momento que esses sujeitos passam a utilizar as técnicas de informação globais, como o Google etc., posso considerar que a ideologia do sistema agroalimentar hegemônico está invadindo o sistema de técnicas não hegemônico e capturando esses sujeitos; até porque, são alienados do próprio sistema em que estão imersos.

A CEASA se apresenta como o Estado a serviço da hegemonia, se fazendo presente na luta hegemônica, atuando como outro agente homogeneizador das técnicas e do que plantar e comer. Ela se faz tão importante, que o governo de Minas Gerais lançou

um edital de privatização, em 2022, que vem gerando um intenso debate em torno dos impactos dessa privatização (MUGNATTO, 2022). Importante ressaltar, também, que “nenhum país ou produtor tem soberania alimentar e, portanto, política, se suas sementes são controladas por multinacionais” (ACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 199). Para Santos, essa unicidade é a principal responsável pela imposição de uma mais-valia mundial. Em suas palavras:

há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social (2001, p. 38)

Os obstáculos identificados provêm da alienação, quando os sujeitos entrevistados não identificam o que é agronegócio e/ou o que são produtos ultraprocessados, fazendo-me acreditar que, nesse cenário, há um ator social oculto, o sistema agroalimentar hegemônico, que opera a ideologia através de outras instituições, como, por exemplo, a CEASA, de forma a impedir a soberania alimentar. As mídias sociais e o Google, que direcionam a um comportamento consumista, se apropriam dos saberes de forma que os descaracterizam e os desterritorializam, promovendo a sua perda de identidade. Identificar esses obstáculos é importante, porque é através deles que, ao confrontá-los com a EA crítica, irei compreender as possíveis educabilidades que emergem desse contexto.

### 6.1.1 O desabrochar de outras formas de ser

*Somos dois seres humanos, uma convive com a outra. Eu tenho carinho com ela e ela tem carinho comigo*  
Cidão

No subcapítulo 3.2, “Me nutrindo dos Saberes Agroecológicos”, a Agroecologia surge como um projeto societário contra-hegemônico, tendo como matriz a produção de alimentos, propondo uma agricultura praticada a partir de uma racionalidade ambiental, oposta à racionalidade econômica, que se apresenta no sistema agroalimentar hegemônico, enfrentando a colonialidade do ser, saber, poder e a cosmogônica, refazendo alianças com a natureza. Recordo Leff (2002), quando esse autor nos diz que as práticas agroecológicas devolvem o verdadeiro ser à natureza. Por natureza, me apoio em Almada e Venâncio, que definem “como a multidão multiespecífica de viventes e relações que

produzem as diversas paisagens do planeta – também constitui o *outro*, totalmente destituído de direitos, e completamente subordinado ao aparato técnico-científico a serviço do capital” (2021, p. 71).

Almada e Venâncio (2005) propõem uma EA a partir da perspectiva dos estudos multiespécies enquanto processo de construção de sujeitos ecológicos, em que, para a transformação da realidade, também se deve estar atento às políticas da natureza. Os autores propõem a *atentividade*, que nos permite estar sensíveis e atentos à natureza e nos abrir ao (re)encantamento do mundo, que nos leva a repensar nosso engajamento cotidiano com os demais viventes.

Em busca dessa atentividade que pode contribuir para a construção do conhecimento agroecológico, me ative à fala da Cidão, que trago na epígrafe desta temática, onde me diz como se porta diante das suas plantas. A categoria analítica de representação de atores sociais é um processo de significado com base em um conjunto de atributos culturais interrelacionados. Ao me apoiar nessa categoria, elaboro as semelhanças e diferenças nas significações que surgem nas entrevistas, busco anúncios que podem colaborar com uma quebra de paradigmas referentes a valores e crenças advindos da modernidade, consequente do capitalismo global e neoliberal, assim como, do sistema agroalimentar hegemônico, desvelando nuances de hegemonia, apontando sentidos agroecológicos nas análises.

A ACD exige uma percepção de que os elementos (atividades materiais; meios de produção; relações sociais; identidades sociais; valores; formas de consciência; e semiose) das práticas sociais sejam relacionais e dialéticos, em que cada prática se articula com outras práticas. A fim de me ocupar nas análises que me levam a processos de mudança social, me esforço a ver manifestações semióticas dos indivíduos relacionadas às identidades (BESSA; SATO, 2018) e como são representadas, ou seja, estilos, pois entendo que é nesse significado que encontrarei a ética dos sujeitos da minha pesquisa.

Para tanto, Bessa e Sato (2018), a partir de Fairclough, sugerem três maneiras de atuação da semiose, maneiras essas que pretendo discutir para, enfim, construir o *ethos* dos meus sujeitos. As maneiras de atuação da semiose são: 1) como parte da atividade social inserida em uma prática; 2) nas representações, em que os atores podem tanto produzir, quanto recontextualizar, como, também, incorporar suas próprias representações das práticas; e 3) no desempenho de posições particulares. Sendo assim, volto na fala de Dona Marina e, a partir de Cidinha e Aparecida, direciono meu olhar à

construção da subjetividade, entendendo a identidade social, com o objetivo de identificar possíveis educabilidades nos quintais com PANC produtoras de um sujeito ecológico.

*Se cada um plantasse, se cada um pegasse um pedacinho de terra e fizesse um mocadinho, num tinha tanta miséria como tem também não, que Deus me perdoe! Pelo amor de Deus! Mas só que também tem uns que não quer fazer também não: “Ah! Não vou perder tempo com isso também não, isso aí já era! É do tempo do antigo!” é do tempo do antigo, mas pode ver, é no tempo dos antigos que era muito difícil ouvi falar de fome, né?! Era muito difícil! (Dona Marina)*

*Porque hoje tem muita gente que tem preguiça de fazê as coisa. E o povo mais antigo tem mais coragem do que hoje. Tem muita gente que tem preguiça de plantá um pé de couve, tem preguiça! Preferi pedir ou comprar do que plantá na casa, que as vezes tem quintal na casa, mas tem preguiça de planta as coisas. (Cidinha)*

*Quem tem um pedacinho assim também, não se interessa em plantar nada. Acham mais fácil ir no mercado. Eu, se tivesse alguém pra me ajudar, era bem pouca coisa pra comprar no mercado (Aparecida)*

Dona Marina e Cidinha, ao falarem das práticas dos quintais com PANC, utilizam o adjetivo *antigo* como substantivo para se diferenciarem dos sujeitos moldados e imersos em uma lógica capitalista e global, que posso identificar como um sujeito do consumo, a partir de Santos (2001). De uma forma indireta, as três se posicionam como *o povo mais antigo*, uma vez que ocupam seus quintais com a prática do plantar para não comprar.

Aparecida deixa claro que, se tivesse ajuda no quintal, pouca coisa seria comprada, ou seja, existe a possibilidade de que os quintais tragam princípios de soberania alimentar. Cidinha vai além e avalia, de forma negativa, a diferença entre essas duas formas de estar no mundo, onde *os antigos têm mais coragem* e hoje as pessoas têm *preguiça*. Cidinha e Aparecida justificam essa *preguiça* uma vez que comprar é mais fácil do que plantar, o que não deixa de ser verdade. Mas comprar é uma forma de agir que cria obstáculos para a SSAN, já que essa ação se torna mais complexa, envolvendo disponibilidade e ausência de comida de verdade, renda etc.

Dona Marina, a partir de uma suposição, simplifica a questão da fome, fazendo um comparativo com a sua própria experiência de vida. O acesso à terra é uma questão crucial para o acesso à comida de verdade. Podemos ilustrar essa questão fazendo um comparativo com Pedro e João, como visto na temática anterior, que ocupam quintais de outras pessoas para garantirem o DHAA e como fonte complementar de renda. Ela também ignora (se aliena) que a fome é um problema estrutural que acompanha a história da humanidade. Mas sua fala está inserida em um contexto particular de experiência de vida de uma mulher da roça, que já atravessou gerações e que hoje identifica a fome em

lugares nos quais outrora não existia. O relatório da VIGISSAN traz o dado que a zona rural é uma das regiões mais atingidas pela fome e Dona Marina justifica essa situação com um intertexto em que o locutor deprecia o trabalho rural, se posicionando como um sujeito hegemônico através do consumo.

Portanto, a partir desses excertos, e fazendo uma análise dos elementos da prática dos quintais com PANC, a identidade construída como resistência perante um sistema agroalimentar que incentiva o consumo se fortalece. A seguir, demonstrarei outros apontamentos que me levam a compreender modos de ser dos sujeitos com quintais com PANC, e quais educabilidades podem surgir. Se, na modernidade, houve a ruptura da relação entre humanidade e natureza,<sup>19</sup> e Leff (2006) entende que o colapso ambiental<sup>20</sup> que emerge é um efeito do conhecimento, que tem desestruturado ecossistemas, enquanto conduz à “coisificação do ser e à superexploração da natureza; é a perda do sentido da existência que gera o pensamento racional em sua negação da *outridade*” (grifo do autor, LEFF, 2006, p. 15). A partir dos excertos seguintes, busquei identificar qual relação ética é praticada nos quintais com PANC.

*Eu deixo os bichos comê, **porque eles também passam fome [...]**os mesmo direitos que a gente tem de comê, tadinhos. (Cidinha)*

*É **um pecado** matar o bicho...é o **jeito dele, né?! Coitadinho, num tem outra coisa pra poder comer** (Aparecida)*

*Não, eu toco eles, no mato. Não judio não...**a coitados, eles tão com fome, estão aproveitando. Eles comem e sobra pra gente, não ligo não** (João)*

Cidinha, Aparecida e João utilizam a expressão *tadinhos/coitadinhos/coitados* demonstrando compaixão com os bichos, demonstrando solidariedade quando identificam que os bichos passam fome, reconhecem que eles também têm o direito de comer, assim como nós seres humanos e não se incomodam em dividir o que plantam com esses animais. Nota-se que esse sentimento é tão forte que o adjetivo se movimenta e se torna um substantivo. Os sujeitos trazem a questão da fome dos animais.

Como descrito na contextualização da cidade, Simão Pereira sofre com o desmatamento ocorrido com construções de condomínios. Por ser uma cidade que tem o gado leiteiro não confinado como atividade econômica importante, muitas áreas de

<sup>19</sup> “a partir da necessidade de o homem poder justificar o progresso e os avanços da técnica a partir de uma racionalidade de controlar, de cientificizar a natureza, a partir da expropriação dos recursos naturais” (VIEIRA, 2015, p. 5014).

<sup>20</sup> Leff (2006) usa o termo “crise ambiental”, aqui acrescento o termo “colapso ambiental” por concordar com Lourenço (2019) em que o vocábulo “crise” carrega um sentido de evento imprevisível ou temporário, características que não pertencem ao momento que estamos vivendo.

floresta e capineira, hoje, são pastos, tendo a prática de colocar fogo no pasto como cultural: mesmo que a prefeitura tente combater essa prática, é comum que, no período de seca, perca-se o controle do fogo que acaba atingindo áreas de floresta. Entender que esses animais possuem os mesmos direitos que os seres humanos demonstra que, nessa microesfera do cotidiano, há uma ética ambiental, que fundamenta “o valor intrínseco da natureza e de seus elementos estruturantes, fazendo com que a arena da comunidade moral deixe de ser palco ocupado exclusivamente pela humanidade” (LOURENÇO, 2019, p. 26).

Ainda sobre o direito à vida dos animais que coabitam os quintais, João compreende que a existência deles ali vai para além da ética ambiental. Ele entende que esses animais colaboram na prática do quintal com PANC, no que tange à disseminação de sementes através das fezes dos passarinhos e da importância das abelhas para a polinização de suas frutas, como o maracujá. Inclusive, no que se refere às PANC nos quintais, João e sua esposa Marli reconhecem que, se não fosse por esses animais, eles não teriam serralha e nem bertalha (malabar) em seu quintal, uma vez que não se encontram mudas e nem sementes dessas plantas em mercados convencionais. Contudo, a prática do quintal com PANC evidencia um pressuposto da agroecologia que convida a repensar o metabolismo sociedade-natureza, colaborando para a condição constitutiva ecológico-existencial, em uma perspectiva terexistência, como Rufino, Camargo e Sánchez (2020), assim como, uma perspectiva multiespécie (ALMADA; VENÂNCIO, 2021).

Ainda analisando elementos de semiose, passei a buscar formas de consciência, a partir do léxico, que pudessem ter significado identificacional, de modo a colaborar com um discurso que trilhe uma mudança social. Para tanto, selecionei outros três excertos que, a princípio, me pareceram ingênuos, mas, com uma leitura atenta, percebi a complexidade de sentidos, levando-me a crer que o quintal com PANC pode ser entendido como uma encruzilhada, a partir da perspectiva de Rufino (2019). Vejamos:

*Ah, eu gosto de cuidá, que eu converso, eu até converso com as planta. Ih, tem vezes que eu sento ali, na porta ali, converso com minhas planta, converso com minhas flor lá [...] eu gosto de mexê nas plantas. Eu fico olhando, aí eu converso, com elas. (Cidinha)*

*Eu gosto, gosto de mexer com as minhas plantas, gosto de mexer na terra, e gosto de estar sempre plantando alguma coisa. Eu tenho que estar sempre plantando alguma coisa. Hoje eu plantei um negócio. Tenho que estar plantando alguma coisa. (Aparecida)*

*Plantar é de couve, aguar de manhã, fica mexendo, cuidando das plantinhas, eu gosto de conversa com minhas plantas, o padre me chamava de doido ali na horta ali [risos]*

*eu chegava na horta, ia capina, arrancar um pezinho de alface, eu pedia: “me desculpa, vou te plantar de novo” o padre: “cê é doido de conversar com as plantas!” mas ela entende a gente, num é?! (João)*

O verbo transitivo direto *gostar*, relacionado à prática do quintal com PANC, foi anunciado diversas vezes, durante todas as entrevistas, com todos os sujeitos. Todas e todos apreciam e se sentem bem na prática de plantar no quintal. O sentimento de afeto traduzido no fazer transcende um agir individual, e ganha um sentido de terapia ocupacional: a partir do momento que os sujeitos passam a *conversar* com as plantas, passa a existir uma relação entre ser humano e outro ser vivente que habita o quintal, pois esse *conversar* não é apenas um verbo transitivo indireto, existe um diálogo, mesmo que silencioso ou oculto.

No decorrer da entrevista com a Cidinha, ela comenta que uma casa só se torna casa quando tem suas plantas no quintal, ou seja, topofilia. Unir esse comentário com os excertos acima me fez entender que o *gostar* e o *conversar* são verbos que podem levar à atencividade proposta por Almada e Venâncio (2021), desfavorecendo o dualismo cartesiano moderno. Ao conversarem com as plantas, se estabelece uma relação humanizada, demonstrada de forma tão estreita, que João pede *perdão* enquanto maneja suas plantas, o padre o chama de louco e Aparecida *tem que* estar no quintal com suas plantas. Dessa forma, compreendo, também, que elas e ele não coisificam os seres não humanos/seres viventes do quintal, mas sim humanizam essa relação.

Coccia (2018) denuncia que a modernidade negligenciou a importância das plantas. Elas, hoje, muitas vezes, não passam de bibelôs supérfluos nas metrópoles e no campo e são vistas como parasitas ou objetos de produção em massa. Acrescento que são vistas, também, como recursos para acúmulo de capital através das *commodities* do agronegócio. Esse autor diz que “as plantas são as feridas sempre abertas do esnobismo metafísico que define nossa cultura [...] são o tumor cósmico do humanismo, os dejetos que o espírito absoluto não consegue eliminar” (COCCIA, 2018, p. 11). E afirma que a separação entre seres humanos e a natureza diz respeito apenas a seres humanos e animais. No entanto, a relação humanizada anunciada nos excertos traz subjetividades às plantas, levando-nos a compreender o papel crucial que cumprem diante do colapso climático, uma vez que, ao negligenciarmos a existência delas ou a simples ausência delas, estamos diante de um fator que reforça o colapso que estamos vivendo.

Essa relação nos direciona ao pertencimento do lugar, conseqüentemente ao meio ambiente, possibilitando o que Vieira (2015) traz de um envolvimento ambiental que

talvez facilite a constituição de uma eco-ontologia, como propõe Rufino e Sánchez (2020). Incorporar as plantas no entendimento do Outro se faz necessário para o enfrentamento da crise civilizatória que Leff (2006) aponta. Se são “elas que ‘fazem o mundo’” (COCCIA, 2018, p.15), a relação estabelecida por Aparecida, Cidinha e João pode auxiliar na compreensão da *outridade* que Leff (2006) traz e no resgate da solidariedade que está sendo aniquilada ou corrompida pela globalização perversa, como aponta Santos (2001). Contudo, considero esses dados muito importantes na construção de educabilidades que formam um sujeito ecopolítico.

Os quintais com PANC também se mostraram como lugares construídos por solidariedade, uma vez que 70% dos sujeitos compartilham com a comunidade e/ou familiares os excedentes dos seus quintais. Cidinha deixa claro como essa ação faz bem a ela e Aparecida traz a importância da finalidade dessa ação solidária:

*[a gente] divide com os vizinhos. Gosto de dividir com os vizinhos. É bom de nós tê aquele carinho de mandar pros outro, é bom. (Cidinha)*

*Ah, se alguém quiser comprar eu vendo, se não quiser a gente acaba dando. Teve um ano que eu dei pra escola, o pessoal pedia eu dava também. Eu não ligo não. Se é pra comer, eu não ligo não. (Aparecida)*

A partir da categoria avaliação, que dá sentido a afirmações avaliativas, quando Cidinha diz que *gosto de dividir, é bom, aquele carinho*, é uma forma de (inter)agir com o outro humano de forma solidária. Santos aponta que a globalização, a partir do dinheiro global regulador e homogeneizador, que agrava a heterogeneidade e aprofunda as dependências, “contribui para quebrar a solidariedade nacional, criando ou aumentando as fraturas sociais e territoriais e ameaçando a unidade nacional” (2001, p. 104). A solidariedade ocorre através de uma relação ética, que se torna importante para a identificação do Outro e da relação de *outridade* que, para Leff (2006), são parte constituinte do diálogo de saberes.

No excerto da Aparecida, está exposta uma relação de causa e condição. Durante a entrevista, ela disse que vendeu verduras em excedente apenas uma vez, e que, geralmente, o fim do excedente é a doação. A lógica da ação não é econômica e, sim solidária, mas ela deixa claro a condição: que é para comer. Por morar na mesma rua da escola, ela, por vezes, colabora com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de forma solidária.

A solidariedade surge, também, quando os sujeitos separam refugos de cozinha e do quintal em baldes, toda semana, para virar comida para porcos. Esses baldes são

sempre doados, nunca vendidos. Da mesma forma que a prática de doação de mudas é muito comum, mesmo que alguns comprem mudas de plantas convencionais na CEASA, plantas de cura, PANC e algumas ornamentais são obtidas por meio de doações de vizinhas/os, amigas/os e /ou familiares.

Todas e todos aprenderam com a observação de familiares ou outras pessoas próximas, ainda crianças, e, desde então, plantam em seus quintais por prazer, para garantir o DHAA da família e, alguns, como forma de complementar a renda. Para alguns, esses aprendizados ocorriam como uma prática de observação do cotidiano de interação com as plantas e com os familiares: para Pedro, por exemplo, foi conquista, através da observação, entre erros e acertos.

*A gente ficava olhando. O jeito deles de plantá e a gente ia. (Marli)*

*Não, isso aí é inclinação minha mesmo. Ninguém me ensinou nada, esse negócio de plantação nenhuma. É que eu passava nos cantos e via o pessoal plantando, né?! Eu botava na cabeça, isso aí num é tão difícil pra aprender, né?! Aí fui tentando até que aprendi. (Pedro)*

*Você fica mexendo com as plantas ali, cada vez que você planta, você aprende mais. Cada uma do seu jeitinho, você vai pegando carinho. Você pega carinho pelas plantas. Colocando no lugarzinho. Às vezes é algum tipo de planta, cê coloca naquela um tipo de esterco. Aí, já sei, aprendi e faço (João)*

A partir da representação discursiva, Marli aprendeu com a mãe e o pai a plantar. Quando criança, acompanhava a mãe nos cafezais, para colher café e ganhar um dinheirinho “pra comprar pão com mortadela e Coca-Cola no final do mês”. Ela olhava a prática deles, confiava no conhecimento deles e reproduzia. Com Pedro, foi praticamente a mesma coisa, mas ele não aprendeu com os pais: ficou órfão muito novo e, logo teve que começar a trabalhar para a manutenção de sua própria vida. A agricultura veio em função da necessidade, mas logo pegou gosto e nunca mais deixou de praticar. O seu conhecimento também veio através da observação e depois a reprodução.

Durante todo meu processo de investigação, por empiria, compreendia a prática de plantar, em si, como um gênero de discurso, e, quando chego neste momento, a partir desses excertos, considero a prática dos quintais como gênero discursivo. Por mais que João seja o único a utilizar fertilizante químico quando planta, sua prática e seu conhecimento vêm da relação de afeto para com as plantas e não da artificialização. João pode ter aprendido a plantar através da prática dos pais, mas seu conhecimento foi formado a partir do trabalho e da transformação com a natureza. Esse tipo de trabalho é fundante da formação do ser social (FERREIRA; SILVA; SILVA, 2021) que busco

encontrar. Percebo que é nesse momento que se dá a práxis baseada na eco-ontologia, que não deixa de ser um aporte para a constituição da agroecologia enquanto ciência, movimento e prática. As práticas desses sujeitos podem ser fundantes na produção do conhecimento agroecológico, que parte de alguns princípios como, por exemplo, o diálogo dos saberes.

Contudo, a partir da análise do *ethos*, os sujeitos entrevistados se posicionaram de forma contrária à Sociedade de Consumo conduzida pelo Antropoceno (LAYRARGUES, 2021). Elas e eles, em sua microesfera, praticam uma ética ambiental que se faz importante para a identificação do Outro e da relação de *outridade* constituinte do diálogo de saberes e nos convidam a repensar o metabolismo sociedade-natureza, conforme pressupostos agroecológicos. A partir da atentividade, conduzem ao (re)encantamento do mundo, através de uma perspectiva terexistência e multiespécie, podendo ser considerado um lugar de encruzilhada. A solidariedade faz parte do cotidiano dos quintais com PANC e, a partir do momento que considero a prática de plantar enquanto gênero discursivo, essa prática pode ser fundante na produção do conhecimento agroecológico, podendo criar educabilidades que possam auxiliar na formação de um sujeito ecopolítico, assim como anunciar meios que encaminham a soberania alimentar.

A seguir, farei a análise dos quintais enquanto um lugar praticado: busco compreender esse lugar enquanto resistência ou, até, (re)existência perante o meu problema social.

### 6.1.1.1 O fazer (re)existência

*Ah!!! Me sinto muito feliz, porque eu vejo meus passarinhos canta! Meus passarinhos canta, assim, entende? Mexo com os mato, eu brigo com eles...ah o João de barro! Eu agora arranjei um João de Barro, você entende? Não! Mas eu me sinto muito bem! É muito gostoso. Você ter o prazer de vir pegar as coisas que você plantou, entendeu?!*

*Cidão*

Parto dos quintais enquanto um lugar de práticas ordinárias (CERTEAU, 1998), do cotidiano, do espaço geográfico (SANTOS, 2006), ou seja, de práticas sociais, uma vez que, a partir do plantar, manejar e comer, anunciamos formas de agir, de se relacionar e de representar o mundo, assim como, de se identificar a si e com outros, e de representar aspectos do mundo. Como visto nas análises anteriores, a prática social dos quintais

denuncia a alienação em relação ao sistema agroalimentar hegemônico. A CEASA surge como uma instituição de controle e obstáculo para a soberania alimentar, a apropriação do Google e mídias sociais dos saberes direciona a um comportamento de consumo. Em contrapartida, os quintais com PANC da pesquisa anunciaram a agroecologia, quando praticam uma ética ambiental e a solidariedade que conduzem à racionalidade ambiental, proposta por Leff (2006), que, além de se opor à racionalidade econômica, que nos leva ao colapso ambiental, se posiciona como resistência diante do processo de homogeneização dos modos de vida e desperdício de experiências promovido pela modernidade, como já apontado por Almada e Souza (2017).

Ao descrever os sujeitos e os quintais, em *A Cidade e Quem pratica os Quintais com PANC* (subcapítulo 4.1), apresento uma tabela demonstrando as plantas comestíveis que encontrei nos quintais. Essa tabela não surge nesta pesquisa apenas para identificar a biodiversidade dos quintais e a presença expressiva das PANC em detrimento das convencionais, mas também para ilustrar como os quintais podem significar a história de um determinado território. Almada e Souza consideram os quintais brasileiros como “amostras representativas de experimentação, trocas e processos coevolutivos, constituídos de espécies de plantas e animais nativos e aquelas trazidas das mais diversas partes do mundo durante o processo de migração e colonização” (2017, p. 15). Mas parto do princípio de que essas amostras vão além. Acrescento: também ao constante processo de globalização, a partir da colonialidade do ser, saber, poder e cosmogênita. A prática social dos quintais pode enunciar, a partir do pensamento de Milton Santos (2006), a racionalização do espaço geográfico, produzindo um processo dialético entre uma razão global e a razão local, em que o lugar tanto se insere no mundo quanto o confronta, graças à sua própria ordem.

Nas análises a seguir, busco compreender a complexidade híbrida que emerge dos quintais, identificando fissuras no sistema agroalimentar hegemônico e pontos de colonialidade, que possam colaborar na superação dos meus obstáculos e identificar se os quintais que investigo se apresentam conforme Almada e Souza (2017), que os consideram como um espaço contra-hegemônico do cotidiano, de patrimônio biocultural, de valorização dos saberes tradicionais, que contribuem no fortalecimento SSAN, produzindo uma nova perspectiva de tempo vivido, sendo lócus de memória coletiva e individual. E, também, essa investida se dá, por concordar com Junqueira e Perline (2019) que dizem que o

modelo hegemônico vem, gradativamente, expondo suas brechas e rachaduras, deixando entrever suas mazelas e perversões e instigando o surgimento de releituras e reconfigurações de práticas alimentares que, mais do que investidas de preocupações nutricionais e estéticas, revestem-se de caráter político, ético e moral (2019, p. 26).

Para tanto, a análise da temática dos quintais será feita em um movimento no qual se identifica o confronto com o sistema agroalimentar hegemônico, tanto de forma comparativa quanto avaliativa frente às técnicas. O meu olhar está atento, primeiro ao hibridismo e depois, às demais categorias analíticas que irão surgir.

Cidinha e Cidão confrontam, de forma explícita, as técnicas de plantio e manejo do agronegócio, ao comparar com a qualidade dos alimentos cultivados em seus quintais. Vejamos:

*Gosto de colhê em casa porque eu sei que ali eu não coloco remédio, e tudo que cê compra na cidade é remédio, tem remédio e aqui cê sabe que vem da terra sem adubo, só esterco aqui na horta, entendeu, o que a gente usa aqui é esterco que vem daqui, nada mais. (Cidinha)*

*A minha horta é só terra e esterco! Acabou! Portanto, a minha couve, se você picar dentro, o cheiro tá vindo cá fora, agora se você compra uma de mercado... (Cidão)*

Cidinha inaugura seu confronto a partir de uma avaliação afetiva, quando usa o verbo gostar para determinar segurança em consumir o alimento que colhe no quintal. As técnicas de confronto surgem quando ela opõe as técnicas de razão global do agronegócio, *adubo* (fertilizante químico) e *remédio* (biocida) às técnicas de manejo no nível da razão local, quando repete a palavra *esterco*, e seu vício de linguagem, ou cacoete, *entendeu?!* se apresenta de forma intencional. Já Cidão se apoia na coesão, ao utilizar *agora* ao confrontar as técnicas a partir de análises sensoriais dos alimentos que produz em seu quintal. A escolha em confrontar através do cheiro é interessante. Silva *et al.* (2017), a partir de Leff, trazem a diferença entre saber e conhecimento científico. Os autores dizem que saber, por ter a mesma etimologia que sabor, implica a dimensão dos sentidos e emoções. Essa denúncia está relacionada a SAN, apresentada no subcapítulo 2.3 e, conseqüentemente, ao DHAA. A LOSAN descreve a SAN como o direito de todas e todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, tendo como base alimentos e práticas que promovem a saúde, não apenas do indivíduo, mas também do meio ambiente (BRASIL, 2006).

*Porque eu penso assim, enquanto eu tô plantando ali, eu não vou buscar aquela que tá lá fora doente, né?! Porque essas planta, tudo que a gente compra é doente, porque tudo é com, com, misturado com essas outras coisas. É, você vê: você compra uma coisa e tem validade assim, tem validade de tanto mês, compra outra coisa tem validade pra*

*quantos mês. Então que dizer que é tudo envenenado, essas coisa que a gente compra, né?! E, a gente, colhendo, a gente não tem esse negócio. (Dona Marina)*

*Mas eu acho muito importante ter um lugar pra gente plantar, dentro da casa da gente! Porque você chega ali, e você tem tudo, né?! Você colhe, nossa eu adoro, eu amo. Mas a gente vai dando um jeitinho, e vai plantando. Porque a gente não pode ficar sem as coisas, porque você viu como é que tá cara as coisas, não?! (Marli)*

Dona Marina confronta os produtos ultraprocessados através da coesão pelas conjunções *enquanto*, *porque* e *então*: esta última estou considerando o advérbio como conjunção conclusiva. A forma como Dona Marina utiliza a coesão realça que o alimento que ela produz em seu quintal tem mais qualidade e é mais seguro para o consumo, colaborando para a SAN de sua família e dela. A comparação de alimentos surge ao usar os adjetivos *doente*, *envenenado* e o substantivo *validade* caminha para uma interpretação de adjetivo. Marli confronta, a partir da conjunção *mas*, o mercado, que também faz parte do sistema agroalimentar hegemônico e, mais uma vez, confirma que os quintais contribuem para a SSAN e são depositários de uma densa agrobiodiversidade, conforme Almada e Souza (2017), Amorozzo (2002) e Raniere (2018).

No subcapítulo 2.3, “O encontro com os Quintais com PANC”, em que trago a conjuntura teórica dos quintais com PANC, exponho, a partir de Almada e Souza (2017), que os quintais com PANC são resistência em meio ao processo de urbanização, ocupações cimentadas e verticalização das edificações, assim como são fundamentais para a SAN daqueles que o possuem. Aparecida, no excerto abaixo, não confronta as técnicas do sistema agroalimentar hegemônico de forma direta, mas confronta as consequências do capitalismo, tanto no processo de urbanização quanto no do consumo.

*Porque todo mundo tá fazendo casa, né?! Ai quem tem um pedacinho assim também, não se interessa em plantar nada. Acham mais fácil ir no mercado. Eu, se tivesse alguém pra me ajudar, era bem pouca coisa pra comprar no mercado. Dia desse plantei até uma batata, pra ver o que vai dar. Se vai brotar. O pessoal hoje, se tem um pedacinho de terra, né coitado, mete logo um barraco. (Aparecida)*

Essa fala surgiu quando estávamos conversando sobre o espaço quintal e se ela percebia que essa prática e/ou espaço estava desaparecendo. Através do substantivo/adjetivo *coitado*, ela demonstra compaixão por aqueles que têm o direito à moradia fragilizado e, através da coesão *porque*, realça a justificativa de os quintais hoje se posicionarem como resistência ao modo de vida capitalista urbano-industrial. Mas não só: Aparecida ainda evidencia o papel da mulher enquanto cuidadora do quintal e a importância do quintal não apenas para garantir a SAN, mas como meio de prover, também, a soberania da família, podendo propagar caminhos para a soberania alimentar

de um território. Através do verbo auxiliar *tivesse*, ela mostra a condição que encaminha a uma possível soberania alimentar da família. Outro anúncio que surge é o quintal enquanto lugar praticado para experimentações de plantio (ALMADA, SOUZA, 2017; RANIERE, 2018), que aumentam a densidade da agrobiodiversidade nos quintais onde a mulher, nesse contexto, exerce um papel fundamental (ALMADA, SOUZA, 2017; PINILLA, OLIVEIRA, 2019). Esse anúncio emerge quando Aparecida diz que “até plantou uma batata *pra ver no que vai dar*”.

Dona Marina confronta o sistema agroalimentar hegemônico, principalmente as técnicas do agronegócio, utilizando a memória a partir do quintal. Essa memória está ligada à soberania alimentar e, por conseguinte, à SAN.

*A gente não dava ração porque a gente plantava tudo. E hoje não, você vê, você pega um pintinho com 2, 3 meses e já tá no ponto de matar. Porque, é, já come aquela carne envenenada, aquilo pra mim, naquela época, era uma época muito boa, que hoje a gente fala assim “vou cozinhar um inhame, vou botá pra nois comê” “ê, ê cruz credo! Eu não como isso não”. Hoje é assim, né?! Naquele tempo não, nossa merenda de manhã era o que? Meu pai tinha um latão grande assim, ele fazia aquela fornalha assim, no meio do terrero, a gente botava, ia na roça, lá, no meio do mato, que tinha muito inhame. Arrancava cada cabeçona de inhame, cortava no meio. Colocava naquele latão, com talo e tudo, colocava aquilo pra cozinhar pros porcos...era a nossa merenda da manhã (Dona Marina)*

Neste excerto, Dona Marina faz dois confrontos importantes. Um diz respeito às técnicas do agronegócio, que aceleram o crescimento dos frangos para chegar mais rápido ao tempo de abate. E, ao utilizar a coesão, a partir do *porque*, primeiro ela traz, em sua memória, que seu quintal provia meios de soberania alimentar, já que sua família não dependia de objetos/produtos/commodities do agronegócio para alimentar as criações de animais, pois o quintal fornecia tudo; segundo, esclarece que os frangos, hoje, com o adjetivo *envenenada*, não são seguros para o consumo, o que afeta a SAN. O outro ponto importante é a mudança de hábitos alimentares e/ou de consumo: avalia, de forma positiva, que sua época era *muito boa*.

Cidinha e Dona Marina explicam a motivação das escolhas das plantas que habitam o quintal delas:

*Porque eu gosto. Eu gosto de plantar couve, gosto de plantar alface, almeirão, quiabo, os meus remédios, como a erva-de-santa-maria, gosto da alfavaca, gosto de funcho, pra mim dá remédio pros meus fios. Agora num é mais meus fios, agora é meus netos. (Cidinha)*

*Aqui eu planto, misturado com flor. Aqui eu tenho salsinha, aqui eu tenho cebolinha, aqui eu tenho couve. (Dona Marina).*

Nos excertos acima, o plantio é híbrido, plantas convencionais (alface, quiabo, salsinha, cebolinha, couve) são plantadas junto a PANC (almeirão, erva-de-santa-maria, alfavaca, funcho), medicinais (erva-de-santa-maria, alfavaca, funcho) e ornamentais, não havendo distinção de categorias de alimentos, o que demonstra que alimentos provenientes da colonização, e que hoje podem ser considerados alimentos globais, estão presentes junto com plantas tradicionais. Cidinha, através de uma avaliação afetiva, quando repete *gosto* cinco vezes em uma única frase, não distingue o que é convencional de PANC ou medicinal: todas se apresentam com o mesmo nível de importância. E, através da coesão, utilizando *porque* e, mais uma vez, *gosto*, demonstra a importância dessas plantas, pois ela não apenas garante saúde para seus filhos: hoje, esse elo extrapola para os netos. Mais uma vez, a densidade agrobiodiversa surge, e Dona Marina ainda explica, através do advérbio *aqui*, que seu quintal é ocupado por diversas plantas em um mesmo espaço. Esse é um pressuposto de plantio agroecológico, que parte do princípio de que diferentes espécies se integram promovendo o equilíbrio de determinado agroecossistema. Na verdade, todas e todos que entrevistei possuem a mesma prática de plantio.

Abaixo, trago João. Enquanto conversávamos sobre sua experiência nos quintais, ele foi me contando como é sua prática de plantio quando tem a possibilidade de ocupar espaços maiores, como, por exemplo, o antigo terreno, próximo à sua casa, que ocupou por quatro anos e, depois, foi convidado a se retirar, pois o dono ficou com receio que lhe fosse exigido o direito de usucapião. João falou da importância dos insetos e dos passarinhos para a polinização dos alimentos, contou que seu quintal é visitado por diversos seres vivos e que isso é importante, porque, por exemplo, o passarinho dissemina a semente da bertalha, o gambá come escorpião, as abelhas polinizam as flores para dar frutos e sementes etc. É um modo de ser/estar no quintal que conjuga com os princípios da agroecologia, mas, a seguir, podemos identificar que técnicas provenientes do agronegócio já fazem parte do seu cotidiano, mostrando que sua prática de plantio é híbrida.

*Eu uso esterco, terra e um pouquinho de **adubo**. Misturo, deixo uns 2 a 3 dias*

*Ah é bom, né?! E joga um pouco **de calcário**, né?! O calcário mata os verme da terra*

*Aí vem um rapaz, cunhado dela, de Belo Horizonte, aí começou a falar comigo e começou a me explicar. Ai eu falei com ele, “**aí, tem cabeça de alface maior do que essa aqui?, com licença, o que você tá me ensinando é bom que eu aprendo, mas olha meu tomate como tá indo, mandiocal?**” depois ele falou, “**sério, você nem precisa te ensinar mais nada não, você já sabe tudo!**” ele queria que eu fosse embora com ele pra lá, tinha casa*

*e tudo pra cuidar de quintal, eu falei “não, eu prefiro ficar por aqui. Tô com a minha família tudo aqui” fiquei quieto.*

*Eu joga, quando começa a dar aqueles bichinhos, nas folhas da couve, começa a dar aqueles pulgão, eu joga água de cinza. **Pego água de cinza do fogão**, põe na vasilha, molho ela e deixo 2 dias sem jogar a água [nas plantas], depois de dois dias vou lá, joga água e cai tudo.*

*Não, a terra pra fazer **plantação ela tem que tá bem esterçada**. Esterçada bastante, depois que você começa a plantar, tudo. Se cortar uma grama, e joga lá, que vai virando esterco, o lixo não precisa de queimar. Vai juntando ali que ele mesmo vai virando o próprio esterco. Faz palha pra você plantar uma batata-doce em cima...*

O substantivo *adubo* significa fertilizante, que, no caso, ele usa o químico. Mas não sabia me dizer exatamente qual. O preparo do solo com fertilizante químico e a calagem (uso do calcário) são técnicas de preparo do solo típicos de uma agricultura convencional proveniente do agronegócio. João escolhe reproduzir um diálogo que ele teve com um rapaz, cunhado de uma ex-empregadora dele, de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, e, através da intertextualidade, pretendeu confirmar e valorizar seu conhecimento, no que diz respeito às técnicas de cultivo. E, logo a seguir, me explica, a partir dos saberes, técnicas de manejo de praga tradicionais, que são consideradas agroecológicas, da mesma forma que complementa o preparo do solo para o plantio com matéria orgânica que se decompõe, técnica, também, típica da agroecologia. E ainda afirma que o esterco é fundamental para se fazer uma plantação. Através do hibridismo, percebe-se técnicas do agronegócio incorporadas, que estão em disputa, mas técnicas agroecológicas prevalecem de maneira mais expressiva.

Nesta temática dos quintais, busquei a materialidade da prática cotidiana desse lugar praticado. Identifiquei, através do hibridismo, como os quintais colaboram na SAN, conseqüentemente, podem assegurar o DHAA dos sujeitos e de suas famílias, a partir do momento que há disponibilidade de comida de verdade, dentro dos preceitos do CONSEA (2015) descrito no subcapítulo 3.3. Nas análises, surgiram evidências de que as técnicas de plantio e manejo seguem muitos dos pressupostos da agroecologia, demonstrando que esses quintais estudados são biodiversos e lugares de experimentações, onde plantas convencionais convivem com plantas tradicionais. Mas essa prática de possuir e cuidar de quintais também denuncia o processo de urbanização do modelo capitalista urbano-industrial, assim como, a captura de algumas técnicas convencionais da agricultura hegemônica. De qualquer forma, percebi que o sentido agroecológico prevalece. Contudo, compreendo que os quintais podem ser fissuras do sistema agroalimentar

hegemônico. A seguir, parto para compreender possíveis educabilidades que surgem das PANC neste lugar.

#### 6.1.1.1 Perseguir a Soberania Alimentar

*Eu gosto muito de taioba, ora-pro-nóbis também, é bom!*

*Tiófilo*

Nas entrevistas, perguntei, explicitamente, a todos, se conheciam os termos PANC, plantas alimentícias não convencionais, hortaliças tradicionais e hortaliças convencionais. O intuito dessas perguntas era entender, uma vez que todas e todos assistem ao canal Globo Rural, se compreendiam/conheciam/já haviam escutado esses termos, já que PANC tem se tornado, cada vez mais, um termo midiático (JUNQUEIRA, PERLINE, 2019). Alguns já escutaram, outros não e, por fim, ninguém sabia me dizer o que era. Apenas João esboçou uma resposta sobre hortaliças tradicionais. Vejamos:

*Eu acho que, hortaliça tradicional é aquilo que planta muito pra poder vender no CEASA, tem umas pessoas que trabalha ali com ele. Eles vem aí, põe a gente pra trabalhar, sai caminhão, mais caminhão de verdura.*

Para João, o que é convencional para o mercado globalizado acaba sendo tradicional também, mostrando como a CEASA, realmente, se apresenta como controladora das práticas alimentares, ditando o que é convencional ou não. Parto do princípio de que, a partir do momento que os sujeitos desconhecem esses termos, que estão cada vez mais midiáticos, entendo que alienação está operando com fins ideológicos, no intuito de manter a sociedade com padrões homogêneos de alimentação, quando “não convencionais”, “tradicionais” e “convencionais” não geram nenhuma reflexão acerca da prática de comer e plantar.

O objetivo da análise nesta temática é compreender como as PANC podem contribuir para trilhar um percurso rumo à soberania alimentar, garantindo a SAN e consequentemente o DHAA, uma vez que, nesta pesquisa, PANC são todas as plantas ou partes de plantas desconhecidas, desvalorizadas e/ou negligenciadas pelo sistema agroalimentar hegemônico, mesmo que tenham um consumo convencional no cotidiano de determinados territórios. Lembrando que a prática de se alimentar é “revestida de caráter ideológico” (JUNQUEIRA; PERLINE, 2019, p. 22).

Conforme visto no subcapítulo 3.3 da conjuntura, soberania alimentar é o direito de produzir seus próprios alimentos definindo suas próprias políticas e estratégias sustentáveis da produção ao consumo, garantindo o direito à alimentação a toda população, levando em conta as diversidades e culturas, reconhecendo que o papel da mulher é fundamental (VIA CAMPESINA, 2016). Relembro que DHAA, SAN e soberania alimentar são direitos e conceitos que possuem relações umbilicais, sendo que um complementa o outro e a ausência de um anula os demais. Portanto, a partir da soberania alimentar, destaco “estratégias sustentáveis”, “direito à alimentação”, “diversidades” e “culturas” como temas geradores da minha análise, por serem termos e palavras que não são contemplados no sistema agroalimentar hegemônico. Esse sistema homogeneiza a nossa prática alimentar a partir de poucas espécies de plantas comestíveis, através de uma agricultura dita convencional, baseada em técnicas do agronegócio, colaborando com o epistemicídio.

Começo com o substantivo feminino “diversidade” que, para fins desta pesquisa, amplo para biodiversidade, também substantivo feminino. No início do capítulo, na tabela onde trago as plantas comestíveis encontradas nos quintais, nota-se a biodiversidade expressiva encontrada, assim como a forte presença de PANC, tanto tradicionais, ruderais, medicinais comestíveis quanto ornamentais comestíveis. A tabela traz, no total, 80 plantas comestíveis, entre flores, tubérculos, raízes, frutas e folhosas. Dessas 80, 41 são PANC, e, das convencionais, 10 possuem partes comestíveis não convencionais, que são consideradas PANC. Considero, então, que temos um total de 51 plantas PANC encontradas nos quintais pesquisados. Mas, de todas essas variedades, apenas 11 espécies, entre tradicionais e ruderais, têm um consumo real no cotidiano. Esses dados demonstram o potencial alimentar, tanto para assegurar o DHAA quanto para promover a SSAN, que esses quintais possuem caso todas as plantas tivessem uso real.

A biodiversidade é um pressuposto da agroecologia, para que um agroecossistema seja considerado saudável, equilibrado e sustentável. Ao pensar em estratégias sustentáveis, que contemplem a soberania alimentar e a agroecologia, na contramão das técnicas de uma agricultura convencional do agronegócio, busquei, nas falas dos sujeitos, sentidos de manejo das PANC nos quintais que se diferenciavam das plantas comestíveis convencionais do mercado globalizado. A taioba e a ora-pro-nóbis marcaram presença em todos os quintais visitados, e são consumidas por todas e todos que foram entrevistados. Como os sujeitos não conheciam as nomenclaturas/conceitos que

pudessem me auxiliar na comparação de manejos, fiz perguntas específicas utilizando essas PANC tradicionais da cultura mineira. Aparecida, Cidinha e Dona Marina foram claras ao me responder a algumas perguntas. Vejamos:

*Não, é diferente. A taioba você planta lá, ela fica lá. A couve não, você tem que tá aguando, tem que tá cuidando, colocando esterco no pé dela, catando os pulgão, lagarta, igual ontem tirei uns filhotinhos de lagarta que tava dando nas minhas mudinhas. A taioba não, a taioba aqui em casa, por exemplo, já tinha, aí sozinha aí. (Aparecida)*

*A taioba não, você plantou, deixou lá e ela sai. Agora, o alface não, você tem que ter paciência, tem que cuidar direitinho, senão, não vai pra frente, se não cuida (Cidinha)*

*Não, a taioba é mais fácil de cuidar, porque se ela tiver num lugar fresco, ela num sente muito, mas já a couve sente (Dona Marina)*

Uma interpretação simples desses excertos já nos leva a concordar com Kinupp e Lorenzi (2014), quando dizem que muitas variedades de PANC (aqui, eu acrescento, principalmente, as ruderais e nativas) não necessitam de manejos especiais, insumos externos e nem irrigação artificial, assim como são resilientes e resistentes a pragas e doenças. Mas é interessante como elas escolhem descrever as diferenças de manejos. Começamos com Aparecida e Cidinha, que repetem a expressão *tem que tá/ter*, para enfatizar a necessidade de que alguma coisa tem de ser feita para manejar as plantas convencionais, e utilizam *cuidar*, *paciência*, dando um sentido quase maternal. Já os verbos como *aguar*, *cuidar*, *colocar* e *catar* estão no gerúndio, indicando que é um trabalho obrigatório e contínuo. Enquanto, para as PANC, utilizam expressões como *A taioba você planta lá, ela fica lá, aí sozinha aí. A taioba não, você plantou, deixou lá e ela sai. A taioba é mais fácil*. Ou seja, enquanto, para as convencionais, existe um possível excesso de zelo, para as PANC existe quase um desleixo, já que o manejo é praticamente dispensável.

Ainda sobre manejo, as plantas comestíveis convencionais possuem características específicas de solo, luz e temperatura. Hortas convencionais ou agroecológicas, que não contemplam as PANC para fins comerciais ou de consumo próprio, precisam de sol direto por determinadas horas do dia. E, com isso, por mais que o sistema de plantio siga princípios agroecológicos, muitas vezes, a necessidade da interferência humana no agroecossistema pode ser maior do que em uma horta que considere, em seu projeto de plantio, as PANC. Muitas PANC tradicionais ou ruderais, listadas na tabela, podem ser cultivadas na sombra e/ou meia-sombra, como, por exemplo,

lírio do brejo, urtiga vermelha, erva de jabuti, trevinho, erva pepino, taioba, trapoeraba, cana de macaco. Até o limão cravo produz em meia sombra.

Cidão fala da taioba quando questionei sobre as diferenças de manejo entre convencional e PANC: “*Na **sombra**, na **sombra**, entendeu? **Porque** não é toda **verdura** que gosta de **sombra**, né?! (Cidão)*”. Ela repete *sombra* três vezes para demonstrar o quão inusitado é o manejo de uma planta comestível na sombra. E, através da coesão *porque*, ela se refere a uma PANC pela primeira e única vez, durante a entrevista, como *verdura*. Ter plantas comestíveis de sombra e meia sombra nos quintais e/ou hortas é de suma importância, uma vez que se aproveita melhor o espaço disponível e possibilita ampliar a biodiversidade comestível do espaço, de forma equilibrada e harmoniosa.

Quando questionei Aparecida do porquê não encontramos nos mercados algumas PANC que fazem parte do cotidiano alimentar dela, argumentou que:

*É porque cariru, acho que não sei se é um negócio difícil de lidar com ele, de plantar, sei lá, porque ele praticamente nasce sozinho, né?! (Aparecida)*

*Nunca vi também, nunca vi. Será que é porque a pessoa num gosta? Porque eu gosto de cariru, eu gosto, ué?! Mas eu nunca vi no mercado não (Cidinha)*

Fazendo uso da coesão *porque*, Aparecida tenta encontrar explicações para o motivo de o *cariru*, também conhecido como *caruru* (nome científico *Amaranthus deflexus*) não ser encontrado nos mercados e, a partir das expressões *acho que não sei e sei lá*, se demonstra confusa em me responder, uma vez que é uma planta ruderal espontânea, que *praticamente nasce sozinho*, e que ela tem o costume de comer. Confrontar os segmentos um *negócio difícil de lidar com praticamente nasce sozinho* e a lógica do mercado do sistema agroalimentar hegemônico pode ser um caminho de reflexão da prática alimentar globalizada que, a partir das seleções das espécies comestíveis destinadas ao mercado, além de homogeneizar a nossa alimentação, também colabora com o epistemicídio referente à alimentação. Conseqüentemente, afeta a nossa soberania alimentar. Cidinha, ao tentar justificar o fato de não encontrar o *cariru/caruru* nos mercados, questiona se é uma questão de *gosto*. Aqui, entendo que há dois sentidos: tanto o afetivo do verbo gostar, quanto o do paladar. No que tange à palavra, Brillant Savarin (2012) traz a perspectiva de que *gosto* é uma coisa de classe/elite. Portanto, mais uma vez, identifico a alienação provocada pelo poder do sistema agroalimentar hegemônico, que controla a disponibilidade de alimentos, principalmente aqueles que são culturais para determinados territórios, criando obstáculos para a soberania alimentar, a SAN e, conseqüentemente, o DHAA.

Os excertos acima, que inauguram esta temática, demonstram que as PANC fazem parte de uma estratégia sustentável descrita no conceito de soberania alimentar apresentado pela Via Campesina (2006). No que se refere a “direito à alimentação”, começo as análises com um excerto de Cidinha, que traz uma fala doída que permeia memória, fome, SAN e taioba: “*Eu não como porque eu passei [silêncio curto] comi muita taioba com canjica, por isso que eu não gosto, por causa da minha infância, não, não gosto, mas eu faço pros outros, quem gosta come.*” Ela demonstra que nem toda memória alimentar é boa, mas não significa que não seja importante. Através de três modos de coesão, *porque/por isso/por causa*, ela justifica o fato de não consumir uma hortaliça tão tradicional no território, e que, inclusive, tem em seu quintal: quando viveu o estado de insegurança alimentar moderado a grave, comeu muita *taioba com canjica* para, assim, assegurar, minimamente o DHAA. E foi enfática na sua avaliação negativa referente a essa PANC, mas deixando clara a centralidade que duas plantas comestíveis (taioba e milho), comumente encontradas em quintais, puderam colaborar com a sua SAN.

*Ah, a gente não encontra essas coisa, mas eu tenho no meu quintal: taioba e ora-pro-nóbis. Depois vou mostrar o pé. Tá metade fincada pra cá e metade na casa de lá (Aparecida)*

*Eu não, entendeu. Portanto eu tenho a casa ali, tô com uma panela pra planta as batatas tá vendo? [vários tubérculos de taioba] (Cidão)*

PANC tradicionais, como taioba e ora-pro-nóbis, são tão importantes para os sujeitos da minha pesquisa que, mesmo que Aparecida e Cidão reconheçam que não encontram essas plantas nos mercados, elas têm em casa, podendo me fazer entender que o mercado, em si, não controla hegemonicamente suas práticas alimentares. E aqui, identifico fissuras no sistema agroalimentar, onde as PANC se demonstram importantes para o “direito à alimentação”. Pensando em como as PANC se relacionam com a soberania alimentar a respeito das “culturas”, João traz uma comparação interessante entre o arroz, um dos cereais mais consumidos no mundo, e uma PANC, a bertalha malabar:

*O arroz, era, como é que chamava...tinha um tal de amarelão, agulhinha, mas tinha outro nome lá, e dava muito um tal de Moçambique. O Moçambique é igual a bertalha. Você pode passar um tempão sem mexer, ele vai brotar. Moçambique, se você deixar em uma baixada, que você plantou 4 ou 5 anos que você parou de plantar, você vai lá, roça, queima, manda arar e gradear, ele vem sozinho! Ele aparece e brota sozinho. É gostoso! Só que é meio amarelado. É o melhor arroz que tem aí. (João)*

Raniere (2018) mostra que 60% da nossa alimentação vêm de três espécies de plantas: trigo, arroz e milho. João já plantou muito arroz, quando trabalhava em uma fazenda de Simão Pereira, e, no excerto acima, traz duas variedades de arroz, e compara uma delas com uma PANC. Estima-se que existem, no mundo, mais de 2.000 variedades de arroz e, aqui no Brasil, o arroz é considerado um dos pilares da alimentação. Cerca de 80% de todo o arroz cultivado no mundo, inclusive no Brasil, vêm de uma raça, *Oryza sativa indica* (AGRODADOS; PLANETA ARROZ), à qual pertence o arroz agulhinha que João traz no excerto. Ao comparar o arroz Moçambique a uma PANC, João confirma a resiliência de espécies de plantas não convencionais, a independência no que tange à aquisição de sementes, o fácil manejo, o paladar e a qualidade. E condiciona a não convencionalidade dessa variedade a uma questão de estética, uma vez *que é meio amarelado*, e, no Brasil, estamos convencioneados a consumir um arroz agulhinha branco, que passou por diversas etapas químicas de beneficiamento para atingir essa estética. O mesmo acontece com as PANC, uma vez que só são PANC porque nossa biodiversidade é negligenciada em detrimento de um mercado global. Essas plantas são mais resilientes, muitas são espontâneas, são saborosas, possuem mais qualidade nutricional, mas o sistema agroalimentar silencia nossa cultura alimentar a fim de homogeneizar nossa prática de comer e plantar.

Pensar cultura é pensar saberes, oralidade e construção de saberes através de gerações. Cidinha, como mãe e avó, responsável pela SAN de sua família, contou como alimentava suas filhas e filhos em uma época de insegurança alimentar. Marli já conta como aprendeu a comer bertalha.

*Eu fazia pros meus fios, angu e cariru junto (Cidinha)*

*Daquela outra! [bertalha coração]. Minha mãe fazia omelete, fazia refogada. E a gente comia. **Aí eu aprendi que sou apaixonada nisso**, fazer uma omelete com uma pimentinha, huuuummm (Marli)*

Nos dois excertos, o papel da mulher e mãe na disseminação do conhecimento das PANC é notório, e o conceito de soberania alimentar reconhece o protagonismo da mulher. O fazer comida para as filhas e filhos requer conhecimento e confiança na qualidade do alimento que está sendo oferecido. Marli, através da prática da mãe, além de aprender a comer a bertalha, de uma variedade diferente da que tem no seu quintal, descobriu *que é apaixonada* por essa planta, o que a levou a provar a malabar e a ter em seu quintal. Raniere (2021) traz a perspectiva dos quintais enquanto patrimônio cultural e chama a atenção para o fato de que o uso das PANC faz parte de um conhecimento

tradicional que está em vias de desaparecimento em detrimento da produção industrial do sistema agroalimentar hegemônico. E Cidinha e Marli demonstram isso, ao se referirem ao consumo da bertalha ou do cariru/caruru apenas na esfera familiar, uma vez que essas plantas não fazem parte do rol das plantas convencionais do mercado globalizado.

Esse conhecimento tradicional negligenciado também aparece na fala de João e do Tiófilo. Quando questionei João do porquê não encontramos serralha nos mercados, ele me responde:

*É, porque geralmente quando o pessoal vai cuidar da horta, vai capinar, as mudinhas tão pequenininha, vão pensando que é mato e vão jogando fora. Eu como já conheço elas, as serralhas, vou limpando e vou deixando elas tudinho. (João)*

No caso de Tiófilo, estávamos conversando sobre a taioba mansa (*Xanthosoma taioba*) e a couve chinesa (*Colocasia gigantea*), duas plantas nativas, de fácil manejo e que não encontramos nos mercados, e ele me responde: “Muita gente **não conhece mais, mas dá pra comer, dá pra experimentar (Tiófilo)**”.

Os dois falam sobre o conhecimento, ou a falta dele acerca das PANC, e, por isso se tornam não convencionais, trazendo uma perspectiva do individualismo e não do poder ideológico do mercado globalizado. João entende que a serralha é espontânea nas lavouras, quintais e hortas e justifica, através da coesão *porque*, a falta de conhecimento que leva a categorizar as serralhas, não como alimento, mas sim como *mato* e com isso *vão jogando tudo fora*. Ele não o faz porque ainda possui o conhecimento tradicional dessas plantas e valoriza esse conhecimento. Tiófilo, muito gentilmente, observa a falta de conhecimento e, através da coesão *mas*, lembra que o consumo dessas plantas depende de uma atitude individual: tanto a taioba quanto a couve chinesa podem ser comercializadas de forma convencional.

Se os quintais são lugares praticados que colaboram para assegurar o DHAA, a partir do momento em que há disponibilidade de comida de verdade, as PANC podem contribuir no percurso rumo à soberania alimentar, uma vez que contemplam os requisitos de estratégias sustentáveis: direito à alimentação, à diversidade e à cultura. No capítulo a seguir, sistematizo as análises e teço as educabilidades a partir da Educação Ambiental crítica, em constante diálogo com a Ecologia Política. Nesse movimento, busco a resposta para minha pergunta, enquanto faço minhas considerações finais acerca da minha pesquisa.

## 7. CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DOS QUINTAIS COM PANC

*A educação não está para a salvação de nada e de ninguém, mas para a garantia da vivacidade das existências e suas inscrições no tempo.*

*Luiz Rufino (2021, p. 16)*

Assim como a ACD analisa o discurso, com o intuito de descortinar o poder e a ideologia para fins de uma mudança social (FAIRCLOUGH, 2001/2008), a Ecologia Política fará essa crítica nos fundamentos ontológicos e metafísicos da epistemologia moderna, de onde emergem conflitos socioambientais, na medida em que explora as relações de poder que colaboram, direta e/ou indiretamente, para a crise civilizatória (LEFF, 2006; 2003) na qual estamos imersos, “especialmente pela perspectiva marxista e decolonial e dentro do pensamento ambiental latino-americano” (LAYRARGUES, 2022, p. 67). A ACD não é neutra, nem a EA crítica, uma vez que objetiva a transformação, a emancipação e a liberdade daqueles que sofrem injustiças ambientais. Mas não só: inclui nessa perspectiva a liberdade de seres vivos não-humanos.

Durante o meu percurso de pesquisa, compreendi que nem toda injustiça ambiental deflagra um conflito, uma vez que a alienação pode estar operando em um determinado território, onde, dialeticamente, o ser humano pode estar alienado da natureza, de si mesmo, do seu ser genérico ou, até mesmo, do próprio ser humano. Parto, agora, para identificar as educabilidades que emergem, e que colaboraram com a Educação Ambiental com uma perspectiva crítica. Para tanto, mergulhei nos estudos para entender que Educação é essa na qual me apoio e que deságua na Educação Ambiental crítica em diálogo com a Ecologia Política. Como esta pesquisa se desenvolve em um lugar praticado do cotidiano, os Quintais com PANC, que são redes de relacionamento entre seres humanos e não-humanos (ALMADA; SOUZA, 2017), recorro à perspectiva de Brandão (1981), segundo a qual a educação não existe apenas nas escolas, mas onde há redes e estruturas sociais de transferência de saber, nas suas mais variadas dimensões pedagógicas, esparramadas no cotidiano. E lembro de Rufino que, de forma cirúrgica e poética, mostra que a educação é

o radical vivo que monta, arrebatada e alumbrada os seres e as coisas do mundo [...] repertório de práticas miúdas, cotidianas e contínuas, que serpenteiam no imprevisível e roçam as possibilidades para plantar esperanças, amor e liberdade” (2021, p. 5).

Como a motivação pessoal desta pesquisa é uma mudança paradigmática que encaminhe a soberania alimentar a partir da educação, comungo da afirmação de Paulo Freire (2019) que a educação é um ato político. Sendo assim, os Quintais com PANC assumem um papel de encruzilhada, onde, conforme Rufino (2019), são expostas as contradições do mundo ruído pelo colonialismo do poder, ser, saber e cosmogênico, que emerge como potência que nos possibilita transgredir as fronteiras impostas pela modernidade, como um ato de libertação. Para tanto, a Educação Ambiental crítica, que se diz libertadora e emancipadora, dentro desse contexto

pode ser definida como um conjunto de processos sociais de formação humana – portanto, não somente escolares – que questionam as relações sociedade-natureza vigentes, entendidas por um largo leque de grupos e classes sociais como destrutivas da vida, e buscam outras formas de ser e existir no mundo: novas condutas, hábitos, comportamentos, atitudes, valores morais etc. uma intencionalidade tão ampla traz diferentes perspectivas acerca do fazer educativo e possibilita um campo diverso, composto por leituras de mundo que dialogam ou até mesmo antagonizam (LOUREIRO, 2022, p. 46).

A Educação Ambiental (EA) Crítica surge como uma educação para a liberdade na perspectiva freireana, tendo como situação-limite a questão ambiental, ou seja, o colapso ambiental. Layrargues (2020<sup>a</sup>) aponta que, para enfrentarmos essa situação-limite, a EA, por ser uma área social do conhecimento, deve desvelar a problematização pedagógica entre as interações humanas e o meio ambiente; melhor dizendo, deve-se fazer uma leitura ecológica dessa relação, assim como proporcionar uma ampla compreensão da origem do colapso ambiental, conseqüentemente, mudanças ecossistêmicas, sociais e das pandemias. Para o autor, a EA deve formar sujeitos ecológicos capazes de se expressar para além da esfera doméstica e do círculo de consumo, que compreendem os sistemas ecológicos, sociais, bem como as relações de poder e suas conseqüências. Esses sujeitos, além de trazerem “a indignação no lugar da indiferença” (LAYRARGUES, 2020<sup>a</sup>, p. 26), são capazes de realizar uma análise crítico-humanizadora das relações entre humanidade e natureza, chegando a uma compreensão agroecológica.

A EA crítica assume um papel importante na compreensão dos paradoxos da questão alimentar, na medida em que possibilita dar visibilidade aos atores sociais injustiçados e contribui para a articulação de lutas em defesa de seus territórios. Invisibilidade que, muitas vezes, é ocasionada por uma ótica conservacionista ou pragmática<sup>21</sup> dos problemas ambientais. A partir da justiça ambiental aliada à EA crítica,

---

<sup>21</sup> Esta ótica é proveniente de uma Educação Ambiental conservadora que, para Layrargues (2020), serve ao capital, sendo instrumental do sistema hegemônico que nos levou a ultrapassar uma situação limite

é possível problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade experimentadas local e globalmente (COSENZA; MARTINS, 2012).

A justiça ambiental, quando situada na pesquisa e na prática social educativa da EA crítica em diálogo com a Ecologia Política, favorece a construção de novos caminhos para compreender educabilidades em espaços não-formais e informais. A Ecologia Política possibilita outros olhares para a questão ambiental, que potencializam a transformação societária, uma vez que propõe uma nova racionalidade socioambiental que se opõe à racionalidade moderno-colonizadora, a qual nega os direitos humanos e da natureza, causando injustiças (SILVA; SILVA; COSENZA; MILANÉS, 2021). O diálogo que a EA trava com a Ecologia Política tem a pretensão de “construir processos educativos a partir de uma lógica que se opõe à lógica do sistema capitalista e, assim, contribuir para o processo de transformação do que é injusto” (SILVA; SILVA; COSENZA; MILANÉS, 2021, p. 22), anunciando epistemologias e pedagogias insurgentes que emergem das práticas sociais dos sujeitos em situação de violação de direitos humanos, como o caso do DHAA.

O problema social e ambiental é o modo como as cidades invisibilizam e destroem quintais e assim os saberes que com eles se constroem. Problema esse que reforça a negação da DHAA e a soberania alimentar. O sistema agroalimentar hegemônico, tem provocado a exclusão e substituição de alimentos culturalmente utilizados e básicos para a população, não assegura o DHHA, conseqüentemente afeta a SSAN (MUSSOI; SIROTA; ANJOS; SILVA, 2015), e conforme visto no subcapítulo 3.1, tem como conseqüências nefastas: o ecogenocídio<sup>22</sup>, a sindemia global, contaminação de ecossistemas e de seres vivos por plástico, e novas possibilidades de vivermos outras pandemias como a da COVID-19. Das inúmeras denúncias deste sistema, algumas surgiram nas análises, quando: 1) os sujeitos relatam que há um desinteresse das gerações atuais pelas práticas dos quintais; 2) o desconhecimento do potencial alimentício de determinadas plantas comestíveis; 3) a CEASA enquanto instituição reguladora da disponibilidade das espécies a serem plantadas, assim como, quais plantas devem ser valorizadas e valoradas contribuindo para a homogeneização da prática de comer e

---

ambiental, nos levando ao processo do colapso ambiental. É uma educação que segue o curso da sua lógica a partir de uma fórmula capitalista de sustentabilidade.

<sup>22</sup> Ecogenocídio é um neologismo proposto por Quinõnez (2018), tendo a finalidade de integrar ecocídio, genocídio e etnocídio, para compreender, de forma holística, os fenômenos de destruição, violação e extinção dos direitos humanos e da natureza, que, muitas vezes, são entendidos de forma separada pelos discursos governamentais e pelas ciências humanas e sociais.

plantar; 4) a incorporação pelas mídias hegemônica dos saberes tradicionais introduzindo produtos do próprio sistema agroalimentar hegemônico; 5) a incorporação de técnicas do agronegócio quando o plantio ocupa áreas maiores que o quintal; e, mais aguda 6) a alienação provocada pelo sistema agroalimentar hegemônico: mesmo que suas técnicas e produtos sejam avaliados de forma negativa pelos sujeitos, mas cria “a perda do entendimento da totalidade social (LOUREIRO, 2020, p. 138)

Partindo dessas denúncias, os quintais com PANC se colocam como um lugar praticado fértil, onde educabilidades que desvelam o poder do sistema agroalimentar hegemônico emergem, para que, a partir da Ecologia Política, a EA crítica possa romper com o reducionismo da EA que foca na saúde e na nutrição, trazendo à tona injustiças ambientais ocultas e/ou veladas pela racionalidade econômica do sistema atual. Dessa forma, me inspirando em Layrargues (2021), os quintais com PANC podem ser *tema-gerador* capaz de apontar a disputa de poder, e não uma *atividade-fim* de lazer e/ou complementar da alimentação de um núcleo familiar, onde germinam sementes político-pedagógicas dos conteúdos sociocríticos, conteúdos estes que trilham um caminho para superar a alienação provocada pelo poder ideológico do sistema, com a finalidade de construir alicerces para a soberania alimentar, sabendo que a

Soberania Alimentar, para além de garantir o direito a uma alimentação adequada de qualidade e nutritiva, pressupõe a garantia da possibilidade de os povos escolherem o que vão comer, proporcionando as condições estruturais e tecnológicas para que a produção desses alimentos seja realizada. Uma nação precisa dominar seus processos produtivos para que sua soberania territorial e popular também seja garantida (DIOGO; COSENZA, 2021 p. 108).

A perspectiva dos quintais com PANC enquanto encruzilhadas, segundo Rufino, “expõe as contradições desse mundo cindido, dos seres partidos, da escassez e do desencantamento. As possibilidades nascem dos *cruzos*<sup>23</sup> e da diversidade como poética/política na emergência de novos seres e na luta pelo reencantamento do mundo” (*grifo do autor*, 2019, p. 6). As denúncias vividas no cotidiano da prática de plantar e comer a partir dos quintais com PANC são a materialidade da globalização perversa, que permite à EA crítica “explicar algo tendo por fundamento o que lhe é próprio, suas determinações, os modos de existir em/de uma sociedade e suas relações” (LOUREIRO, 2020, p. 134-135), iniciando a tecitura que encaminha ao pensamento crítico, onde se confronta teoria e experiências do real vivido, visões particulares de mundo e o real, que

---

<sup>23</sup> Para Rufino (2019), *cruzos* são as múltiplas formas de saber em um determinado modelo epistemológico.

dá o movimento de um novo conhecimento, e não apenas naturalizar o que é histórico (LOUREIRO, 2020). Portanto, através dessas denúncias e das educabilidades produzidas por elas, a EA crítica, em diálogo com a Ecologia Política, pode inaugurar metodologias e práticas criativas que aproximem teoria e política para o arcabouço da questão alimentar que nos leva ao colapso ambiental e nos nega, não apenas o DHAA, mas também nossa soberania alimentar.

A minha pesquisa se apoiou na Agroecologia enquanto projeto de sociedade contra-hegemônico. A Agroecologia, enquanto ciência, práxis e movimento, pauta a construção de ecossistemas equilibrados, atentos à dignidade do outro, seja este um ser vivo humano ou não-humano, fundando relações éticas e propiciando condições de existência da biodiversidade. Ela pretende viabilizar a construção de uma nova ontologia, nova epistemologia e uma nova práxis na contramão do capitalismo globalizado e neoliberal. A agroecologia e a EA crítica se complementam e caminham juntas. Para Ferreira, Durán, Souza, Santos e Witt (2016), enquanto uma dá suporte na transição para agroecossistemas sustentáveis, a outra possibilita a construção de uma nova relação entre a humanidade e a natureza. Ambas buscam uma transformação no *modus operandi* hegemônico, valorizando os saberes e apreendendo a complexidade das relações.

As análises trouxeram muitos anúncios, que surgem como fios condutores para a construção de modos de ser/estar no mundo de forma agroecológica, assim como a materialidade agroecológica do plantar nos quintais com PANC. No que diz respeito aos modos de ser/estar no mundo, elenco que os sujeitos parecem mobilizar: 1) a construção de uma identidade que se coloca como resistência diante de um sistema agroalimentar que incentiva um carácter consumista, se posicionando de forma contrária à Sociedade de Consumo conduzida pelo Antropoceno (LAYRARGUES, 2021); 2) uma ética ambiental que encaminha a racionalidade ambiental, colaborando para uma condição constitutiva ecológico-existencial a partir das perspectivas terrexistência e multiespécies, proposta, respectivamente, por Rufino, Camargo e Sánchez (2020) e Almada e Venâncio (2021); 3) a prática dos quintais como atentividade à convivência multiespécie e em sentido oposto ao dualismo cartesiano moderno (ALMADA; VENÂNCIO, 2021); e 4) a solidariedade através de uma relação ética entre os seres humanos, que se torna importante para a identificação do Outro e da relação de outridade que, para Leff (2006), são parte constituintes do diálogo de saberes.

Esses anúncios podem proporcionar o (re)encantamento do mundo, uma vez que possibilitam repensar o metabolismo sociedade-natureza, conforme pressupostos agroecológicos, propondo educabilidades que, a partir do diálogo dos saberes, contribuem para potencializar as intencionalidades do fazer educativo da EA crítica, tanto no que tange a problematizar os modos operacionalizados pelo poder capitalista global e neoliberal, quanto de propor outras formas de ser e existir no mundo. Outros anúncios emergiram, principalmente direcionados à materialidade da prática que se coloca tanto de forma antagônica aos meios e modos do agronegócio, como que direcionam à soberania alimentar.

A partir do momento em que os sujeitos praticam, nos quintais, uma agricultura avessa às técnicas do agronegócio, eles reconhecem a qualidade do alimento por eles produzido, alimento este que assegura o DHAA e, conseqüentemente, garante a SAN. Os quintais despertam a memória, principalmente uma memória ligada à soberania alimentar. São biodiversos, o que proporciona um ecossistema equilibrado e saudável. São locais de experimentação.

As PANC ditas tradicionais não ocupam os espaços dos mercados, mas sim dos quintais; outras PANC não tradicionais também ocupam os quintais, mas falta conhecimento para que tenham uso real. Os saberes acerca das PANC são saberes ancestrais, em via de extinção. As PANC são essenciais para se pensar a soberania alimentar, podendo ser consideradas um alimento agropolítico que, para Layrargues (2021), é aquele que cumpre uma função para além de nutrir, no sentido biológico: é capaz de denunciar e anunciar as injustiças ambientais causadas pelo sistema agroalimentar hegemônico. E, sendo assim, os quintais com PANC se apresentam enquanto fissuras, arapucas, bricolagem, que usam a EA crítica como tática de transgressão da situação de opressão e de práticas antiecológicas que nos encaminharam ao colapso ambiental. A prática dos quintais com PANC conduz a EA crítica à decolonialidade. Chico Mendes já dizia: “Ecologia sem luta de classe é jardinagem”. A partir desta pesquisa, eu reformularia essa frase para: Ecologia sem luta de classe, e sem uma perspectiva decolonial, é jardinagem.

A utilização de referenciais teóricos-metodológicos da ACD permitiu identificar e compreender meios e modos de ser/estar/fazer hegemônicos, contra-hegemônicos e não-hegemônicos, que emergiram das entrevistas possíveis de produzir educabilidades para alcançar meu objetivo e responder à minha pergunta. Sendo assim, os quintais com

PANC podem se configurar como lugares praticados de produção de conhecimentos que contribuem para uma Educação Ambiental adjetivada como crítica que se propõe a desvelar as consequências nefastas das cadeias produtivas globais do mercado internacional. A EA em diálogo com a Ecologia Política apresenta pedagogias outras, insurgentes, decoloniais, e práticas educativas que propõem novas formas de (re)existir, resistir e (re)viver, e que não se encerram em apenas valorizar a natureza através de um abraço na única árvore da praça da cidade, de consumir um hambúrguer à base de vegetais provenientes das monoculturas do agronegócio, ou, até mesmo, trocar um canudinho de papel por um de alumínio: duas *commodities* que colaboram com o ecoetnogenocídio e com o colapso ambiental.

Mesmo que imersos no colapso ambiental e oprimidos por um poder capitalista colonial e globalizado, com agendas políticas neoliberais que nos levam ao ecoetnogenocídio, se faz imperativo identificar formas que se apresentam como arapucas/frestas/fissuras, que possam auxiliar na quebra desse paradigma de uma racionalidade econômica e que nos encaminhem para a libertação dos seres vivos humanos e não-humanos oprimidos, que emancipem nações e povos subjugados a esse poder, tendo como objetivo viver a dignidade. Estamos cansadas/os de sobreviver, resistir, (re)existir e (re)viver; queremos uma sociedade em que se possa VIVER.

Se Ecologia Política nos convida a aspirar a essa mudança, uma vez que é uma episteme que vai no cerne das relações de poder que produzem assimetrias, tendo consequências como conflitos ambientais que colaboram com o colapso ambiental, ela também nos dá bases para encontrar meios de superação. A Educação Ambiental crítica se apresenta como uma Educação que, a partir de inúmeras pedagogias emancipatórias, libertadoras e insurgentes, pode contribuir para construir esse caminho rumo à revolução paradigmática.

Se um dos principais agentes que nos levaram ao colapso ambiental e à manutenção da condição de oprimidos no mundo é o sistema agroalimentar hegemônico, a Agroecologia, por ter o alimento como matriz, se apresenta como um projeto societário contra-hegemônico que nos indica um meio de superar as mazelas que nos são impostas. Por ser um movimento social, ciência e práxis, baseado em uma ética ambiental, nos dá meios ontológicos e epistemológicos para trilharmos um possível caminho rumo à emancipação, à libertação e à soberania.

A microesfera que surge nesta pesquisa, como um lugar informal possível de produzir educabilidades para fins de colaborar com essa quebra de paradigma, é os Quintais com PANC. As educabilidades perseguidas foram aquelas que pudessem auxiliar na formação de um sujeito ecopolítico, um sujeito apto a compreender as assimetrias produzidas pela ideologia e disposto a lutar pela transformação societária. Um sujeito capaz de perpetuar os quintais com PANC como espaço de produção de comida de verdade em cidades cada vez mais engolidas pelo capitalismo urbano industrial, globalizado e com agendas neoliberais. A importância desse sujeito está, também, no fato de ser um sujeito crítico e, assim, incapaz de achar que basta abraçar a única árvore da praça para que nossas florestas se mantenham em pé; incapaz de achar que basta colocar o lacre da tampa da garrafa PET de água, dentro da garrafa e tampar, para que todos os problemas causados no oceanos acabem de uma hora para outra, ou até mesmo, que, trocar o hambúrguer de carne por um hambúrguer vegetal, proveniente do agronegócio, adquirido pelo *I-FOOD*, irá desintegrar as questões ambientais causadas pelo sistema agroalimentar hegemônico.

Os sujeitos desta pesquisa podem não compreender as dimensões ou os termos que regem a política contemporânea, podem não ser uma Greta Thunberg, mas, a partir das práticas cotidianas, constroem novos sentidos de resistência e (re)existência ao *status quo* opressor. Anunciam maneiras outras de se posicionarem de forma contra-hegemônica, mesmo sem caráter conflitivo, de militância ou ativista, mas constroem o caminho para se alcançar o sujeito ecopolítico conceituado por Layrargues 2020). A partir dos modos de ser/estar no mundo desses sujeitos, que produzem formas possíveis de soberania alimentar, talvez se possa alargar a compreensão desse sujeito ecopolítico, anunciando outros meios de se posicionar, politicamente, contra as opressões e injustiças vividas.

Através das memórias e do cotidiano dos sujeitos, as PANC demonstraram ser plantas comestíveis indispensáveis para se pensar modos sustentáveis rumo à soberania alimentar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACT. **Mortes atribuíveis ao consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil.** São Paulo, 2021. Disponível em: <https://actbr.org.br/> . Acesso em: 01 jul. 2023.

AGRODADOS; PLANETA ARROZ. **Tipos de arroz mais consumidos no Brasil.** Disponível em: <http://planetaarroz.com.br/guia-agrodados-planeta-arroz-tipos-de-arroz-no-brasil/> . Acesso em: 31 maio 2023.

ALIER, Joan M. **O ecologismo dos pobres.** São Paulo: Editora Contexto.2007.

ALMADA, Emmanuel D.; SOUZA, Mariana O. (org.). **Quintais: memória, resistência e patrimônio biocultural.** Belo Horizonte: UEMG, 2017.

ALMADA, Emmanuel D.; SOUZA, Mariana O. Quintais como Patrimônio Biocultural. In:

ALMADA, Emmanuel D.; SOUZA, Mariana O. (org.). **Quintais: memória, resistência e patrimônio biocultural.** Belo Horizonte: UEMG, 2017a. p. 15-29.

ALMADA, Emmanuel D.; VENÂNCIO, Bruno. **Pode a natureza falar?** perspectivas para uma educação ambiental multiespécies. Revista Interdisciplinar SULEAR, ano 04, número 9 – abr. 2021.

AMOROZO, Maria Christina de Mello. Sistemas agrícolas tradicionais e a conservação de agrobiodiversidade (Texto resumido e modificado de Amorozo, M.C.M. Agricultura Tradicional, Espaços de resistência e o prazer de plantar). In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino *et al.* **Atualidade em Etnobiologia e Etnoecologia.** Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002, p. 123-131. Disponível em: <http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/MariaA.pdf> Acesso em 9 mar. 2022.

ARNAIZ, Mabel Garcia. Em direção a uma nova ordem alimentar? In: CANESQUI, Ana Maria; DIEZ, Rosa Wanda (orgs.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2005

AZEVEDO, Elaine. **Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos.** **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, nº 44, jan./abr., p. 276-307, 2017.

BATISTA JR., José R., L.; SATO, Denise T.; B.; MELO Iran F. de. **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas.** São Paulo: Parábola, 2018.

BESSA, Décio; SATO, Denise T. B. Categorias de análise. In: BATISTA JR. José; SATO, Denise T. B.; MELO, Ian F. de. (orgs.) **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas.** São Paulo: Parábola, 2018.

BONDÍA, Jorge L. Notas sobre experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3178432&forceview=1> Acesso em: 04 jun. 2023.

BOMBARDI, Larissa M. **Geografia do Uso de Agrotóxico no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2017.

BONDUKI, Manuel R.P.C. **Entre chicotes e cenouras orgânicas: cooperação, coerção e coordenação na implementação das compras da agricultura familiar para o PNAE**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

BÖLL, Heinrich. **Atlas do Plástico: fatos e números sobre o mundo dos polímeros sintéticos**, Brasil, 2020.

BRAGA, Vivian. **Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. Saúde Ver**, Piracicaba, v.6, nº12, p. 37- 44, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.356 de 15 set. 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.346&text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015%20DE%20SETEMBRO%20DE%202006.&text=Cria%20o%20Sistema%20Nacional%20de,adequada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.346&text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015%20DE%20SETEMBRO%20DE%202006.&text=Cria%20o%20Sistema%20Nacional%20de,adequada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art). Acesso em: 30 dez. 2020.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEM, Sari K. **Investigação Qualitativa na Educação**. Portugal: Porto, 1994.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. *In*: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relumo Dumará: Fundação Ford, 2004.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL –

CAISAN. **Mapeamento dos desertos alimentares no Brasil**. Estudo técnico. Brasília, MDS/CAISAN, 2018. Disponível em:

[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/Estudo\\_tecnico\\_mapeamento\\_desertos\\_alimentares.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/Estudo_tecnico_mapeamento_desertos_alimentares.pdf). Acesso em: 13 nov. 2021.

CALDART, Roseli. **Agroecologia nas Escolas de Educação Básica: fortalecendo a resistência ativa!**. VIII Encontro Estadual de Educadoras e Educadores de Assentamentos de Reforma Agrária do MST RS. Nova Santa Rita, 30 e 31 de out. 2019. Disponível em: <https://www.biodiversidadla.org/Documentos/Agroecologia-nas-Escolas-de-Educacao-Basica-fortalecendo-a-resistencia-ativa> . Acesso em: 3 mar. 2021.

Brasil pode bater recorde novo recorde de grãos na safra 2021/22, estima Conab.

CANAL RURAL. 26 ago. 2021. Disponível em:

<https://www.canalrural.com.br/noticias/recorde-conab-safra-2021-2022/> . Acesso em: 23 set. 2021.

CARDOSO, Thiago M.; CAMPOS, Marilena A. de A. Quintais Pataxó: lugares de resistência. In: ALAMDA, Emmanuel D.; SOUZA, Mariana O. (org.). **Quintais: memória, resistência e patrimônio biocultural**. Belo Horizonte: UEMG, 2017. p. 77-91.

CARMO, Gabriela E.S.; GORJON, Melina G. “Pimenta nos olhos dos outros é refresco”: descolonizar, cozinhar e cuidar. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 19, nº 216, p. 37-47, mai./jun. 2019. Disponível em: <http://old.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/48005> . Acesso em: jan. 2021.

CARNEIRO, Aparecida S. **A construção do Outro Como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese de doutorado. Feusp. Programa de Pós-graduação em Educação, 2015.

CARVALHO, Isabel C. de M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, Philipp P. (coord.). **Identidade da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CASTRO, Heloisa C.; MACIEL, Maria E.; MACIEL, Rodrigo A. Comida, cultura e identidade: conexões a partir do campo da gastronomia. **Ágora**. Santa Cruz do Sul, v.18, nº 07, p. 18-27, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index> . Acesso em: 29 jan.2021.

CASTRO, Franciléia P. de. **Racismo e sistemas alimentares**. 2021. Disponível em: [https://fase.artedigital.rio/wp-content/uploads/2021/10/Racismo-e-Sistemas-alimentares-Fran-Paula-tema1.pdf?\\_ga=2.53095599.623770459.1634731727-2101400481.1634731727&\\_gl=1\\*8fk8cz\\*\\_ga\\*MjEwMTQwMDQ4MS4xNjM0NzMxNzI3\\*\\_ga\\_K4HJ6CL88L\\*MTYzNDczMTcyNi4xLjEuMTYzNDczMTc0NC4w](https://fase.artedigital.rio/wp-content/uploads/2021/10/Racismo-e-Sistemas-alimentares-Fran-Paula-tema1.pdf?_ga=2.53095599.623770459.1634731727-2101400481.1634731727&_gl=1*8fk8cz*_ga*MjEwMTQwMDQ4MS4xNjM0NzMxNzI3*_ga_K4HJ6CL88L*MTYzNDczMTcyNi4xLjEuMTYzNDczMTc0NC4w) . Acesso em: 20 de out. 2021.

CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO; NUPENS/USP. **Diálogo sobre Ultraprocessados: soluções para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis**, 2021. Disponível em: <http://catedrajc.fsp.usp.br/publicacoes/dialogo-sobre-ultraprocessados-solucoes-para-sistemas-alimentares-saudaveis-e-sustentaveis/> . Acesso em: 13 nov. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COCCIA, Emanuele. **A vida das plantas: uma metamorfose da mistura**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

COELHO, Luisa; PERES, João. **Como a Nestlé se apropriou das receitas brasileiras (ou como viramos o país do leite condensado)**. O JOIO E O TRIGO, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/04/como-a-nestle-se-apropriou-das-receitas-brasileiras-ou-de-como-viramos-o-pais-do-leite-condensado/> Acesso em: 5 jun. 2023

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Manifesto da 5 Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na**

**Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar.** Brasília, 2015. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2015/novembro/manifesto-a-sociedade-mostra-o-que-e-comida-de-verdade> Acesso em: 18 jul. 2019.

COPLE, Julia. Passar fome no Brasil é uma grande mentira' diz Bolsonaro. **O GLOBO**, 19 jul. 2019. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/passar-fome-no-brasil-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro-23818496>. Acesso em: 28 jul. 2019.

COSENZA, Angélica; MARTINS, Isabel. Os sentidos de “conflitos ambiental” na educação ambiental: uma análise dos periódicos de educação ambiental. **Ensino, Saúde e Ambiente** – V5(2), p. 234-245, ago. 2012.

COSENZA, Angélica R. **Justiça Ambiental e Conflito socioambiental na prática escolar.** 2014. Tese (Doutorado em Educação Ambiental em Ciência e Saúde) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. Disponível Em: <http://objdig.ufrj.br/55/teses/828697.pdf> Acesso em: 21 de out. 2014.

DELDUQUE, M.C. **O direito à Alimentação, a Segurança Alimentar e Nutricional e a Justiça Alimentar.** Disponível em: <https://projettoreaja.org/2016/08/03/o-direito-a-alimentacao-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-a-justica-alimentar/>. Acesso em: 10 de out. 2021.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** São Paulo: ARTMED, 2007.

DIOGO, Bruno; COSENZA, Angélica. Soberania Alimentar e Alimentação Saudável: desafios à Educação Ambiental. *In*: COSENZA, Angélica; SILVA, Camila N.; REIS, Emanuelle dos. (orgs.). **Agroecologia escolar: quando professores/as e agricultores/as se encontram.** Rio das Ostras, RJ: Nupem/UFRJ, 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **A dialética do discurso.** *Revista Teias*, v.11 nº 22, p. 225-234 maio/ago. 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Semiose, mediação e ideologia: uma visão dialética.** *Parágrafo*, v.4, nº 1, jan./jun., 2016.

FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición em el mundo: fomentando la resiliência climática em aras de la seguridad alimentaria y la nutrición.** Roma: FAO, 2018)

FERNANDES, Bernardo M. Regimes Alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares. **Revista Latino Americana de estudos rurales (ReLaER)**, v. 4(7), ene./jun., 2019.

FERRARI, Eugênio A.; SILVA, Nívia R.; SILVA, Márcio G. Conhecimento agroecológico. *In*: DIAS, Alexandre P. [et al.]. **Dicionário de agroecologia e educação.** São Paulo: Expressão Popular, 2021.

FERREIRA, Sabrina B. R. Ambiente ecológico e mundo vivido: aproximações possíveis entre fenomenologia de Merleau-Ponty e a Filosofia ecológica. **Revista Espaço Acadêmico** – n. 192 – maio, 2017.

FERREIRA, Aline Guterres; DURÁN, Carlos Ernesto Ayala; SOUZA, Dina Ferreira de; SANTOS, Francisco José Costa dos; WITT, Julia Rovená. Agroecologia e Educação Ambiental. In: SOGLIO, Fábio Dal; KUBO, Rumi Regina. (org.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 133-143.

FILHO, Galdino X. de P. Agroecologia e Recursos alimentares não convencionais: contribuições ao fortalecimento da soberania e segurança alimentar e nutricional. Campo – território. **Revista de Geografia Agrária**, v. 10, nº 20, p. 227-245, jul., 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FORUM BRASILEIRO DE ONGs. E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Tratado de Educação para a Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf> .Acesso em: 12 nov. 2021.

GLIESSMAN, Stephen, R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001.

GOMES, Tatiana E. **Racismo fundiário: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor**. 2019. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/4669-racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor> . Acesso em: 20 de out. 2021.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

HLPE. **La nutrición y los sistemas alimentarios**. Um informe del Grupo de alto nivel de expertos em seguridade alimentaria y nutrición del Comitê de Seguridad Alimentaria Mundial, Roma, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/informes/es/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

HLPE (FAO). **El Estado de la Seguridad Alimentar y la Nutricion em el Mundo: fomentando la resiliencia climática em aras de la seguridad alimentaria y la nutricion**. 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

THE LANCET; ALIMENTANDO IDEIAS. **Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas: relatório da Comissão The Lancet**. Jan, 2019Disponível em: [https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the\\_lancet-sumario\\_executivo-baixa.pdf](https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the_lancet-sumario_executivo-baixa.pdf) . Acesso em: 22 de set. 2021.

KASSIADOU, Anne. Educação Ambiental crítica e decolonial: reflexões a partir do pensamento decolonial latino-americano. In: KASSIADOU, Anne *et al.* **Educação Ambiental Desde El Sur**. Maceáe: Editora NUPEM, 2018.

KASSIADOU, Anne; SÁNCHEZ, Celso. Ecologia Política na Educação Ambiental e as potencialidades pedagógicas dos conflitos ambientais. **Revista Sergipana de Educação Ambiental/REVISEA**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 7, nº 2, 2019.

KINUPP, Valdely F. **Plantas alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS**, 2007. Tese (Doutorado em Fitoterapia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

KINUPP, Valdely F.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil**: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014.

JUNQUEIRA, Antonio, H.; PERLINE, Elaine A. Gosto, Ideologia e Consumo Alimentar: práticas e mudanças discursivas sobre plantas alimentícias não convencionais - PANC. **Caderno de Linguagem e Sociedade**, 20(2), p. 19-35, 2019. DOI: 10.26512/les.v20i2.21772

LAYRARGUES, Philippe P. Pandemias, Colapso Climático, Antiecológismo: educação ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revbea**, São Paulo, v. 15, nº 4, p. 1-30, 2020<sup>a</sup>.

LAYRARGUES, Philippe P. **Manifesto por uma educação indisciplinada**. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente**, Número Especial ESA 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/40204> . Acesso em: 4 dez. 2020.

LAYRARGUES, Philippe P. A Educação Ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, Carlos F.B; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo S. de. (orgs.). **O Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez editora, 2009.

LAYRARGUES, Philippe. Horta Escolar: o plantio da Educação Ambiental Crítica e a colheita de um alimento agropolítico. In: COSENZA, Angélica; SILVA, Camila N.; REIS, Emanuelle dos. (orgs.). **Agroecologia escolar**: quando professores/as e agricultores/as se encontram. Rio das Ostra, RJ: Nupem/UFRJ, 2021.

LAYRARGUES, Philippe, P. Ecologia Política da Sociedade de Consumo e a 'Produção destrutiva' no limiar do colapso ambiental. **Revista Trabalho Necessário**, v.20, n. 43, set-dez, 2023

LAYRARGUES, Philippe. Educação Ambiental crítica e formação ecopolítica. In: SALDI, Leticia [*et al.*]; MILANEZ, Felipe; TRUJILLU, Mina L. N.; ROCA-SERVAT (coord.), Denise. **Senti-pensasarmos Tierra**: educación ambiental y Ecología política em clave latinoamericana y del Caribe. n. 10, p. 65-73, 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

LEFF, Enrique. La ecología política em América Latina: um campo em construcción. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, nº ½, p. 17-40, jan./dez, 2003.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, nº 1, p. 36-61, jan./mar. 2002. Disponível em: [http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3\\_n1/revista\\_agroecologia\\_ano3\\_n1\\_um1\\_parte08\\_artigo.pdf](http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n1/revista_agroecologia_ano3_n1_um1_parte08_artigo.pdf). Acesso em: 1 fev. 2021.

LEGRAMANDI, Aline B.; GOMES, Manuel T. Insurgência e resistência no pensamento freireano: propostas para uma pedagogia decolonial e uma educação emancipatória. **Revista @mbienteeducação**. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 12, nº 1, p. 24-32 jan./abr. 2019.

LIBERALESSO, Andreia M. **O futuro da Alimentação está nas Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)?**, 2019. Dissertação (Mestrado em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAN) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

LIMA, Romilda de S.; NETO, José A. F.; FARIAS, Rita de C. P. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. **DEMETRA**, v. 10, nº3, p. 507-522, 2015.

LIMA, Aline; QUEIROZ, Ana L. Mulheres Invisíveis: refletindo sobre direito humano à alimentação, mulheres e agroecologia. In: **Mulheres e soberaniza alimentar: sementes de mundos possíveis**. – Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

LÓPEZ, Emiliano. Uma caixa de ferramenta para fechar nossas veias. In: LÓPEZ, E. (org.). **As veias do Sul continuam abertas**: debates sobre o imperialismo do nosso tempo. Expressão Popular, São Paulo, 2020.

LOUREIRO, Carlos F.; LAYRARGUES, Philippe P. Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônicas. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 nº 1, p.53-71, jan./abr., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a04v11n1.pdf> Acesso em: 1 fev.2021.

LOUREIRO, Carlos F.B. Educação Ambiental crítica e lutas antissistêmicas In: SALDI, Leticia [et al.]; MILANEZ, Felipe; TRUJILLU, Mina L. N.; ROCA-SERVAT (coord.), Denise. **Senti-pensarmos Tierra**: educación ambiental y Ecología política em clave latinoamericana y del Criebe. n. 10, p. 46-52, 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

LOUREIRO, Carlos F. B. Contribuições teórico-metodológicos para a educação ambiental com povos tradicionais. **Ensino, Saúde e Ambiente** – número especial, p. 133-146, jun. 2020.

LOUREIRO, Bárbara; ZARRET, Luiz. **A agroecologia já não é uma alternativa, é uma única possibilidade.** MST, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/05/artigo-agroecologia-ja-nao-e-uma-alternativa-e-a-unica-possibilidade> Acesso: 04 jun. 2023

LOURENÇO, Daniel B. **Qual o Valor da Natureza?** Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019.

MACHADO, Renato L.A. **Direito Humano à Alimentação Adequada.** CONSEA. 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos/direito-humano-a-alimentacao-adequada> . Acesso em: 29 jan. 2021.

MACHADO, Luiz C. P.; MACHADO FILHO, Luiz C.P. **A dialética da Agroecologia:** contribuições para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MAGALHÃES, Isabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica:** um método de pesquisa qualitativa. [online] Brasília, UnB, 2017.

MARQUES, Gabriel L. O processo de popularização e preservação das PANC na contemporaneidade e sua importância histórica e cultural. **Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade.** vol. 8, n. 1, mar. São Paulo: Centro Universitário Senac, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia Alimentar para a População Brasileira.** Brasília, 2014. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf). Acesso em: 2 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Brasileiros atingem maior índice de obesidade nos últimos treze anos.** 25 julho 2019. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45612-brasileiros-atingem-maior-indice-de-obesidade-nos-ultimos-treze-anos>. Acesso em: 31 jul. 2019.

MORIN, Edgar. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, Dora F. (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996<sup>a</sup>.

MORIN, Edgar. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, G. de; CARVALHO E. de A; ALMEIDA, M. da C. de (org.). **Ensaio de Complexidade.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

MUGNATTO, Sílvia. Debatedores expõem impactos da privatização da Ceasa de Minas Gerais: sindicalista denuncia subavaliação da empresa e alerta para aumento nos custos dos alimentos comercializados. **Câmara dos Deputados.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/873548-debatedores-expoem-impactos-da-privatizacao-da-ceasa-de-minas-gerais/> Acesso em: 01 jul 2023.

MUSSOI, Milena R.; SIROTA, Verdine G. R., ANJOS, Mônica de C. R. dos; SILVA, Adriella C. G. F da S. F. Agroindústrias Familiares: resgate de saberes e práticas na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional. **III Jornada questão agrária e desenvolvimento. Sujeitos na Soberania Alimentar**, 2015.

NETO, Caio P. R. **Formação Política do Agronegócio**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2018.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Pacote da Destruição: o que dizem os projetos de lei em pauta**. 2022 <https://www.oc.eco.br/pacote-da-destruicao-o-que-dizem-os-precipais-pls/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

OLIVEIRA, Amurabi. Educação e pensamento social brasileiro: alguns apontamentos a partir de Florestan Fernandes e Gilberto Freyre. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 1, p. 15-44, 2014.

OLIVEIRA, Anelize R. de. **Comida e aspectos simbólicos na perspectiva de políticas públicas para o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. Segurança Alimentar Nutricional**, Campinas, v. 27, p. 1-10, 2020.

PENA-VEJA, Alfredo. **O Despertar Ecológico: Edgar-Morin e a ecologia complexa**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PENELUC, Magno da C.; MORADILLO, Edilson F. de. **Educação, ideologia e Alienação. Movimento-Revista**, Niterói, ano 7, n. 12, p. 297-323, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/mov.v7i12.40583>

PENSSAN, Rede. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Vigisan: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

PETERS, Manfred. Aspectos semânticos e pragmáticos da pedagogia de Paulo Freire. In: FREIRE, Ana M. A. (org.). **Pedagogia da Libertação em Paulo Freire**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PEREZ-CASSARINO, J. BOSA, J. A.; SIMÕES-RAMOS, G. A. Impérios Alimentares. In: DIAS, AL. P; *et al.* **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PINILLA, Nara N.; OLIVEIRA, Maria do S. L. A percepção sobre os quintais rurais por mulheres agricultoras do Sertão do Pajeú – PE. **Caderno de Ciências Sociais da UFRPE**. Ano VIII, v. II, nº 15, jul./dez., 2019.

POMPEIA, Caio. **Formação Política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante & O Joio e O Trigo, 2021.

POMPEIA, Caio; SCHNEIDER, Sergio. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, vol. 57, edição especial -

Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas, p. 175-198, jun. 2021. DOI: 10.5380/dma.v56i0.77248

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf) . Acesso em: jan.2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, São Paulo, nº 37, p. 4-28, 2002.

QUIÑONEZ, Santiago Arboleda. Defensa ambiental, derechos humanos y ecogenoetnocidio afrocolombiano. *Pesquisa em Educação Ambiental*, vol.13, n.1 – pg 10-27, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol13.n1.p10-27> Acesso em: 01 dez.2022

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de M. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de M. **Análise de discurso (para a) a crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RANIERE, Guilherme. **Levantamento Etnobotânico das Plantas Alimentícias nos municípios de Areias e São José do Barreiro – SP: um patrimônio nos quintais urbanos**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

RANIERE, Guilherme. **Matos de Comer: identificação de plantas comestíveis**. Ed do Autor, 2021.

REIS, Diego dos S. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e75102, 2020.

RESENDE, Viviane de M; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RESENDE, Viviane, de M. **Análise de Discurso Crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada**. In: RESENDE, Viviane, de M.; REGIS, Jaqueline, F, da S (orgs.). *Outras Perspectivas em Análise de Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2017.

RESENDE, Viviane de M. Perspectivas Latino-Americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, Viviane de M. (org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019.

ROSSET, Peter M.; BARBOSA, Lia P. **Territorialização da Agroecologia na Via Campesina**. *Boletim EcoEco*. nº39, jan./dez., 2018. Publicado em jul. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334259970> . Acesso em: 15 nov. 2021.

ROUSSEFF, Dilma. **O golpe de 2016: a porta para o desastre**, por Dilma Rousseff. **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/2019/04/17/o-golpe-de-2016-a-porta-para-o-desastre-por-dilma-rousseff>

RUFINO, Luiz; CAMARGO, Daniel R.; SÁNCHEZ, Celso. Educação Ambiental desde El Sur: a perspectiva da Terexistência como política a poética descolonial. **Revista Sergipana de Educação Ambiental. REVISEA**, São Cristóvão, v.7, nº especial, 2020.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: MV Serviços e Editora, 2019

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda: educação e descolonização**. Rio de Janeiro: Mordula, 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: MENESES, M. P. Meneses; *et al.* **Epistemologia do sul: Antologia Essencial**. Vol. 1: Para um pensamento alternativo de alternativas/ Boaventura de Sousa Santos: Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. As ecologias dos saberes. In: MENESES, M.P.; *et al.* **Epistemologia do sul: Antologia Essencial**. Vol. 1: Para um pensamento alternativo de alternativas/ Boaventura de Sousa Santos: compilado por Maria Paula Meneses...[*et.al*] Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018<sup>a</sup>.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução às Epistemologias do Sul. In: MENESES, M.P.; *et al.* **Epistemologia do sul: Antologia Essencial**. Vol. 1: Para um pensamento alternativo de alternativas/ Boaventura de Sousa Santos: compilado por Maria Paula Meneses...[*et al*] Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018b.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SAVARIN, Brillat. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHOTTZ, Vanessa. **Em defesa da alimentação adequada e saudável. Agriculturas**. v.11, nº4, dez. 2014.

SEIBERT, Iridiani G.; SAYEED, Azra T.; GEORGIEVA, Zdravka; GUERRA, Alberta. Sem feminismo não há Agroecologia. In: **Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição: o poder das mulheres na luta pela soberania alimentar**. Brot für die Welt / FIAN International, 2019.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2009.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Yan V. L. da; ALMADA, Emmanuel D.; OLIVEIRA, Marcelo L. R. de. Lembrar a roça, saber a cidade: trocas simbólicas nos quintais de Ibirité, Minas Gerais, Brasil. **Revista Geográfica Venezuelana**, v.60, nº 1, p. 226-240, enero/junio. 2019.

SILVA, Yan V., L da. Et al. Memórias e saberes nos quintais urbanos de Ibirité/MG. *In*: ALMADA, Emmanuel D.; SOUZA, Mariana O. (org.). **Quintais**: memória, resistência e patrimônio biocultural. Belo Horizonte: UEMG, 2017.

SILVA, Emelia J. de M. Sistemas alimentares, soberania alimentar e a vida das mulheres. Elementos para o debate. *In*: **Mulheres e soberania alimentar: sementes de mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o cone sul (PACS), 2019.

SILVA, Michele Alice da; SILVA, Camila Neves; COSENZA, Angélica; MILANÉS, Olga Alicia Gallardo. Quando a Educação Ambiental anuncia a Ecologia Política: o que dizem os anais do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental? **Revista em Educação Ambiental**, vol. 16, n. 2, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-58X.2021-15045>

STEFANUTTI, Paola; KLAUCK, Samuel; GREGORY, Valdir. Reflexões para uma abordagem alimentar: sociedade, cultura e fronteiras. **DEMETRA**, v. 13, nº 3, p. 519-533, 2018. DOI: 10.12957/DEMETRA. 2018.31183.

SOUSA, Nargila S. de; MARQUES, Renato M.; SOUSA, Rosângela, do S., N. Representações do agronegócio em propaganda publicitária na mídia: estratégias de inclusão e exclusão de atores sociais. *In*: SOUSA, R., do S., N. de; PACHECO, J., A., RIBEIRO, J., O., S. (orgs.). **Cidades e Identidades: memórias, linguagens e representações**. Abaetuba: Abaete, 2020.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TORRES, Juliana R.; FERRARI, Nadir; MAESTRELLI, Sylvia R. P. Educação Ambiental crítica-transformadora no contexto escolar: teoria e prática freireana. *In*: LOUREIRO, Carlo F.B.; TORRES, Juliana R. (org.). **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.

VIA CAMPESINA. **Brasil**: soberania alimentar deve ser debatida pelo conjunto da sociedade. 18 out. 2016. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/brasil-soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/> . Acesso em: 30 dez. 2020.

VIEIRA, Fabio Pessoa. **Uma abordagem fenomenológica na educação ambiental: percepções sobre sustentabilidade.** In.: XI encontro nacional da ANPEGE, 2015. Anais do XI ENANPEGE. Tocantinópolis, TO: ENANPEGE, 2015. p. 5012-5023.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, colonialidad y educación.** *Revista Educación y Pedagogia*, v. XIX, nº. 48, may./ago., 2007. Disponível em: [https://flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1265909654.interculturalidad\\_colonialidad\\_y\\_educacion\\_0.pdf](https://flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1265909654.interculturalidad_colonialidad_y_educacion_0.pdf). Acesso em: 12/07/2021.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito – Ecuador: Ediciones Abya – Yala, 2013. Disponível em: <https://www.transformacion-educativa.com/attachments/article/323/Pedagogias%20decoloniales-Tomo%20I.pdf> . Acesso em: 26 set. 2021.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver,** 2009. Disponível em: [https://document.onl/download/link/walsh-catherine-interculturalidade-critica-e-pedagogia-decolonial#google\\_vignette](https://document.onl/download/link/walsh-catherine-interculturalidade-critica-e-pedagogia-decolonial#google_vignette) Acesso em: 10 de out 2021.

ZANETTI, C. *et al.* Mulheres e PANCs: resgatando hábitos e saberes alimentares bi Vale do Taquari, RS. **Ver Ciência. Ext.** v. 16, p. 84-100, 2020.TT  
S. **Ver Ciência. Ext.** v. 16, p. 84-100, 2020.